

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

JONES MADSON TELLES

**PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA
SUSTENTABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

VITÓRIA

2015

JONES MADSON TELLES

**PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA
SUSTENTABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração - Governança Pública/Privada e Estratégia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Juliana
d'Angelo

**VITÓRIA
2015**

JONES MADSON TELLES

**PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA
SUSTENTABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, Governança Pública/Privada e Estratégia.

Aprovada em: 13 de Outubro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a. Marcia Juliana d'Angelo
FUCAPE – Orientadora

Prof. Dr. Valcemiro Nossa
FUCAPE

Prof. Dr. Bruno Felix Von Borell de Araujo
FUCAPE

Dedico esta pesquisa, a minha companheira de todos os momentos...

Gessilda e meus filhos Ana Paula e Lucas Telles.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio total e inquestionável de minha esposa Gessilda, que me acompanha desde o ensino médio; por compartilhar sua vida e estar sempre presente estimulando minha formação acadêmica. A ela, serei eternamente grato.

Aos meus filhos maravilhosos, Ana Paula e Lucas Telles, que compreenderam e entenderam esta fase dos meus estudos. Pelos momentos em que equipamos a nossa energia de ser estudante... com admiração, respeito e acima de tudo, muito amor... “OBRIGADO”.

À minha mãe, professora de profissão que com sua experiência, contribuiu com seus conselhos e aprendizado ao longo de sua vida.

À minha orientadora Marcia, que demonstrou há todo o tempo a essência e arte de um mestre ao orientar seus discípulos, abrindo mão de seus afazeres (sábado-domingo-feriados) para sanar minhas dúvidas e orientar o caminho desta pesquisa, com palavras positivas e conhecimento indiscutível da matéria.

Aos colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de Ecoporanga-ES, o pessoal da SEMAG – Secretaria Municipal de Agricultura, pela colaboração direta e indireta para esta pesquisa. Em especial os técnicos agrícolas pelo entusiasmo, educação e disponibilidade sempre que precisei.

Aos moradores do Assentamento Boa Vista que me acolheram nos dias que estive com eles, abrindo suas casas, reunindo as famílias, com muita naturalidade e simplicidade, respondendo as entrevistas.

Aos colegas do curso pelo aprendizado que me proporcionaram.

Aos funcionários da secretaria e biblioteca da FUCAPE que sempre se mostraram prestativos e educados nas intensas horas que estive com eles.

A silenciosa “madrugada” que passou a fazer parte do meu cotidiano, mudando minha rotina profissional para realizar esta pesquisa.

Por fim, gostaria que existisse uma palavra maior do que simplesmente agradecer, pois senti no decorrer dessa batalha para alcançar o objetivo de ser Mestre a presença dele, iluminando e orientando meus passos nas horas que mais precisei “DEUS”.

“Onde estão os anjos de plantão?
Sei como é difícil atender todos os pedidos
E que a minha prece
É mais uma na multidão
Será que Deus pode me ouvir
Só quero agradecer tudo que um dia eu já consegui.”
(Ivo Mozart)

“Quão grande és tu, quão grande és tu
senhor”
(Carl Gustav Boberg, 1886)

RESUMO

Essa dissertação teve por objetivo discutir as experiências que envolvem o processo de aprendizagem social para sustentabilidade em um dos assentamentos no município de Ecoporanga, o Boa Vista, localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo e analisar como esses pequenos produtores rurais familiares estão se instalando e o que estão fazendo para permanecer nas terras adquiridas à luz das demandas dos princípios do desenvolvimento sustentável. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa qualitativa adotada o método de Estudo de Caso, com entrevistas e observação direta dos atores sociais. Desta Forma, optou-se pelo método de análise das narrativas temática cujos resultados foram organizados em grupos conceituais de dados. Os resultados evidenciaram que o Assentamento Boa Vista, apresenta elementos específicos de aprendizagem social para sustentabilidade, dada a sua natureza, a saber: i) apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país; ii) conjunto de regras e instrumentos específicos de gestão agrária; iii) visão comum do grupo de famílias; iv) senso de posse do processo de assentamento com grande envolvimento emocional das famílias e dos demais atores sociais; v) suporte financeiro do governo; vi) suporte técnico do governo; vii) rede de condições políticas, econômicas e sociais favoráveis do estado do Espírito Santo; viii) processo de aprendizagem social transformativo no município; ix) processo de aprendizagem social baseado em pequenas vitórias a cada avanço nos estágios; x) contínuos diálogos com a rede de participantes. Contudo, esse resgate social atende apenas a um dos patamares dos princípios do desenvolvimento sustentável. Isto é, entre os moradores, o conceito de sustentabilidade está fundamentado no paradigma de produção de alimentos e insumos, ou seja, a prosperidade do morador determina se ele é sustentável ou não. Embora o atual modelo de gestão estabelecido pelo INCRA não tenha priorizado a integração dos diversos atores sociais, a não observação do fluxo de comunicação e os conflitos existentes nesse processo tendem a estagnar o processo de reforma agrária.

Palavras-chave: Aprendizagem Social para Sustentabilidade. Sustentabilidade. Assentamento Rural.

ABSTRACT

This dissertation intended to discuss experiences surrounding the social learning process towards sustainability in one of the settlements of Ecoporanga county, the Boa Vista, located in the northwest region of Espírito Santo State, as well as analyzing how those minor home-grown rural producers are lodging and what they are doing to abide on the lands acquired through the light of sustainable development principals demands. Therefore, the case study method was used, with interviews and direct observation of social actors. Howsoever, was chosen the analyze method of theme narratives whose results were organized by conceptual data groups. Those results showed that de Boa Vista settlement presents specific elements of social learning towards sustainability, namely: i) the support from social leaderships already consolidated in the country; ii) set of rules and specific rural management instruments ; iii) common vision within family groups; iv) the sense of possession in the settlement process with major emotional involvement from the families and the social actors ; v) governmental financial support; vi) governmental technical support; vii) political, economical and social inclinable plight network from Espírito Santo State; viii) transformative social learning process in the county; ix) social learning process based on small victories upon every stage progress; x) continuous dialogs with the participants network. However, this social rescue only attends one of the main baseline sustainable development principals. In other words, among the dwellers, the sustainability concept is grounded on the food and inputs production paradigm, in other words, the dweller's prosperity determines if he is sustainable or not. Although the current management model stablished by INCRA has not prioritized the integration of various social actors, the non-observation of communication flux and the existing conflicts within these process tend to stagnate the rural reform process.

Key words: Social Learning for Sustainability. Sustainability. Rural Settlement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Relações do conceito de aprendizagem social com outros constructos.....	30
Figura 2:	Processo de Aprendizagem Social	33
Figura 3:	Representação simplificada do desenvolvimento sustentável	37
Figura 4:	Subsistema da Reforma Agrária.....	39
Figura 5:	Atores sociais do Assentamento Boa Vista	52
Figura 6:	Mapa Município Ecoporanga – Distritos.	53
Figura 7:	Família de Acampados.	55
Figura 8:	Barracas do Acampamento.	56
Figura 9:	Etapas do processo de assentamentos rurais.....	64
Figura 10:	Estágio atual lote do Assentamento Boa Vista	112
Figura 11:	Dinâmica e interação entre os elementos identificados no Assentamento Boa Vista e os elementos componentes do processo de aprendizagem Social para a sustentabilidade.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologia dos Projetos – Reforma Agrária de Mercado.....	25
Quadro 2: Evolução das frases de ordem do MST	28
Quadro 3: Características dos tipos de análise de narrativas.	48
Quadro 4: Resumo dos atores sociais e os seus interesses no Assentamento Boa Vista.....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 REFORMA AGRÁRIA E PROCESSO DE ASSENTAMENTO RURAL	20
2.2 SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTO RURAL	26
2.3 RELAÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E ASSENTAMENTOS RURAIS.....	30
2.3.1 Aprendizagem social para a sustentabilidade	31
2.3.2 Aprendizagem social, sustentabilidade e organizações.....	38
3 METODOLOGIA	43
3.1 PROTOCOLO PARA O ESTUDO DE CASO	44
3.1.1 Visão geral do projeto do estudo de caso	44
3.1.2 Procedimentos de campo.....	45
3.1.3 Análise dos dados.....	46
CAPÍTULO 4.....	50
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	50
4.2 ATORES SOCIAIS E FASES DO ASSENTAMENTO BOA VISTA	51
4.2.1 A terra conquistada pelas famílias	52
4.2.2 As famílias e os atores sociais de suporte	55
4.2.3 Associações dos produtores rurais familiares do Assentamento Boa Vista.....	64
4.2.4 Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA.....	66
4.2.5 Movimentos Sociais: FETAES e MST	68
4.2.6 Município de Ecoporanga.....	70
4.2.7 O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).....	72
4.2.8 Latifundiários.....	73
4.2.9 A comunidade local.....	73
4.2.10 Resgate da Juventude no Assentamento Boa Vista	75
4.3 OS CONFLITOS DO ASSENTAMENTO BOA VISTA.....	76
4.3.1 Transição de acampado para assentado	77

4.3.2 Transição de assentado para Produtor Rural	81
4.4 NECESSIDADES DOS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO BOA VISTA	86
4.5 RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS	92
4.6 DIÁLOGOS, NEGOCIAÇÃO E INTERAÇÃO	97
4.7 ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE	103
4.8 RESGATE SOCIAL	109
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	113
5.1 ELEMENTOS ESPECÍFICOS AO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO BOA VISTA	118
5.1.1 Apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país	118
5.2 CONJUNTO DE REGRAS E INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO AGRÁRIA	118
5.3 VISÃO COMUM DO GRUPO DE FAMÍLIAS.....	119
5.4 SENSO DE POSSE DO PROCESSO DE ASSENTAMENTO COM GRANDE ENVOLVIMENTO EMOCIONAL DAS FAMÍLIAS E DOS DEMAIS ATORES SOCIAIS	120
5.5 SUPORTE FINANCEIRO DO GOVERNO	121
5.6 SUPORTE TÉCNICO DO GOVERNO	122
5.7 REDE DE CONDIÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS FAVORÁVEIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	123
5.8 PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL TRANSFORMATIVO NO MUNICÍPIO	125
5.9 PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL <i>MULTIPARTIES</i> BASEADO EM PEQUENAS VITÓRIAS A CADA AVANÇO NOS ESTÁGIOS	126
5.10 CONTÍNUOS DIÁLOGOS COM A REDE DE PARTICIPANTES	127
6 CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS.....	134
ANEXO A – LEIS, DECRETOS E PORTARIAS.....	139
ANEXO B – APOIO FINANCEIRO DO GOVERNO FEDERAL.....	145

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

A emergente necessidade de mudar comportamentos adquiridos ao longo de séculos e quebrar paradigmas relativos aos caminhos que o desenvolvimento social humano tem assumido requer meios capazes de proporcionar aprendizado a todos os atores sociais envolvidos, para que possam reaprender uma nova maneira de compartilhar seus interesses para criar sociedades sustentáveis (D'ANGELO; BRUNSTEIN; 2014a).

A Aprendizagem Social para Sustentabilidade é uma abordagem híbrida das complexas discussões em torno dos problemas ambientais e sociais contemporâneos. Assim, nota-se que esse é um conceito relevante e promissor, que se propõe a discutir a aprendizagem com base nas interações sociais, motivações, cognição e comunicação tanto na perspectiva de indivíduos quanto das organizações (PAUL-WOSTL, 2002; WADDELL, 2002; JACOBI; GRANJA; FRANCO, 2006). Contudo, o conceito aprendizagem social para a sustentabilidade não possui uma interpretação completamente definida e se torna complexo à medida que se delineiam as diversas conexões necessárias para avançar na sua compreensão, pois inclui nessa proposta a sociedade em geral e rompe as fronteiras de seus *stakeholders* (GLASSER, 2007).

D'Angelo e Brunstein (2014b), por exemplo, ao descreverem os envolvidos no processo de Aprendizagem Social para Sustentabilidade nas Organizações, fornecem a dimensão da complexidade de sua estrutura teórica e prática. Para as autoras, estão envolvidos nesse processo as famílias, estudantes, trabalhadores,

organizações não governamentais, instituições de ensino, imprensa, os governos federal, estadual e municipal; organizações — onde estão os funcionários, consumidores, fornecedores, comunidades e os parceiros públicos e privados —; e o meio ambiente.

Nessa concepção, portanto, para se compreender Aprendizagem Social para a Sustentabilidade, faz-se necessário primeiramente considerar que a ela é uma construção coletiva a qual implica a colaboração de múltiplos colaboradores e não é limitada ou dependente de uma única organização (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014b). Assim, essa construção social coletiva de novos comportamentos sustentáveis se configura no arcabouço teórico da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade, o pilar da abordagem conceitual que sustenta este estudo.

Na última década, alguns estudos e pesquisas internacionais têm se dedicado a avaliar os processos de aprendizagem social em diversos contextos, a sustentabilidade se torne um tema transversal, já que é um conceito aplicado de diversas maneiras (LUNDHOLM; ARMITAGE, 2011). Entre essas importantes contribuições, apresentadas no relatório sobre aprendizagem social e sustentabilidade pelo Instituto Ambiental de Estocolmo (SWARTLING et al., 2011), destaca-se o estudo realizado na Polônia nos grupos de pescaria do Mar Báltico, onde foi analisado o processo que conduz à governança sustentável desse grupo e fornece informações relevantes para seu desenvolvimento em outras comunidades similares (CHABAY; STOHR, 2012). Outra área na qual a análise da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade tem contribuído é a política, como o estudo realizado para analisar a dinâmica do regime político no Sudeste Asiático em 2007.

A Avaliação da Aprendizagem Social na região permitiu identificar que a aprendizagem social para a sustentabilidade pode se desenvolver em contextos

hierárquicos e em relações desiguais de poder e relacionamentos, fornecendo informações para compreender melhor o processo de democratização e seu impacto nos conflitos sociais (JAYASURIYA; RODAN, 2007).

Outro instrumento que tem sido fonte de promoção da Aprendizagem Social na comunidade internacional é o *Harmonising Collaborative Planning* (HARMONICOP), um projeto de cooperação europeia que envolve diversas instituições de pesquisas preocupadas com a bacia hidrográfica. Seu fundamento é baseado no conceito de Aprendizagem Social para a Sustentabilidade, ou seja, “aprender juntos para o gerenciamento coletivo” e suas diretrizes trazem conceitos e ideias que orientam projetos semelhantes no mundo todo (HARMONICOP, 2005).

No Brasil, o conceito de Aprendizagem Social para a Sustentabilidade tem ganhado força, embora ainda esteja no campo conceitual e teórico. Nesse contexto, alguns autores como Jacobi, Granja e Franco (2006), Câmara (2011), D’Angelo e Brunstein (2014a) têm contribuído com o desenvolvimento conceitual da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade e para a Aprendizagem Social para a Sustentabilidade nas Organizações. Para esses autores, a compreensão desse conceito também parte do princípio de “aprender para compartilhar” ou “aprender junto para intervir junto”.

São contribuições de análise bibliográficas, teóricas e práticas, com discussões e construções conceituais de grande relevância. Contudo, não são suficientes para fornecer informações de como se dá o processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em grupos específicos, como os sem-terra, por exemplo, o que requer um estudo direcionado. É nessa lacuna que este estudo pretende contribuir.

Na atual conjuntura econômica, social e política brasileira, as palavras sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, passaram a fazer parte do vocabulário da população. Entretanto, um problema relativo a esse tema é historicamente constante em nosso país: a reforma agrária.

O grupo de pessoas que compõe um assentamento rural é constituído de trabalhadores rurais unidos pelo mesmo objetivo a fim de a motivação no interior desse grupo partir do princípio de que todos os envolvidos são impelidos a transformar de forma cooperada a condição de explorados e excluídos para um processo de aprendizagem ocorrer naturalmente nessa trajetória (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

Os assentamentos rurais ocorrem em três etapas. O primeiro estágio ocorre a com a união de um grupo de trabalhadores rurais para conquistar a terra que será concedida/desapropriada pelo INCRA por meio do programa de reforma agrária do governo federal. Corresponde à identificação de uma terra pelo trabalhador rural caracterizada pelos acampamentos em barracas de lonas, plásticos, fora dos limítrofes da propriedade almejada. Nesse momento, as associações, MST e ONG'S se organizam a fim de dar suporte para a formalização do assentamento e, por isso, trata-se de um momento de insegurança e de possíveis conflitos na conquista da terra.

No segundo estágio, ocorre a formação dos assentamentos já dentro dos limítrofes da propriedade identificada, porém o grupo não detém de documentação para se cadastrar para conseguir os benefícios do governo, os principais créditos rurais. É quando essas famílias iniciam o processo de assentamento, instalando-se no local onde ocorrerá a possível conquista da terra. Também é o momento em que

se inicia a adaptação dessas famílias com a população circunvizinha e estrutura física e logística ofertada.

No terceiro estágio ocorre o assentamento com regularização das documentações necessárias para usufruir dos benefícios do governo para se manter e cultivar uma agricultura familiar, não necessariamente sustentável.

Esse processo é realizado no INCRA e, após longas etapas de organização para conseguir sair da situação de trabalhador sem terra, ocorre a transição dessas famílias para produtor rural familiar, o que irá possibilitar a esse trabalhador angariar recursos/financiamentos das três esferas do governo para se emancipar como trabalhador rural. Por conseguinte, o conceito de aprendizagem social para sustentabilidade será essencial para que esse assentado percorra todo esse percurso e se mantenha no local como produtor bem como, prospere nessa atividade.

Dessa forma, analisar a relação estabelecida entre os assentamentos rurais e seus múltiplos colaboradores pode dinamizar o processo de emancipação e transição dos trabalhadores sem terra a pequenos produtores rurais familiares, de modo que o processo de aprendizagem social para sustentabilidade possa se configurar como um meio para a construção de práticas e comportamentos sustentáveis.

Como não foi identificado nenhum estudo relativo a esse tema na literatura brasileira, este estudo é relevante, pois permite aprimorar o discernimento conceitual de aprendizagem social para sustentabilidade em assentamentos rurais. Além disso, fortalece a conexão entre aprendizagem social e sustentabilidade no contexto da reforma agrária brasileira, aprimorando, com isso, o debate sobre a criação de

espaços e processos sociais de aprendizagem, bem como sobre as relações entre aprendizagem e processos colaborativos e participativos (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014a; SWARTLING et al., 2011).

Diante desse contexto, este estudo se propõe a investigar o seguinte problema de pesquisa: **como o processo de aprendizagem social para sustentabilidade favorece a transição de trabalhadores sem-terra para produtores rurais familiares?**

Para tanto, o objetivo geral propõe discutir as experiências que envolvem o processo de aprendizagem social para sustentabilidade em um dos assentamentos no município de Ecoporanga, o Boa Vista, localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo e analisar como esses pequenos produtores rurais familiares estão se instalando e o que estão fazendo para permanecer nas terras adquiridas à luz das demandas dos princípios do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a pesquisa se estrutura em quatro objetivos específicos:

- a) Mapear os elementos do processo de aprendizagem social para sustentabilidade no assentamento Boa Vista, no município de Ecoporanga, no estado do Espírito Santo;
- b) Identificar e discutir as práticas de negociação utilizadas pelos pequenos produtores rurais familiares para terem acesso aos benefícios do Programa de Reforma Agrária;
- c) Identificar e discutir as relações de poder que visam o equilíbrio de interesses e a minimização de conflitos de interesses;
- d) Identificar os espaços ou ambientes organizacionais que favorecem a aprendizagem social para sustentabilidade nesse assentamento.

Com base nisso, pretende-se somar este estudo às investigações relativas à Aprendizagem Social para a Sustentabilidade apresentando contribuições teóricas e práticas. Em relação às contribuições teóricas, o estudo pretende contribuir com um conjunto de ideias, conceitos e fundamentos sobre a temática para avançar no conhecimento e elucidar o conceito de Aprendizagem Social para a Sustentabilidade, fortalecendo sua aplicabilidade no ambiente de assentamento rural.

Em relação às contribuições práticas, o estudo fornece informações relativas à realidade existente no processo de emancipação de trabalhadores rurais sem terra a produtor rural familiar no contexto da reforma agrária brasileira, recortando o processo de aprendizagem social para a sustentabilidade gerada no interior desse grupo. Pretende-se apresentar um estudo de caso para maior comparabilidade entre as diversas experiências, contribuindo para a sustentabilidade nesses assentamentos, orientando e estimulando os assentados a obter uma visão de um futuro melhor a caminho de uma agricultura sustentável, com a utilização de sua vivência e de seu aprendizado no dia a dia nos assentamentos rurais.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que seja possível compreender como a aprendizagem social para a sustentabilidade e assentamentos rurais se coadunam, primeiramente, deve-se organizar e avaliar cada um desses elementos, não com o intuito de individualizar a temática, mas, sobretudo, de entender o papel de cada um e suas inter-relações. Com base nisso, este capítulo apresenta um conjunto de ideias e concepções que juntas permitem uma melhor compreensão em relação à temática.

2.1 REFORMA AGRÁRIA E PROCESSO DE ASSENTAMENTO RURAL

O Brasil possui um problema fundiário que remonta aos anos de 1530, quando a coroa portuguesa estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias e sistema de sesmarias (INCRA, 2015a). Ao distribuir grandes glebas em troca de um sexto da produção, o país estabeleceu o sistema de latifúndio. Essa condição, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2015a), agravou-se ainda mais com a Independência do País em 1822, quando a troca de donos da gleba ocorria sob a lei do mais forte e era profundamente marcada por grandes conflitos e violência entre proprietários e grileiros.

Com o ordenamento da Lei das Terras em 1850, o Império promoveu ainda mais a situação fundiária no Brasil, pois passou a proibir a ocupação de áreas públicas e determinar a aquisição mediante pagamento em dinheiro, reforçando,

com isso, ainda mais o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses dos pequenos produtores (INCRA, 2015a).

Com o processo de urbanização do país intensificado no início da década de 1960, a questão fundiária passou a ser debatida pela sociedade, forçando o governo federal a criar a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), uma iniciativa que foi combatida pelo golpe militar de 1964 (INCRA, 2015a).

Cabe salientar que o governo militar reconheceu o problema latifundiário do Brasil, e fundaram-se vários instrumentos de política pública para a reforma agrária nacional (INCRA, 2015). Dessa forma, no governo militar foi fundado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 1964), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDRA) em substituição ao SUPRA (INCRA, 2015a).

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi instituído pelo Decreto nº 59456 de 4 de novembro de 1966, e somente em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma fusão entre o IBRA e INDRA. Com isso, o INCRA passou a traçar estratégias para as questões relativas à reforma agrária brasileira, entre elas, destaca-se a colonização da Amazônia por meio de incentivos fiscais, uma experiência mal sucedida que agravou ainda mais o problema agrário do país.

Em 1985 foi instituído um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, e trazia em seu escopo metas audaciosas de assentamento bem como a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Entretanto os resultados dessa nova estratégia não conseguiram ser atingidos. Com isso, em 1989 ocorreu a

extinção do INCRA e em 1987 do MIRAD, passando a responsabilidade pela reforma agrária exclusivamente ao Ministério da Agricultura.

O INCRA voltou em 1989, entretanto as restrições orçamentárias mantiveram a reforma agrária em segundo plano até 1996, quando foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária que incorporou o INCRA. Em 2000, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atual órgão ao qual o INCRA está vinculado e juntos são responsáveis pela formulação e execução da política fundiária nacional. Nesse contexto, o assentamento é considerado pelo INCRA (2015b) como o “retrato físico da Reforma Agrária” (INCRA, 2015a).

Atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia do governo federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criada a partir do Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com estrutura regimentar criada por meio do Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006 (INCRA, 2015b).

Instrumento de sistematização dos processos de reforma agrária, o INCRA (2015b) mantém e gere os cadastros nacionais de imóveis rurais, além disso, administra as terras públicas, identifica, demarca e tutela terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas (INCRA, 2015b). É também um órgão regulador, fiscalizador e gestor da reforma agrária com vistas à produção agrícola e ecológica sustentável dos projetos de assentamento.

A análise do processo evolutivo do INCRA remete a pensar em dificuldade política para fazer reforma agrária em nosso país. Por esse motivo, não se deve deixar de observar que o assentamento rural é um movimento camponês, cuja organização social teve início em uma luta democrática por um território (CARMO;

PINTO;COMITRE, 2008). É também um espaço onde ocorrem “transformações de um novo rural”, uma vez que marca um tempo histórico para seu desenvolvimento (CARMO; PINTO; COMITRE, 2008, p. 250).

Correa, Ribeiro e Silva (2014) explicam que a metodologia relativa à criação de projetos de assentamentos é estruturada em quatro fases: 1) criação; 2) implantação; 3) consolidação e 4) emancipação. Cada uma dessas fases possui suas subdivisões definidas por meio de Legislação específica como Portarias, Portarias Interministeriais, Instruções Normativas, e Normas de Execução e são amparadas em Leis e Decretos.

Coca (2013) explica que a reforma agrária brasileira tem sido implantada por meio de dois modelos: 1) Reforma Agrária “convencional” (RA) e 2) Reforma Agrária de Mercado (RAM). No primeiro modelo são utilizadas nove políticas de obtenção de terras (adjudicação, cessão, compra, confisco, desapropriação, doação, incorporação, reconhecimento e transferência) que dão origem a 20 tipos de assentamentos (vide Tabela 1).

TABELA 1: TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

		(continua)
Tipos de Projeto de Assentamento	Órgão Responsável	Unidades
Projeto de Assentamento Federal (PA)	INCRA	6.819
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	Instituto de Terras Estaduais	1.107
Projeto de Assentamentos Agroextrativista (PAE)	INCRA/Institutos de Terras Estaduais	376
Projeto Fundo de Pasto (PFP)	CDA	152
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	INCRA	130
Projeto de Assentamento Casulo (PCA)	Governo Municipal	102
Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens (PRB)	INCRA/Governos Estaduais	92
Reserva Extrativista (RESEX)	ICMbio	70
Assentamento Quilombola (AQ)	INCRA/Institutos de Terras Estaduais	19
Projeto Integrado de Colonização (PIC)	INCRA	19
Projeto de Assentamento Conjunto (PAC)	INCRA	14

TABELA 1: TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

		(conclusão)
Tipos de Projeto de Assentamento	Órgão Responsável	Unidades
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	ICMbio	14
Projeto de Colonização Oficial (PC)	INCRA	13
Florestas Nacionais (FLONA)	ICMbio	12
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PEAEX)	ITERPA	10
Projeto de Assentamento Dirigido (PAD)	INCRA	8
Projeto de Assentamento Florestal (PAF)	INCRA	7
Floresta Estadual (FLOE)	CEUC/SDS	7
Projeto de Assentamento Municipal (PAM)	Governo Municipal	4
Polo Agroflorestal (N.I)	INCRA	4
Projeto de Assentamento Rápido (PAR)	INCRA	3
Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS)	INCRA	1
Total		8.983

Fonte: Dataluta (2013).

Conforme dados da Dataluta (2013), os 8.983 assentamentos estão distribuídos por todas as regiões brasileiras, com maior destaque para a região Nordeste, conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE ASSENTAMENTOS BRASILEIROS – 2013

						(continua)
Região	Estado	Unidades	%	Total	% Total	
Centro Oeste	GO	404	4%	1166	13%	
	MS	203	2%			
	MT	546	6%			
	DF	13	0%			
Nordeste	MA	959	11%	4112	46%	
	PI	499	6%			
	CE	441	5%			
	RN	294	3%			
	PE	575	6%			
	PB	299	3%			
	AL	171	2%			
	SE	219	2%			
Sudeste	BA	655	7%	816	9%	
	ES	93	1%			
	MG	391	4%			
	SP	257	3%			
	RJ	75	1%			

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE ASSENTAMENTOS BRASILEIROS – 2013

					(conclusão)
Região	Estado	Unidades	%	Total	% Total
Sul	SC	158	2%	815	9%
	PR	320	4%		
Norte	RS	337	4%		
	AC	156	2%	2074	23%
	RO	208	2%		
	AM	144	2%		
	RR	66	1%		
	AP	40	0%		
	TO	370	4%		
	PA	1090	12%		

Fonte: adaptado de DATALUTA (2013).

A segunda modalidade, a Reforma Agrária de Mercado, está mais voltada para linhas de financiamento, que, conforme Coca (2013), abrange sete linhas, como pode ser observado no Quadro 1.

Tipos de Projetos de Assentamento	Órgão Responsável
Projeto de Cédula da Terra (PCT)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Banco da Terra (BT)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Crédito Fundiário (FC)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Combate a Pobreza Rural (CPR)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Rural (NPT/CAF)	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural (NPT/CPR)	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Quadro 1: Tipologia dos Projetos – Reforma Agrária de Mercado

Fonte: Coca (2013, p. 174).

Importa saber que a Reforma Agrária se constitui em uma política cujo objetivo é o enfrentamento de um problema histórico, gerado pelo agronegócio brasileiro. Portanto, consoante bem assevera Rocha (2013), não é possível considerar apenas o Estado como único ator político na execução e/ou elaboração

de políticas públicas em prol da Reforma Agrária mas também o papel das universidades, dos movimentos sociais e socioterritoriais, a igreja entre muitos outros, de modo que a Reforma Agrária se configura em “um processo dinâmico e constante, que não se encerra com o acesso ou a garantia a terra” (ROCHA, 2013, p. 217).

Por esse motivo, o desenvolvimento social dos assentamentos é dependente do senso de cooperação, seja na comercialização, seja na definição de políticas de desenvolvimento e se configura em um sistema de conhecimentos, valores, tecnologias e organizações sociais que se relacionam exercendo cada um uma pressão seletiva sobre a evolução dos outros, fazendo com que eles coevoluam (ALTIERI, 2002). Assim, o desenvolvimento de um assentamento rural está diretamente relacionado a um processo coevolutivo entre seu sistema social e ambiental (ALTIERI, 2002).

2.2 SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTO RURAL

O desenvolvimento agrário contemporâneo pode ser dividido em dois grandes paradigmas comerciais. O primeiro diz respeito ao processo de industrialização, quando seduzidos pelo capital, os camponeses passaram a acumular sua produção ou deixaram o campo para se integrar ao sistema industrial capitalista. Além disso, com a territorialização do capital ocorreu a expropriação camponesa, marcada pela grilagem de terra de latifundiários e empresários (FERNANDES, 2008). O resultado desse processo foi a ocupação camponesa de propriedades capitalistas, terras de negócio, devolutas e ou griladas, o que ocorreu de forma conflituosa.

O segundo paradigma pode ser caracterizado pelo movimento de globalização mundial, quando a competitividade do mercado internacional globalizou os processos industriais, ditando regras que refletiram na instabilidade interna de muitos países, “encurralando” os pequenos agricultores entre as indústrias de agroquímicos e as grandes agroindústrias produtoras de commodities (ROCHA et al., 2013). Com isso, o desenvolvimento da agricultura camponesa do século XXI passou a ser sufocada pelo agronegócio. Nesse contexto, Fernandes (2008, p. 48) explica que a reforma Agrária de Mercado foi à estratégia para combater as ocupações de terra, ao tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, o qual, por sua vez, está sob o controle do agronegócio.

Esse processo de territorialização dos camponeses é longo e marcado por muitos conflitos. No Brasil, o primeiro documento que tratou da reforma agrária foi o Estatuto da Terra, elaborado durante o governo da ditadura militar em 1964 e tinha por objetivo controlar os conflitos por terra. Entretanto, a repressão política da ditadura militar não foi capaz de conter as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, as quais no final da década de 1970 avançaram no objetivo de construir a democracia e a conquista de seus direitos.

No campo, as lutas encabeçadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na cidade, a insatisfação dos trabalhadores de diversas categorias, com a precarização do trabalho, deu origem a um movimento sindical representativo — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (FERNANDES, 2008).

Foi devido às lutas populares amparadas pelos movimentos sindicais que o Partido dos Trabalhadores (PT) emergiu, tendo como bandeira o desejo pelo

estabelecimento da democracia, consagrando-se como um dos mais importantes partidos na luta pelo direito dos trabalhadores (FERNANDES, 2008).

Esses três agentes — Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — colocaram na pauta política na transição do século XX ao XXI a questão da reforma agrária, transformando de sobremaneira a luta camponesa em uma das principais formas de acesso à terra (FERNANDES, 2008).

Entre os elementos importantes da cultura política do MST, destacam-se as palavras de ordem. São frases que exprimem o significado e o sentido da luta dos sem-terra, conforme a conjuntura política vivenciada. Essas frases surgem durante os encontros estaduais e nacionais e exprimem sentimentos relativos à ocupação, resistência, a conquista, o fim do latifúndio e a luta pela reforma agrária. Tais encontros podem ser um dos espaços de aprendizagem, onde os sem-terra são convidados para a construção da democracia e reforço das suas identidades sociais (FERNANDES, 2008). No Quadro 2, a seguir, são apresentadas as principais frases de ordem utilizadas pelo MST.

Ano	Frase
1979 – 1983	Terra para quem nela trabalha
1984	Terra não se ganha; terra se conquista
1985 – 1989	Sem reforma agrária não há democracia e ocupação é a única solução.
1990	Ocupar, Resistir, Produzir.
1995	Reforma Agrária: uma luta de todos
2007	Reforma agrária para justiça social e soberania alimentar
2010	Por um Brasil sem latifúndio
2014	Lutar e construir uma reforma agrária popular

Quadro 2: Evolução das frases de ordem do MST

Fonte: Adaptado pelo autor de Fernandes (2008) e MST (2015).

Uma rápida observação no processo de evolução das frases de ordem permite considerar que houve uma evolução política e cultural no interior do grupo,

marcada pela conjuntura política de cada momento e por uma modelagem comportamental bem-sucedida. Também permite observar que a evolução política dos sem-terra é autônoma ao desenvolvimento político nacional.

Cabe salientar que a identidade política do MST é amparada no princípio da superação das relações sociais sem que se produzam relações capitalistas. Assim, o assentamento rural surge como uma alternativa democrática cujo objetivo consiste em adaptar pessoas no inevitável sistema capitalista instaurado, sem que se rompa sua identidade socioterritorial. Por conseguinte, o novo desafio ou paradigma a ser superado pelo movimento consiste em desenvolver a sustentabilidade nos assentamentos.

O século XXI já acumula diversos programas e políticas voltados aos assentamentos, como o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Programa Luz para Todos, dentre outros. Todavia, a estrutura fundiária e as relações sociais no campo ainda desafiam a política nacional (FERNANDES, 2008).

Zamberlam e Fronchetti (2001) enfatizam que um processo de desenvolvimento de assentamento rural atinge sustentabilidade quando é capaz de satisfazer suas necessidades sem que ocorra comprometimento do capital natural. Por esse motivo, não se deve deixar de observar que, quando se fala em reforma agrária e assentamento rural, todos os envolvidos são impelidos a transformar de forma cooperada a condição de explorados e excluídos, de modo que um processo de aprendizagem ocorre nessa trajetória. Cabe salientar que o comportamento humano pode ser explicado por meio das influências das estruturas

comportamentais, cognitivas e ambientais. O *lócus* da aprendizagem são as interações sociais entre indivíduo e ambiente (D'ANGELO, BRUNSTEIN, 2014a).

Portanto, a aprendizagem nos assentamentos ocorre com o amadurecimento de sua cultura. Trata-se de uma condição na qual o grupo compartilha dificuldades e esperanças em comum, de forma que a compreensão intelectual e emotiva ocorre com a busca pela realização de todos. Entretanto, o interesse comunicativo estabelecido entre os indivíduos bem como as experiências individuais fornecem impressões e significados que por si sós permitem o desenvolvimento deles. Destarte, conhecer como ocorre o processo de desenvolvimento de sua cultura pode ser uma estratégia no caminho da sustentabilidade nos assentamentos.

2.3 RELAÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E ASSENTAMENTOS RURAIS

D'Angelo e Brunstein (2014a), apresentam um modelo conceitual, ou seja, uma estrutura teórica, onde são abordadas as relações do conceito da teoria de aprendizagem social com outros constructos como organizações e sustentabilidade. Esse modelo está apresentado na Figura 1 organizado em quatro eixos de relações.

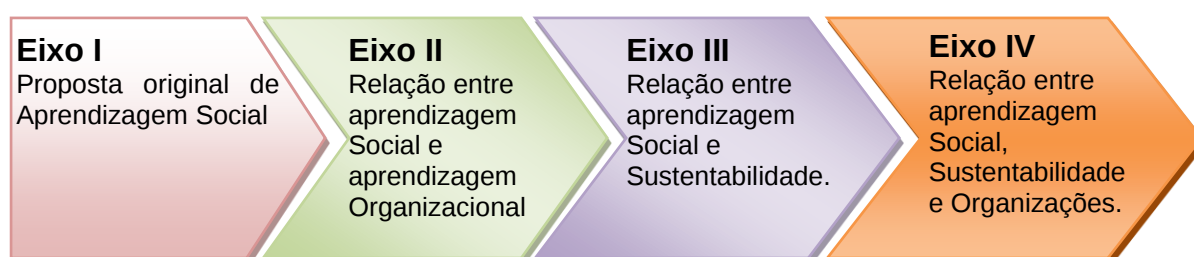


Figura 1: Relações do conceito de aprendizagem social com outros constructos
Fonte: D'Angelo e Brunstein (2014b, p.275).

O foco dessa pesquisa está no eixo III e IV da figura acima que serão detalhados nos itens subsequentes.

2.3.1 Aprendizagem social para a sustentabilidade

A concepção de aprendizagem social parte do conceito de participação de grupo na resolução de um problema em comum. Essa perspectiva traz em seu escopo o diálogo reflexivo dos envolvidos, de modo que o contexto, processos e resultados se integram em uma rede de cooperação em relação às dificuldades e possibilidades de um projeto em comum (HARMONICOP, 2013).

Nesse contexto, a sustentabilidade de um projeto, desenvolvido com base na perspectiva de aprendizagem social, está diretamente relacionada à qualidade da participação coletiva, bem como à qualidade do diálogo entre os diversos atores envolvidos na gestão (JACOBI, 2010).

A esse respeito, Jacobi (2010) explica que a sustentabilidade de um projeto fundamentado no conceito de aprendizagem social envolve o aprendizado dos atores e a maneira como eles lidam uns com os outros em suas interdependências. Nesse contexto, “a aprendizagem social, sendo uma construção coletiva, tende a permitir que as colocações coletivas e não coletivas sejam negociadas de preferência num modelo de ganhos mútuos e em processos de aprendizagem colaborativa”.

Em um ambiente de assentamento rural, é fundamental compreender o processo que o assentado percorre até efetivar seu projeto de assentamento, desde a criação do projeto, à implantação, consolidação e emancipação. Com base nisso, é possível perceber que para se obter o aprendizado social é necessário

primeiramente transitar de uma concepção não sistêmica para uma concepção sistêmica. Então, a aprendizagem social deve contemplar as várias inter-relações existentes entre seus elementos e fatores que o modificam.

Nesse contexto, é oportuno o processo coevolutivo enunciado por Altieri (2002) que inter-relaciona seu sistema social ao ambiental. Nesse processo o INCRA como principal instrumento de operacionalização e sistematização da reforma agrária brasileira é o ponto de partida para a implantação de um projeto de educação social para o grupo de assentamento rural.

Embora o sistema de gestão do INCRA seja participativo, a sustentabilidade é concebida a partir da produção de alimentos e insumos, ao inserir os assentados numa cadeia produtiva, como forma de colaborar para sua autossuficiência. Ocorre que a gestão do espaço dos assentamentos e assentados se centraliza no INCRA em uma vertente que corre de dentro para fora. Identificar os nós dessa comunicação pode ser chave para se estabelecer um sistema de gestão participativo incrementado pela aprendizagem social.

Na Figura 2 é apresentado um esquema de um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade, onde é possível perceber que o resultado esperado consiste em melhor qualidade do relacionamento entre as partes envolvidas, bem como maior qualidade nas ferramentas técnicas (HARMONICOP, 2013).

Conforme pode ser observado na Figura 2, a aprendizagem social é um processo constante marcado por *feedback* que visa a resultados conjuntos, e cada parte envolvida sabe o contexto em que ela ocorre. Dessa forma, conforme preconiza o Harmonicop (2013), os resultados da aprendizagem social para a

sustentabilidade afetam o contexto de modo que a sintonia mútua dos atores entre o social e o sistema físico é a essência do processo.

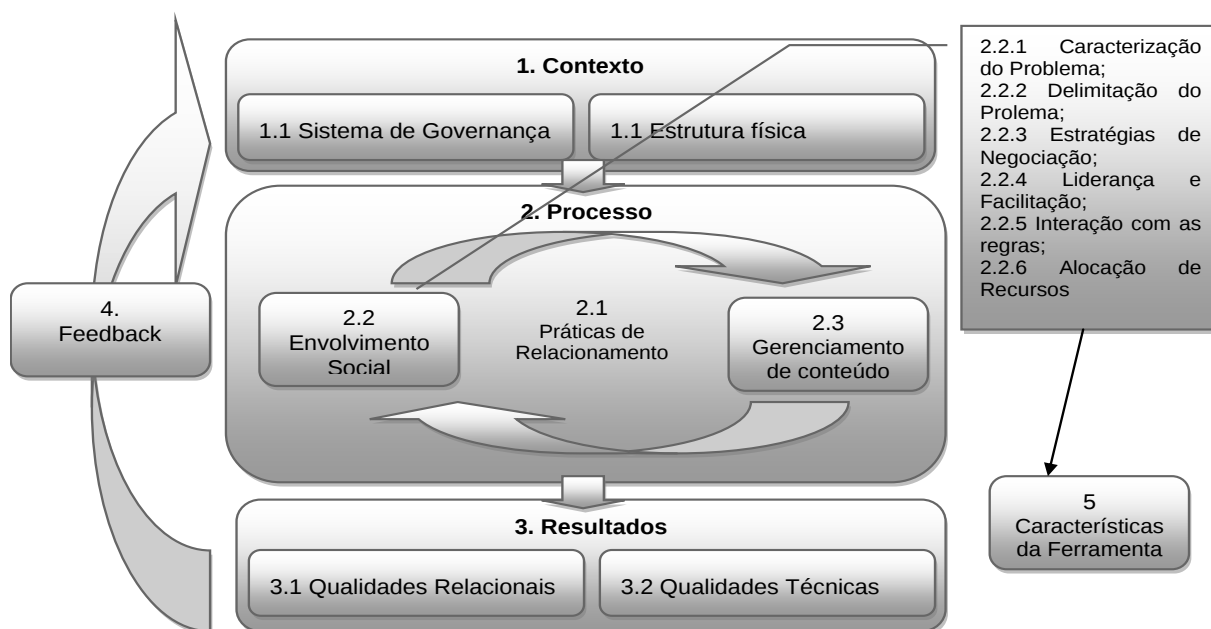


Figura 2: Processo de Aprendizagem Social
 Fonte: Harmonicop (2013, p. 8).

Na maioria das abordagens de aprendizagem social para o mundo sustentável, o *locus* e aprendizagem são os ambientes nos quais estão presentes elementos como: interesses, normas, valores e construções de realidades divergentes; múltiplos atores, múltiplos contextos, diferentes níveis de autodeterminação, de responsabilidade, poder e autonomia; conflitos sobre como organizar, consumir e produzir de maneira responsável; e, múltiplos níveis de aprendizagem – individual grupal, organizacional e no nível de redes de atores e *stakeholders* (WALS; VAN DER LEIJ, 2007). Trata-se de um conceito desenvolvido para responder aos desafios da sustentabilidade e integração das interfaces da gestão em suas múltiplas interdisciplinaridades.

É o que ocorre no interior de um assentamento rural, onde os indivíduos aprendem experimentando e vivenciando os conflitos, erros e acertos, de modo que por se tratar de um ambiente dinâmico, sujeito a políticas públicas e relações de interesses políticos, necessitam de constante reconstrução de suas experiências.

Nessa perspectiva, a aprendizagem social se alinha ao conceito de cooperação enunciado pelo Harmonicop (2013), ou seja, “aprender junto para compartilhar”. Por isso, a aprendizagem social em um ambiente de assentamentos e caracteriza pela correflexão-prática entre os atores envolvidos e, sobretudo, pela intervenção entre os atores envolvidos em um processo negociado (HARMONICOP,2013).

Dessa forma, avaliando os estudos de Jacobi (2010) em relação à aprendizagem social, e relacionando esse conceito à reforma agrária brasileira, é possível sugerir que a garantia da sustentabilidade nesse ambiente está diretamente relacionado à qualidade do trabalho cooperativo, ou seja, na efetiva participação coletiva entre os atores envolvidos, no caso dos assentamentos os responsáveis pelo projeto de assentamento (Governo Federal, INCRA, Governo Estadual ou Municipal, ONG's, Associações, Cooperativas etc.), a fim que a aprendizagem social, possa ser uma alternativa para que os atores envolvidos possam manter um ambiente sinérgico de negociação.

Glasser (2007) caracteriza dois tipos de aprendizagem social: 1) aprendizagem passiva e 2) aprendizagem ativa.

A aprendizagem social passiva depende da aprendizagem de outrem, pode envolver interações e observações de práticas como também nenhuma forma de comunicação ou interação. No mundo contemporâneo, tanto na aprendizagem

individual quanto na coletiva, predomina a aprendizagem social passiva porque há confiança na sabedoria dos outros, contribuindo para a propagação de comportamentos que favorecem, por vezes, interesses mesquinhos em detrimento de um bem comum. Alguns exemplos desses comportamentos são as instituições, crenças ou práticas tradicionais que prejudicam a saúde ou bem-estar das pessoas (GLASSER, 2007).

A aprendizagem social ativa é construída sobre uma comunicação e interações conscientes entre pelo menos dois seres vivos (GLASSER, 2007), e possui três categorias em função das habilidades e valores dos indivíduos nas relações coletivas e de poder:

- a) Hierárquica: baseada em relações pré-determinadas e inflexíveis entre professores e aprendizes ou entre chefe e subordinadas;
- b) Não hierárquica: baseada em uma aprendizagem de mão dupla, na qual cada indivíduo como especialista em determinada área compartilha conhecimento e experiência;
- c) Coaprendizagem: baseada nas relações não hierárquicas, pressupondo colaboração, confiança, participação efetiva e investigação compartilhada.

Segundo Glasser (2007), as duas primeiras categorias são amplamente aplicadas para facilitar a compreensão do conhecimento já existente, enquanto a coaprendizagem suporta a geração de novo conhecimento e novas estratégias para tratar os problemas do mundo real.

A aprendizagem ativa ocorre em contextos de conversas, cursos que utilizam método socrático, danças com parceiros e até mesmo por meio de uma videoconferência pela internet. Por conta desse engajamento direto com outros

autores, a aprendizagem ativa é capaz de promover processos de aprendizagem mais competentes, abertos e equitativos (GLASSER, 2007).

Para Keen, Brow e Dyball (2005), a aprendizagem social na gestão ambiental está ligada diretamente à gestão de mudanças. Trata-se de processos que nos permitem compartilhar nossos entendimentos e negociar melhor as várias formas de mudança social de forma que quanto mais construímos nossa matriz de conhecimento por meio do compartilhamento de entendimentos, mais adquirimos capacidade e mais vantagens podemos ganhar.

Para tanto, apresentam um modelo composto por cinco elementos entrelaçados e formam a base da aprendizagem social: 1) reflexão; 2) orientação sistêmica; 3) integração; 4) negociação e 5) participação.

O primeiro elemento diz respeito à reflexão e reflexividade, e entende-se que a aprendizagem social é um processo de reflexão iterativo, isto é, repetido, reiterado, feito mais de uma vez e frequente, o qual ocorre sempre que compartilhamos nossas experiências, ideias e ambientes com outras pessoas.

O segundo elemento abrange a orientação e o pensamento sistêmico. O exemplo da proposta de concepção sistêmica da vida de Capra (1982), e Keen, Brown e Dyball (2005) também entendem que a teoria geral de sistemas apresenta meios para refletir sobre as conexões entre os seres humanos e seus ecossistemas e um discernimento dos processos de mudança que emergem dessas interações. O pensamento sistêmico diz respeito ao estado das variáveis que compreendem o sistema e como os processos prestam conta da mudança nos valores dessas variáveis ao longo do tempo.

O terceiro elemento é a Integração; a busca por um futuro sustentável requer estruturas holísticas e integradas para investigar o mundo e não dividir os estudos em elementos seletivos. Trata-se de uma busca por uma tecelagem rica de diversas ideias para revelar a natureza da complexidade de estruturas representativas dos padrões de conexões entre os diversos atores sociais, seus papéis e suas relações.

Por isso, esses autores propõem um modelo de sustentabilidade no qual os três sistemas – econômico ambiental e social – estão sobrepostos para mostrar que essas dimensões são construídas ou incluídas como partes integrantes e, por vezes, inseparáveis, mostrando claramente a interdependência entre elas na Figura 3. (KEEN; BROWN; DYBALL; 2005).

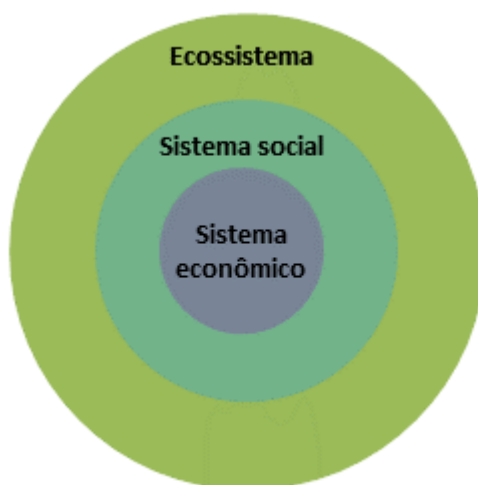


Figura 3: Representação simplificada do desenvolvimento sustentável
Fonte: Keen, Brown e Dyball (2005, p.13).

O quarto elemento envolve a negociação e a colaboração. Apesar dos benefícios dos elementos reflexão e reflexividade, orientação e pensamento sistêmicos e integração, a negociação é necessária para as interfaces envolvendo conflitos das partes envolvidas. É errado partir do pressuposto que todos se

articularão facilmente. Contudo, a aprendizagem pode se originar a partir desses conflitos.

O quinto elemento diz respeito à participação e engajamento, classificados em seis tipos de participação dos atores sociais na gestão ambiental com base nas relações de poder: 1) coerção, 2) informativa, 3) consultiva, 4) atrativa, 5) cocriativa e 6) coativa.

A aprendizagem social promove uma cultura que respeita e valoriza a diversidade, a transparência e a prestação de contas (*accountability*), em direção a futuro sustentável (KEEN; BROWN; DYBALL, 2005, p. 192).

2.3.2 Aprendizagem social, sustentabilidade e organizações

A Aprendizagem Social para a sustentabilidade ocorre com base em um contexto, seja ele social ou ambiental (físico-natural). Isso quer dizer que o conceito pode ser aplicado em diferentes contextos. Para tanto, é fundamental compreender o Sistema Social (Governança) e Sistema Natural/Físico do contexto a ser estudado.

Ao analisar o contexto dos assentamentos rurais, observa-se que se trata de um Sistema de Governança complexo dado suas interconexões. Dessa forma, somente compreendendo a sistemática da geografia da Reforma Agrária de nosso país é que será possível compreender as diversas interações entre os elementos que compõem o sistema estudado (DINIZ, 1984), conforme mostrado na Figura 4.

O modelo de Reforma Agrária proposto por Diniz (1984) permite visualizar como o tema se integra a diversos subsistemas, que por sua vez se alimentam e se interconectam, criando uma teia por onde corre um fluxo de informação, interdependentes. Há nesses subsistemas a necessidade de conciliar as metas no

que tange às suas dimensões econômicas, políticas, ecológicas e culturais. Trata-se, por conseguinte, da necessidade de uma sustentabilidade, a qual, por sua vez, ocorre por meio da aprendizagem social em seus diversos subsistemas para que o sistema “reforma agrária” prospere.

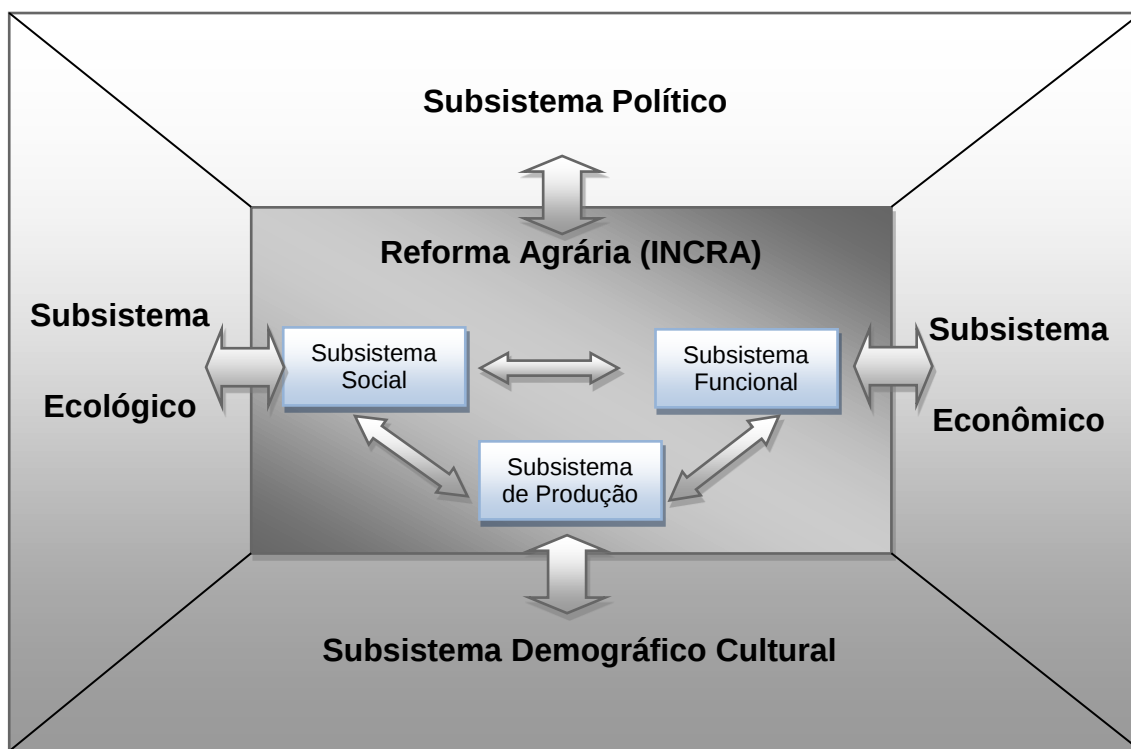


Figura 4: Subsistema da Reforma Agrária

Fonte: Diniz (1984).

Nota: Adaptada pelo autor.

A esse respeito, D’Angelo e Brunstein (2014b) apresentam uma oportuna discussão teórica do processo de aprendizagem social para sustentabilidade baseada na perspectiva de uma organização com fins lucrativos, no caso, de uma empresa de grande porte do setor químico no Brasil. O estudo aborda a aprendizagem social nas organizações que convivem cotidianamente com a dialética de conciliar as metas de seus negócios com os desafios do paradigma de desenvolvimento sustentável, em suas dimensões políticas, econômicas, sociais

ambientais, étnicas e culturais, e parte fundamentalmente da proposta de múltiplos atores de Bouwen e Tailieu (2007).

Embora essa concepção ainda esteja em construção, no ambiente corporativo, a aprendizagem ocorre no envolvimento entre os *stakeholders* para obter resultados desejáveis em termos de projeto conjunto ou desenvolvimento de atitudes comuns. Assim, os esforços de participação objetiva principalmente o compartilhamento de poder, a aprendizagem social em processos de múltiplos atores sociais ancora formas de interações e padrões comportamentais que podem suportar as pequenas vitórias sustentáveis (BOUWEN; TAILIEU, 2007).

Nesse contexto, D'Angelo e Brunstein (2014b) apresentam em seus estudos cinco elementos principais, que são: 1) reconhecimento dos problemas e dos conflitos ambientais; 2) reaprendizagem de uma nova maneira de conciliar os interesses dos diversos atores sociais; 3) transformação de crises ambientais em oportunidades de negócios sustentáveis; 4) estruturação de um modelo de gestão e implementação da estratégia de negócios sustentáveis; e 5) coordenação e articulação para a implementação complexa da estratégia de negócios sustentáveis.

Reconhecimento dos problemas e dos conflitos ambientais significa dialogar com a realidade local e entender como a ação dos diversos atores impacta no meio ambiente. Também requer ações conjuntas e compartilhadas no sentido de traçar metas comuns para objetivos específicos.

O segundo elemento, reaprendendo uma nova maneira de conciliar os interesses dos diversos atores sociais, aborda a importância de se estabelecer e empreender em ações práticas e objetivas em prol da sustentabilidade ambiental. Trata-se de uma necessidade de se entenderem as causas e consequências do

problema em foco, o que demanda uma percepção compartilhada e cuja forma de ação é a formação de parceiros estratégicos, de regras e instrumentos de gestão.

Já a transformação de crises ambientais em oportunidades de negócios sustentáveis envolve a criação de uma nova forma de produção. A geração de produtos e serviços sustentáveis traz vantagens competitivas para as empresas ao projetá-las como uma unidade sustentável e ambientalmente responsável, uma discussão comercial contemporânea. É uma oportunidade de transformar o cumprimento da legislação ambiental por meio da implantação de um sistema de gestão que agregue valor ao produto/serviço, otimizando os custos na produção e fidelização dos clientes.

O quarto elemento procura estruturar um modelo de gestão e implementação da estratégia de negócios sustentáveis, demonstrando como a aprendizagem social para a sustentabilidade pode influenciar ou impactar ações coletivas na cadeia de valor criando, com isso, parcerias estratégicas e capacidade de articulação dos múltiplos atores sociais.

Por último, o quinto elemento - coordenação e articulação para a implementação complexa da estratégia de negócios sustentáveis – significa compreender o processo de aprendizagem de modo a intervir para assegurar o engajamento, a participação, a colaboração e a negociação. Nesse contexto, a aprendizagem social consiste em reconhecer as identidades sociais de cada ator de modo a “acomodar as diferenças nas competências, interesses e relações de poder no cumprimento dos objetivos” (BOUWEN; TAILLIEU, 2007). Trata-se de uma atividade estratégica cujo instrumento é a aprendizagem social para a sustentabilidade.

Diante do exposto, o que se pretende discutir nesta pesquisa é como os trabalhadores sem terra estão socialmente aprendendo a fazer a transição para um novo *status quo*, que é de produtores rurais familiares. Para tanto, será estudado principalmente nesse processo, o que eles estão aprendendo; como eles estão aprendendo e quais são as vozes participantes dessa aprendizagem social para sustentabilidade. Logo, somente uma proposta de educação democrática poderia elucidar os diversos elementos componentes do desenvolvimento da cultura no interior desse grupo.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e se tem por objetivo expor de forma detalhada os passos e a maneira como esse estudo foi operacionalizado.

O objetivo geral deste estudo consiste em investigar como o processo de aprendizagem social para sustentabilidade em assentamento rural favorece a transição de trabalhadores sem terra para produtores rurais familiares. Assim sendo, o objeto deste estudo é um Projeto de Assentamento (PA) Federal obtido por meio de compra e concessão pelo INCRA para os sem-terra, o Assentamento Boa Vista, localizado em Ecoporanga, no estado do Espírito Santo. Para isso, foi essencial a utilização de uma estratégia metodológica que possibilitasse conectar seus múltiplos públicos de interesse que envolve seus múltiplos atores.

Cabe salientar que a análise do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em um assentamento rural, tema norteador dessa pesquisa, consiste em um evento complexo, pois envolve muitos atores conectados em uma teia de assuntos específicos e contemporâneos.

Deste modo, compreender o fluxo de comunicação no interior desse grupo não é possível apenas pela pesquisa bibliográfica, análise de dados quantitativos ou pesquisa observacional, mas também por meio da análise de uma variedade de evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações. Requereu, pois, um método capaz de avaliar múltiplos instrumentos, o que colabora para a adoção de estudo de caso qualitativo, como metodologia (YIN, 2005).

Ao adotar esse método de estudo de caso, foi necessária a elaboração de um protocolo, ou seja, um documento que descrevesse os procedimentos, os instrumentos e as regras gerais a serem utilizadas na aplicação dos instrumentos, o que é detalhado nas seções que seguem.

Cabe salientar que, na etapa da construção, o procedimento técnico utilizado para a análise da pesquisa consistiu em um estudo exploratório, utilizando como ferramenta o estudo de caso. Segundo Yin (2005), ele é uma forma de se fazer pesquisa empírica por meio da investigação de fenômenos no contexto da vida real, com a utilização de múltiplas fontes de evidências, as quais devem ser expostas de forma justa.

3.1 PROTOCOLO PARA O ESTUDO DE CASO

3.1.1 Visão geral do projeto do estudo de caso

O assentamento Boa Vista está no município de Ecoporanga, região Noroeste do estado do Espírito Santo. Trata-se de um assentamento onde residem famílias as quais utilizam os recursos municipais como (escolas, comércio local, hospitais e outras estruturas oferecidas pelo Município), portanto estão inseridas em um contexto político e econômico municipal. Dessa forma, para analisar suas experiências é necessário envolvimento e observação das diversas conexões que existem entre o assentamento e a sociedade ecoporanguense.

No interior desse grupo existem líderes que direcionam a atividade dos produtores rurais familiares, tais como, as Associações dos Moradores do Assentamento em estudo, o MST e a FETAES. Assim, para ser possível analisar como esses pequenos produtores rurais familiares estão se instalando e o que estão

fazendo para permanecer nas terras adquiridas à luz das demandas dos princípios do desenvolvimento sustentável, é necessária a investigação empírica desse evento, o que é possível por meio do método de estudo de caso proposto por Yin (2005).

À luz do método de estudo de caso proposto por Yin (2005), foram entrevistados diversos atores sociais envolvidos, a saber:

- a) Os Moradores do Assentamento Boa Vista;
- b) Gestor do Município de Ecoporanga- ES;
- c) Secretário e Técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura;
- d) As Associações de Moradores do Assentamento Boa Vista;
- e) Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST;
- f) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - FETAES;
- g) Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural INCAPER;
- h) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

3.1.2 Procedimentos de campo

As entrevistas foram registradas por meio de áudio, agenda de campo e entrevista semiestruturada (YIN, 2005).

Outro instrumento utilizado neste estudo de caso foi a observação direta. Nesse caso, cada visita a campo foi registrada em uma agenda, com anotações e fotos que descrevem a ocasião e, do mesmo modo, também foi utilizado método de observação não participante, com registro da percepção do entrevistador.

3.1.3 Análise dos dados

Como esse estudo de caso levantou múltiplas evidências, foi necessária a criação de um banco de dados complexo, com a transcrição de cada entrevista, organizados de modo a promover o método de história e narrativas.

Esse método permite avaliar as múltiplas informações coletadas de forma integrada, de modo que todos os dados (diários, entrevistas, material documental e observação) formam uma narrativa descritiva e interpretativa da situação estudada. Ou seja, o processo de aprendizagem social para sustentabilidade no Assentamento Boa Vista. Para tanto, foi utilizada a abordagem de Riessman (1993) de construção de narrativas.

Para essa autora, existem quatro processos distintos na construção de narrativas:

- a) Persuasão: Por meio da explicitação dos suportes teóricos, bem como utilização de modos alternativos de análise de dados, o texto assume um caráter convincente;
- b) Correspondência: Os textos são construídos embasados nos comentários dos participantes no estudo e enfatizados após leitura de todos os materiais que foram coletados, tais como entrevistas, cartas e outros textos interpretativos;
- c) Coerência: Deve-se observar a coerência da narrativa de forma global (objetivos que o narrador quer atingir com a história que conta), local (os lugares onde se passa a ação) e temática (o conteúdo do que é analisado);

- d) Utilização pragmática da narrativa: O pesquisador deve ter em mente que um estudo particular pode constituir a base de trabalhos posteriores. Por esse motivo, o fornecimento máximo de informação relativamente à coleta de dados e respectiva interpretação é uma atividade essencial para o método de histórias e narrativas.

Nessa pesquisa, em particular, para construir as narrativas do processo de aprendizagem social para sustentabilidade no Assentamento Boa Vista foi feita uma combinação desses quatro processos.

Cabe ressaltar que no processo da narrativa a experiência vivida é um instrumento essencial e inclui cinco níveis de representação (RIESSMAN,1993): 1) dar sentido; 2) contar; 3) transcrever; 4) analisar e, 5) ler.

Para Riessman (1993), quem lê os instrumentos, de certa forma, imprime nesse processo analítico suas vivências e referências, portanto, dá novo sentido ao texto, pois lança mão de valores e discursos de senso comum circulantes em cultura particular. Por esse motivo, Riessman (2008) explica que existem diversos modos de se desenvolver uma narrativa (contar uma história), já que ela está intrinsecamente relacionada aos dados e ao contexto local, o que pode suprimir ou encorajar tanto os entrevistados quanto o entrevistador a interpretá-la de formas diferentes. Assim, conforme bem assevera Riessman (2008, p. 8) “o papel social das histórias – como elas estão conectadas ao fluxo de poder no mundo mais amplo – é uma importante faceta da teoria narrativa”. Essa autora compara vários estudos e propõe três tipos de análise de narrativas: temática, estrutural e dialógica ou de desempenho, conforme resumo mostrado no Quadro 3.

Tipos de análise narrativa	Temática	Estrutural	Dialógica/performance
Foco da análise	• Conteúdo comunicado pela narrativa • Experiência do narrador • Preservação da sequência dos fatos • Atenção às informações temporais e espaciais	• Estrutura e forma da narrativa • Narrativa em si mesma • Como o conteúdo é organizado pelo narrador	• As identidades dos narradores são situadas e dramatizadas em função da audiência • Pesquisadores carregam a própria identidade para o ambiente de pesquisa e refletem sobre suas influências na produção e interpretação dos dados narrativos
Objetivos das narrativas	• O que é contado?	• Como é contado?	• Para quem é contado? • Quando é contado? • Por que é contado?
Uso	• Gerar estudos de casos de indivíduos, grupos e tipologias	• Estudos de casos detalhados e comparação de casos • Proporciona ferramentas para investigar como os narradores usam a fala suas histórias.	• Dados etnográficos • Entrevistas simples • Conversas em grupos em ambientes como salas de aulas

Quadro 3: Características dos tipos de análise de narrativas.
 Fonte: Adaptado de Riessman (2008).

Em relação ao tipo de análise das narrativas dessa dissertação, optou-se pela análise temática, pois o interesse da pesquisa está voltado a identificar o conteúdo comunicado, ou seja, “o que é contado”, e não “como é contado” ou “para quem é contado”, “quando é contado” ou “porque é contado” (RIESSMAN, 2008). Ou seja, essa pesquisa procurou contar as histórias de como o processo para aprendizagem social para sustentabilidade favorece a transição de trabalhadores sem terra para produtores rurais familiares. Por isso, foram priorizadas as experiências e informações temporais e espaciais das narrativas dos diversos atores sociais do Assentamento Boa Vista. E as narrativas foram organizadas em grupos conceituais de dados, isto é, em temas, conforme mostrado a seguir.

- Identificação do problema
- Atores sociais e fases do Assentamento Boa Vista
- Os conflitos do Assentamento Boa Vista
- Necessidades dos Assentados no Assentamento Boa Vista
- Relações de poder envolvidas
- Diálogos, negociação e interação
- Espaços de aprendizagem social para a sustentabilidade
- Resgate social.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Discutir as experiências que envolvem o processo de aprendizagem social para sustentabilidade do Assentamento Boa Vista requer, primeiramente, resgatar o processo histórico de criação desse assentamento, as experiências e relações sociais vivenciadas pelas famílias, suas motivações e aspirações, identificando para tanto, os elementos que sustentam e entrelaçam esse processo.

Para tanto, nesta pesquisa serão mostradas as narrativas do Assentamento Boa Vista cujas famílias passaram por todas as fases necessárias para mudar o *status quo* de trabalhadores rurais sem terra para produtores rurais familiares.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Por meio das narrativas sobre o Assentamento Boa Vista mostradas nessa pesquisa, foi possível compreender que o contexto natural, ou seja, a terra almejada pelas famílias atua como um gatilho para o início do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade (BOUWEN; TAILLIEU, 2007), após o reconhecimento de conflitos, não por questões ambientais (JACOBI; GRANJA; FRANCO, 2006), mas por questões sociais.

Para Jacobi, Granja e Franco (2006, p. 7), um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade é deflagrado com o “reconhecimento e explicitação de conflitos originários das questões ambientais, entendimento do meio ambiente como bem público e acesso a um ambiente saudável como um direito de cidadania”. Como analogia, no caso do Assentamento Boa Vista, esse processo foi deflagrado após o

surgimento de conflitos originários de questões sociais, uma vez que as famílias que deflagraram esse processo tinham como objetivo lutar por terras para obtenção do sustento (FIGUEREIDO, 1995; NARITA, 2000; SILVA, 2002; SANTOS, 2005, GROFT; MAHEIRIE; PRIM, 2009). Contudo, essas famílias entendem que o meio ambiente, ou seja, a terra é um bem a ser cedido pelo poder público. E, somente ao final desse processo, elas podem ter acesso a um ambiente saudável, ambiente propício à geração de renda para sustento, resgatando, de certa forma, o direito à cidadania.

4.2 ATORES SOCIAIS E FASES DO ASSENTAMENTO BOA VISTA

Na luta pela terra no Assentamento Boa Vista, vários atores sociais passaram a gravitar esse processo de assentamento, influenciando e sendo influenciado em uma relação de interesses que tem sido determinante para o desenvolvimento dessas famílias. Na Figura 5, é apresentado um diagrama da dinâmica do processo de emancipação do assentamento Boa Vista.



Figura 5: Atores sociais do Assentamento Boa Vista

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

4.2.1 A terra conquistada pelas famílias

Conforme pode ser observado, no centro do diagrama está o Assentamento Boa Vista, o ambiente natural (terra, água, solo), o palco da disputa pelos assentados.

Localizado em torno da BR 342, o Assentamento Boa Vista, possui uma extensão de 5.106.200,00 m², fica no distrito de Joaçuba, município de Ecoporanga, região noroeste do estado do Espírito Santo (vide Figura 6), um município com área de 2.285,371 km e 23.212 habitantes (IBGE, 2015).

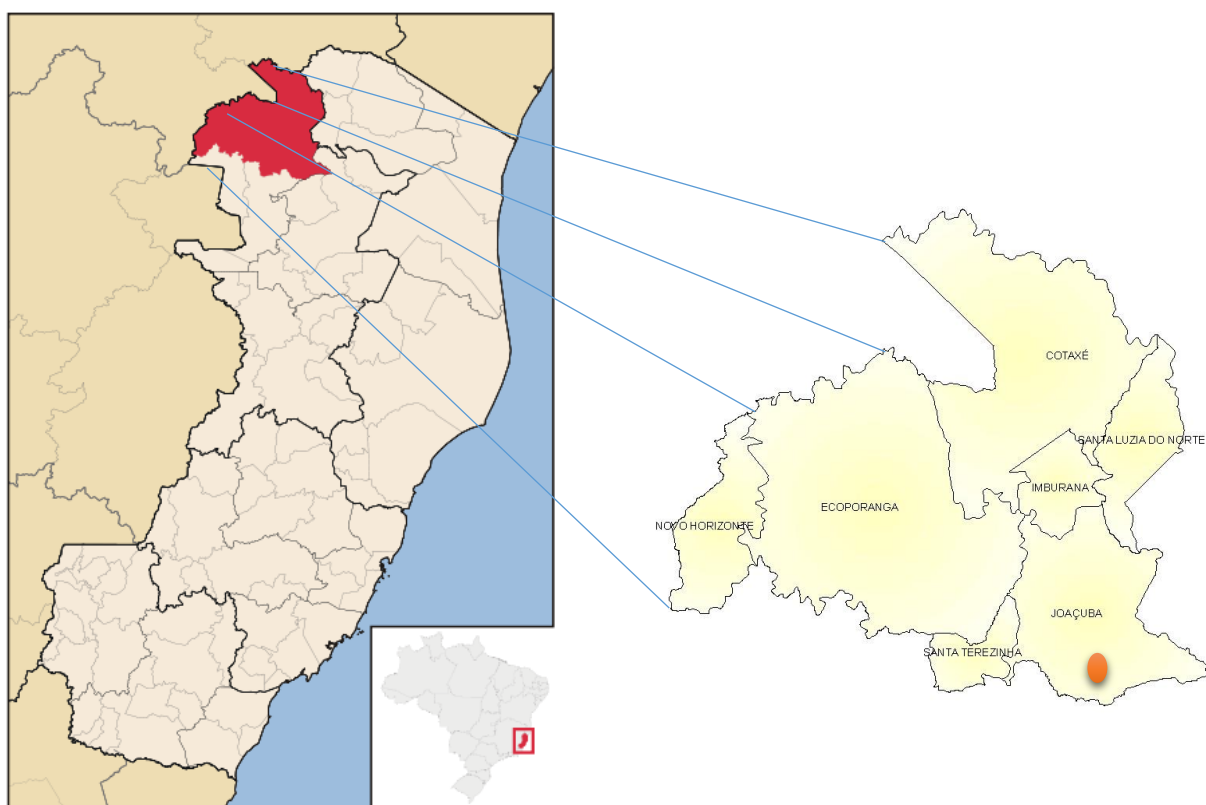


Figura 6: Mapa Município Ecoporanga – Distritos.

Fonte: Adaptado de INCAPER (2014).

Em termos demográficos, Ecoporanga possui uma população urbana de 14.779 habitantes e 8.433 na área rural. A estratificação fundiária das pequenas propriedades e minifúndios corresponde a aproximadamente 34,7% da área do município, e os imóveis de grande e médio porte representam 65,3% dessa área atuando como chamariz para os vários assentamentos na região.

A pecuária de corte e leiteira e a cafeicultura são a base da atividade econômica desse município, que se destaca como o maior produtor de leite e de rebanho do estado do Espírito Santo. Além disso, tem forte presença de organizações rurais – Sindicato Patronal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as associações diversas, tanto independentes como aquelas ligadas aos movimentos dos trabalhadores sem terra. Contudo, o município tem enfrentado problemas relacionados a algumas dessas associações de trabalhadores rurais, que têm sido pouco atuantes (INCAPER, 2014).

Além disso, fatores como preços baixos e dificuldade de escoação da produção somada ao planejamento público falho e à geração insuficiente de emprego e renda a partir da monocultura (pecuária e café) também são desafios para esse município (INCAPER, 2014).

Em relação ao meio ambiente, o município tem enfrentado um processo de desertificação, porém com recursos hídricos autossuficientes. Embora Ecoporanga tenha investido em educação ambiental, ainda é forte o desrespeito ao meio ambiente no meio rural (INCAPER, 2014).

Já em relação às questões sociais, Ecoporanga possui 10 (dez) assentamentos é o município com o maior número de famílias assentadas do estado do Espírito Santo, e o Assentamento Boa Vista é o terceiro maior em número de famílias assentadas e/ou beneficiadas no Município, ficando atrás apenas do Assentamento Miragem e do Assentamento Franqueza e Realeza.

4.2.2 As famílias e os atores sociais de suporte

Ao longo do processo de assentamento rural, as famílias do Assentamento Boa Vista assumiram três “*chapéus*” ou papéis e responsabilidades distintos, a saber: famílias acampadas, famílias assentadas e produtoras rurais familiares.

4.2.2.1 Primeira fase do Assentamento Boa Vista: famílias acampadas sem terra

O Assentamento Boa Vista foi implantado no ano de 2002, por um grupo de aproximadamente 90 famílias, que acampou à margem da rodovia BR 342 (Figura 7 e 8), liderado pelos movimentos dos trabalhadores sem terra, especialmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo (FETAES) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).



Figura 7: Família de Acampados.

Fonte: Dados da pesquisa de campo In Loco (2002).



Figura 8: Barracas do Acampamento.

Fonte: Dados da pesquisa de campo In Loco (2002).

Por meio da improvisação de moradias em barracas de lonas e bambu, essas famílias enfrentaram vários desafios, inclusive escassez e privação de recursos, para atingir seus objetivos e conseguir suas glebas de terra.

Essa condição é bem exemplificada na fala da assentada AS3:

Ah... primeiro, a gente veio para debaixo da lona. Depois, ficamos na beira da estrada. Cozinhava em fogão à lenha, buscava água no córrego que era longe. A nossa comida era o palmito, porque não tinha o que comer, barraca feita de bambu, fornalha de lenha, ninguém tinha gás, ninguém tinha luz. A nossa lamparina era a óleo diesel. Esse sofrimento todo foi até sair a terra.

Esses dois movimentos sociais – FETAES e MST – atuam, nas palavras do Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, “fazendo pressão” no INCRA

(Instituto Nacional de Reforma Agrária) para dar agilidade ao processo de aquisição e/ou desapropriação de terras. E atuam também com o Município para obtenção das condições estruturais mínimas para os acampados:

[...] nós a princípio, a pedido deles (acampados) e do movimento social, fornecemos água tratada. A Prefeitura captava água, levava para eles porque não tinham água. A prefeitura em dado momento também cedeu lona, comida, cestas básicas, até o acampamento se implementar lá na região de Joaçuba. Então, em decorrência, né, da pressão feita pelo MST, porque a bandeira que tinha lá na época era do MST e da FETAES.

Com esse apoio, a Prefeitura de Ecoporanga inicia sua atuação no processo de emancipação desses acampados atuando como um agente participativo no dia a dia desses acampados.

Em resumo, enquanto acampadas, as famílias ficaram à margem da estrada por um longo período, vivendo em estado de extrema pobreza, acampadas sem nenhum tipo de estrutura, vivendo de favores de alguns grupos (igreja, organizações não governamentais, governo) e dos movimentos sociais, vinculados à reforma agrária.

Esse período de acampamento, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por essas famílias, foi essencial para que elas pudessem deixar a situação de acampados para conseguir seu lote de terra e se tornarem assentadas e, posteriormente, produtores rurais familiares.

Para isso, foram necessárias várias estratégias de organização em prol desses objetivos. Tais estratégias envolveram os suprimentos de recursos com lonas para barracas, alimentação etc., uma vez que, nesse período, as famílias não exerceram atividades remuneradas, embora as crianças frequentassem as escolas municipais. Ainda nesse período, não é possível prever quando e para qual terra as

famílias serão direcionadas. Portanto, trata-se de um período de teste de resistência, incertezas e de aprendizado com foco no coletivo, constituindo-se em um importante elemento de pressão na conquista da terra e na luta pela reforma agrária.

4.2.2.2 Transição de acampado (primeira fase) para assentado (segunda fase) – Assentamento Boa Vista

Após longos dois anos vivendo na lona às margens da rodovia, finalmente o INCRA libera os acampados para ocuparem o assentamento. Entretanto, os moradores terão de enfrentar um período transitório ao adentrar a propriedade: a demarcação e distribuição dos lotes pelo INCRA. Esse processo é moroso e marcado pela incerteza, já que o novo assentado deverá esperar um longo período para ter seu espaço definitivo.

Quanto ao INCRA, a sua participação nesse processo do Assentamento Boa Vista começa com o cadastro dos acampados e da negociação de uma propriedade situada a cerca de 2 km do acampamento, selecionada para assentar os acampados. Segundo o servidor público do INCRA, essa negociação foi uma compra e venda dentro do Decreto nº 433/92, iniciada com a oferta do próprio proprietário para o INCRA. Após a avaliação da propriedade, constatada como improdutiva, e a apresentação de uma contraproposta, o acordo foi fechado. A terra nua foi paga em títulos da dívida agrária, no prazo de cinco anos, e as benfeitorias em dinheiro. Esse ato foi referendado em uma audiência pública realizada no município de Ecoporanga.

Essa condição é explicada pelo Assentado AS4:

Nós ficamos acampados antes para adquirir um pedaço de terra, só que aí ficávamos na beira do asfalto. Aí, quando a terra saiu, nós viemos pra aí e o INCRA veio e falou que a terra tinha negociado e que a gente podia mudar pra dentro da propriedade do fazendeiro que já tinha liberado. Mas, aí quando nós mudamos com as barracas cada no seu lugar, mas não nos seus lotes certos, que não tinham medido ainda a área de terra para cada um. (AS4).

Uma observação que se faz oportuna é relativa ao processo de negociação da terra, que também é feita entre os assentados que já estão dentro da propriedade em fase de adaptação de seu lote.

Foi sorteio, aí eu tirei o lote no morro e nessa época o INCRA liberou pra quem não se agradasse da terra, podia trocar com o outro. Aí eu tirei lá no alto da serra, lá no morro, aí o homem não queria ficar aqui e trocou comigo; ele foi pra lá e eu fiquei aqui. Aqui era pura mata, não tinha nada plantado aqui, era mata virgem mesmo. (AS3).

Como assentado, nesse período de demarcação e distribuição, não detém a documentação para se cadastrar como um produtor rural e recebe apenas os créditos de ajuda inicial do governo, e precisa enfrentar outro desafio: permanecer na terra e esperar os benefícios do governo federal, como os créditos rurais necessários para alavancar a produção para o seu sustento, em alguns casos, aguarda anos para a devida regularização.

A assentada AS10, relata que recebeu seu lote, e ficou aguardando a regularização para iniciar sua lavoura.

O incra deu pra nós um alqueires e meio, e nós ficamos esperando a documentação para poder pedir os empréstimos nos bancos para plantar a lavoura, contando com a ajuda dos outros; .

O Município está presente com a ajuda aos assentados nesta etapa, conforme explica o servidor da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG):

[...]a prefeitura no início do assentamento deu todo apoio no sentido de estradas, no sentido de estar atendendo o pessoal nas demandas. Primeiramente emergenciais até a questão da divisão dos lotes e do assentamento, mesmo, dessas pessoas em seus lotes, em sua casa. Eu lembro que na época, a Prefeitura doou um trator agrícola para o assentamento, que ainda não tinha uma infraestrutura básica de estrada, de projeto de plantios definidos, então o prefeito Pedro Costa do PT, fez essa doação, desse trator lá para esse grupo de assentados. Aí já era um assentamento já né só não tinha feito a divisão exata dos lotes porque teria que fazer o levantamento topográfico fazer divisão e o sorteio dos lotes e aí então, cada um ir para o seu lote. Então, a prefeitura cedeu esse trator para que eles pudessem estar cultivando cultura de subsistência nesse período de transição aí até o pessoal assumirem definitivamente os seus lotes. Então é basicamente, o nosso contato com eles é desde 2000, desde quando eles ainda eram ainda um grupo de acampados e hoje já é um assentamento consolidado.

Após esse período de distribuição, negociação, trocas e adaptação de cada família assentada em seu devido lote, ocorrem o estágio de regularização das documentações necessárias para o assentado usufruir dos créditos rurais ofertados pelo governo federal e para a manutenção e cultivo de uma agricultura familiar, que é organizado e regularizado pelo INCRA.

Esse processo de regularização é explicado pelo técnico da Secretaria Municipal de Agricultura:

Quando ele é assentado, então ele recebe a declaração, a DAP, a declaração que é emitida pelo INCRA, então em posse dessa declaração de aptidão do INCRA, como assentado ali, aí ele vai ter acesso às linhas de crédito do governo federal, a questão de benefícios de aposentadoria, todos os benefícios voltados à questão do homem do campo, do trabalhador rural e do assentado.

Além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e a Secretaria Municipal de Agricultura de Ecoporanga se envolvem na missão de orientar e auxiliar os assentados para qualificação e declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) do trabalhador rural, documento que irá permitir sua classificação e enquadramento no programa.

Atualmente, o que é que acontece, a gente tem feito atendimento na área de agrícola especificamente na emissão de DAP que é a declaração de aptidão do PRONAF, os laudos para custear a atividades de cafeicultura a gente faz também (Técnico da INCAPER).

A Secretaria Municipal de Agricultura possui uma parceria mais ativa e próxima ao INCRA, nas palavras do Secretário:

Olha, é uma parceria que eu não sei nem explicar. O Seu Cândido é uma pessoa que a gente conquistou uma amizade com o superintendente do Incra e, assim, é uma amizade que a gente trata ele com respeito; não trata a situação do Incra só por amizade, a gente se trata como profissional. E tem uma ligação muito boa, ele atende o assentando na hora que a gente precisa, a gente pega o assentando se tem um problema aqui e leva o assentado até a sede do Incra, chega lá e somos bem recebidos. Inclusive, antes de ontem mesmo eu tive uma reunião com o Cândido, referente aos assentados. Ele vem pra cá quando a demanda fica grande, ele vem, junta um grupo de assentados aqui e senta. Nossa parceria com o Incra é muito boa mesmo, inclusive, há gente agora só complementando isso aí... O Incra disponibilizou pra nós três veículos pra Secretaria da Agricultura, pra ajudar no atendimento dos assentados; três veículos usados, mas em bom estado, que foi um caminhão com capacidade pra sete toneladas, uma caminhonete Mitsubishi L200, e um Corsa de quatro portas para ajudar no atendimento dos equipamentos. (Então, isso prova uma boa ligação que a gente tem com o Incra, aí muito dos municípios perguntam, como você conseguiu essa façanha? Conseguiu carro do Incra... Eu não sei, mas acho que às vezes foi um reconhecimento desse trabalho que a gente faz no assentamento e a superintendência reconheceu isso.

É importante salientar que, além das famílias que permaneceram à margem da BR para conseguir sua terra, existem casos como o da assentada AS5 que entrou no processo de assentamento após o primeiro loteamento, por meio de intervenção do INCRA e da Associação do Assentamento Boa Vista:

A gente morava em uma terra de fazendeiro há mais de 10 anos, aí do nada ele sumiu, largou a gente sem nada, na míngua. Passando até fome; aí, é... Ricardo seu Milton né, que tá aí presente, pode falar a verdade, eles via a nossa situação que a gente não tinha água não tinha energia o dia que tinha comida não tinha água para cozinhar e era uma tristeza...Aí a gente ficou um tempo também debaixo da lona, lá pros lados do cascudo, mas aí a gente acabou saindo também...e continuou na fazenda né, porque a gente trabalhava pros outros né? Aí uma época aí, um senhor acabou falecendo e tinha muita gente nessa vaga para entrar né? Só que aí Ricardo mais seu Milton viu a minha situação aí foi e conversou com o INCRA, aí graças a Deus o INCRA foi e deu a terra pra nós. Aí a gente entrou. Tem sete anos já que a gente tá aí. Tô muito feliz, graças a Deus. (AS5).

As pessoas referidas pela Assentada AS5 são, respectivamente, o presidente e o secretário da Associação dos Moradores do Assentamento Boa Vista. São pessoas do próprio assentamento que atuam fazendo a intermediação dos trabalhadores rurais com os diversos atores sociais envolvidos nas questões de interesse do assentamento. São pessoas que possuem um bom relacionamento e trânsito nos órgãos públicos e na sociedade em geral, e cuja aprendizagem social acontece com base na observação e na experiência:

[...] você sabe que nessa parte aí eu fui leigo né? não sabia de nada. É tanto que algumas pessoas me perguntavam, como é que você faz tal coisa, sendo que você não sabe... Por exemplo, podar um pé de café. Falei, eu pergunto! Aí eles olhavam para mim e perguntavam: Você não tem vergonha não? Falei, não uai, eu estou aprendendo! E graças a Deus, dá certo, porque eu copio de todo mundo, dele aqui, de muitos aqui que sabem mesmo, eu copio e eles também me incentivam, se tem um problema com eles também, eu incentivo... No caso de saúde mesmo, sempre eles me procuraram aqui eu faço o possível em atendê-los e nunca tive problemas com isso. Aqui é uma mão lavando a outra..., que o nosso dilema antigamente era vender o almoço para pagar a janta né?. Hoje não..., hoje já está mais ou menos... Era um dilema que nós colocamos desde o início como acampados né? (AS1).

Isso também ficou explícito na fala do servidor da Secretaria Municipal de Agricultura:

Tem aqueles caras que têm uma visão mais empreendedora. Tem aquele cara que ele quer produzir mais. Nós tivemos denúncia até de uma empresa de Nova Venécia que estava mudando as cartas de aptidão do assentamento né? jogando ele para um público maior para ele poder captar mais recursos. É errado? É errado porque é o público que tem enquadramento. Só que o cara chegou em um nível de desenvolvimento tão grande que ele já quer ter o secador dele, ele quer ter a máquina de beneficiar café dele. Então ele já tem um pensamento além daquela realidade dele, já chegou no nível de desenvolvimento tão grande que ele já não quer mais um hectare de café. Ele já plantou dois, entendeu?. Ele já tá pagando mão de obra. Então ele já na condição de assentado, a gente já tem alguns assentados lá que paga mão de obra já. Contrata mão de obra dos assentamentos do estado. Que é próximo onde o pessoal não tem o nível de desenvolvimento deles. Apesar de serem bem mais antigos, mas não têm o nível de desenvolvimento deles. Então assim, você vê dentro da própria estrutura do assentamento que o cara chegou em um nível de desenvolvimento que ele... que limitou, ele chegou no muro, ele quer pular o muro, ele quer ir mais além. Então assim, esse indivíduo que tem essa visão..., é... eu vou ser ousado em dizer: essa visão empreendedora maior,

então o cara já com aquela situação que o governo fomentou para ele da questão do financiamento, na questão do incentivo, na questão de todo um aparato, o cara ele foi para um nível de desenvolvimento...

Esse segundo estágio durou aproximadamente um ano.

4.2.2.3 Transição de assentado (segundo estágio) para Produtor Rural (terceiro estágio) – Assentamento Boa Vista

Com a documentação regulamentada, as famílias assentadas se transformam em agricultores familiares, deixando de ser trabalhador rural sem terra, pois agora possuem sua terra e nela têm que produzir para tirar o seu sustento. A luta continua no sentido de conseguir benefícios para usufruir dos vários créditos rurais ofertados pelo governo federal e estadual para os moradores dos assentamentos.

O INCRA orientou esse processo e participou dele c, com uma visão de que não adianta entregar a terra ao assentado sem a continuidade de acompanhar, orientar e regularizar para que ele consiga chegar a ser um Agricultor Familiar.

Como narrado na fala do servidor do INCRA:

Só que para o assentamento chegar no estágio que chegou o Boa Vista, o INCRA também deu uma implementação de créditos na época. Que foram créditos de apoio inicial que era o valor na época não sei se era dois mil ou dois mil e quatrocentos reais, que era para eles comprar suas primeiras ferramentas, comprar sua primeira alimentação e alguns utensílios para sobreviver. Após isso, eles receberam crédito fomento, que é para compra de pequenos animais, para compra de sementes, de mudas para eles começar a dar uma alavancada. E depois veio o crédito de habitação que foi para construir a sua casa, que cada um hoje tem a sua habitação.

Atualmente, o Assentamento Boa Vista conta com 57 famílias assentadas, cuja população é formada, em sua maioria, pelos assentados que permaneceram acampados até à regularização de suas terras e/ou por trabalhadores rurais que

adquiriram o direito à terra em virtude da desistência ou abandono do antigo morador, processo esse que só pode ocorrer mediante auditoria do INCRA.

Nesse estágio, o Assentamento Boa Vista está produzindo e gerando resultados positivos para seus moradores com impactos positivos para a economia local, conforme será discutido nas próximas temáticas.

Essa parte da história do Assentamento Boa Vista mostra como um grupo de famílias saiu de uma situação de extrema pobreza e atingiu o patamar de produtores rurais familiares, conforme mostrado na Figura 9.

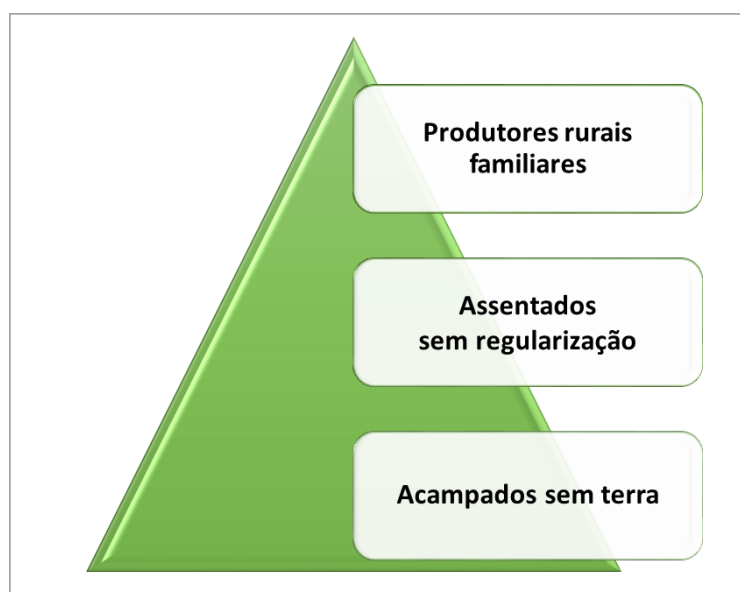


Figura 9: Etapas do processo de assentamentos rurais.
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.3 Associações dos produtores rurais familiares do Assentamento Boa Vista

Atualmente, o Assentamento Boa Vista conta com duas associações: a Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Vermelho, Assentamento Boa Vista e Região (AMPREV), fundada em 20 de março de 2011, com uma estrutura

organizacional com Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Conselho Fiscal; e a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Boa Vista (ASAFAB), fundada em 10 de julho de 2007, com uma estrutura organizacional com Presidente, Vice-presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro e Conselho Fiscal.

A ASAFAB ficou um tempo desativado, devido aos conflitos internos que surgiram com seus líderes, desestimulando as diretorias de gestões anteriores a realizar suas reuniões. A ASAFAB voltou suas atividades em 22 de agosto de 2015, sendo eleitos novos membros para compor a diretoria.

Essas associações de moradores atuam como intermediárias entre os assentados e os diversos atores sociais envolvidos nesse processo. Ambas têm como objetivo apoiar os moradores do Assentamento Boa Vista quanto às reivindicações.

Contudo, nota-se certa disputa de poder entre seus membros, que muitas vezes geram conflitos de interesses (não concordância da seleção de programas de ajuda governamental e mesmos problemas pessoais) entre algumas famílias e as associações. Segundo a assentada AS8: “Existe uma política interna que gera conflito”. Essa política interna e divisão de ideias ficaram demonstradas na entrevista da assentada AS5: “Diz que tem outra associação aí. Mas, eu não... nós não sabe, porque nós... a gente não é dela. A gente não vê nada. Acho até que acabou porque não vejo mais”.

Em sua fala, o assentado AS7 complementa que existem duas associações, mas há conflitos entre seus membros e que isso desestimula a todos, ocorrendo

constante troca de Presidente. “Realmente tem duas associações, mas ninguém sabe se a outra associação é legal, ela troca de presidente umas três ou quatro vezes por ano. E aí ninguém sabe quem é certo e quem é o errado”.

4.2.4 Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA

Conforme já identificado neste estudo, o INCRA é o principal gestor da reforma agrária no Brasil, nos três estágios do processo pelos quais passam as famílias para subir ao topo da pirâmide (Figura 9). Assim, como ator social que gravita no processo de formação e manutenção dos assentamentos rurais, também tem um papel de apoiar, com suas dificuldades e desafios para conseguir manter a inclusão social desses grupos de pessoas que lutam por um objetivo comum, em prol da reforma agrária brasileira.

O INCRA é um órgão ligado ao governo federal, o qual atua como o gestor da estrutura fundiária no Brasil, de modo que o cadastramento do sem-terra é condição necessária para que o trabalhador rural, inicialmente “acampado”, possa buscar a oportunidade de adquirir um lote e desenvolver sua produção.

Para compreender melhor a dinâmica desse processo de cadastramento, é fundamental compreender que o INCRA mantém por meio de sua base de dados, diversos estudos referentes às propriedades brasileiras, produtivas ou não. Isso ocorre porque o Instituto constantemente vistoria a condição dos imóveis rurais. Contudo, quando existe um “acampamento” de trabalhadores sem terra, a vistoria é priorizada.

É nesse ínterim, entre identificação de terra improdutiva e assentamento do trabalhador sem terra, que atuam os movimentos sociais, fazendo pressão por

reforma agrária, por políticas públicas de assentamento e, sobretudo, por agilidade no processo de aquisição e/ou desapropriação de terras, dentre outros. E com a orientação e o apoio dos movimentos sociais às famílias acampadas, o governo – esferas federal, estadual e municipal – é pressionado a agir de forma mais rápida para agilizar os processos de desapropriação/aquisição das propriedades. Conforme bem especifica o servidor do INCRA:

Se não houvesse a questão dos movimentos sociais, é... não teria a desapropriação das áreas, porque o tempo do serviço público ele é diferente do tempo do cidadão, né? Então, essa ansiedade, essa luta pessoal adiantou a questão da Reforma Agrária ou da distribuição de terras. Eu trabalho da seguinte maneira: Diálogo com transparência e responsabilidade.

O papel do INCRA no Assentamento Boa Vista é principalmente dar assistência técnica visando à inclusão social das famílias. O servidor do INCRA explica:

A responsabilidade da instituição (INCRA) é prover o desenvolvimento sócio econômico dessas famílias... Dentro da inclusão social, de respeito à produção, educação, infraestrutura. É...comercialização e assistência técnica. Até chegar ao ponto do assentamento ser consolidado e dessas famílias se inserirem na comunidade e na sociedade do município.

Embora o INCRA tenha um papel de destaque enquanto gestor no processo de assentamento, o entrevistado enfatiza a necessidade de se quebrar o paradigma relativo à dependência existe entre o assentamento e o órgão, uma vez que outros atores são beneficiados e possuem interesses na emancipação e sustentabilidade dos assentamentos:

Muitas vezes se pensa, que se assentou é o INCRA que tem que fazer tudo. Não é bem assim, tá?. Eu por exemplo, estou conseguindo quebrar um paradigma aqui no Espírito Santo. Que o assentamento, ele não é uma ilha Federal dentro do município, ele tem que ser inserido na sociedade.O Boa Vista, por exemplo, a grande maioria das famílias, é oriunda do município

de Ecoporanga. né? Isso já é um ganho. E ali o município de Ecoporanga, hoje ele tá sendo um grande parceiro. Ele entendeu que o assentamento não é uma ilha federal dentro do município. Então ele está investindo. Ele investe em educação, ele investe em escoamento, ele investe na infraestrutura, na saúde, para ele se desenvolver (Servidor do INCRA).

4.2.5 Movimentos Sociais: FETAES e MST

Movimentos sociais como o MST e a FETAES têm um papel mobilizador do público em relação aos assentamentos. Por meio dos acampamentos na cidade, eles mostram à população urbana as condições de um acampamento no campo, por conta da paralisação da Reforma Agrária.

Ao iniciar o processo de ocupação de trabalhadores sem terra, essas lideranças iniciam o trabalho de frente de massa, que consiste em conscientização, enfrentamento, manifestações e negociações. Trata-se, portanto, de intermediários entre o trabalhador sem terra e a rede de atores sociais que passam a gravitar a vida desses trabalhadores, influenciando diretamente na criação de sua identidade “sem terra”. Como bem explica o funcionário da FETAES:

O movimento sindical foi criado pela luta da terra, para fins da reforma agrária, o principal eixo do movimento sindical e a reforma agrária, ajudando a organizar, reivindicar junto ao governo para fins da reforma agrária, junto com os trabalhadores sem terra.

Essas entidades têm em comum o objetivo de colaborar com os grupos de pessoas que estão em luta por um pedaço de terra, compartilhando a visão de que as terras improdutivas dos grandes latifundiários devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Contudo, tanto a FETAES quanto o MST possuem características e formas de luta que os diferenciam substancialmente.

A bandeira da FETAES é para reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais, defender a categoria dos trabalhadores rurais seja ele proprietário, assalariado ou meeiro, atuando nas áreas de associativismo, cooperativismo, trabalhando também o lado da agricultura sustentável. (Funcionário FETAES)

O MST destaca a democratização da terra é o desenvolvimento social e econômico, como características primordiais do movimento.

As bandeiras do MST é a democratização da terra, é o desenvolvimento social e econômico do campo, a relação entre a posse e uso da terra e sua relação com a preservação ambiental, produção de alimentos saudáveis e a formação político-econômico-cultural dos camponeses. Então, o MST trabalha desde a ocupação da terra, mas buscando que em cada acampamento e assentamentos tenha uma escola, tenha escola pro processo de escolarização das pessoas, mas, ao mesmo tempo a gente promove cursos de formação política; considerando os limites que tem a escola e constituição, outros aspectos da formação, a gente busca realizar outras atividades. Mas, o próprio processo da luta, a luta por si só, já é um processo educativo e pedagógico. A luta ensina a lutar. Então, as bandeiras de luta se dá a partir desses aspectos. As pessoas são os protagonistas desse processo, as pessoas não precisam ser filiadas ao MST, até porque, o MST não tem filiado; são partes participando, envolvendo. O MST difere de outras organizações, porque congrega independente da religião, de partido político, de credo, ou seja, todos aqueles que se dispõe a lutar pela terra, esse se torna a base do MST (Dirigente do MST).

O Assentamento Boa Vista já tem certa estrutura para sobreviver, mas os movimentos sociais como a FETAES continuam sempre atuando e fazendo reuniões de trabalhos para tratar as demandas dos assentamentos e acampamentos, ante o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Colocam em pauta temas como habitação rural, barragens, energia elétrica, problemas relacionados às substituições de assentados, benefícios previdenciários e assistência técnica nos assentamentos. Em particular, esse último tema é um grande gargalo do estado do Espírito Santo, que hoje não conta com nenhuma empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Cabe salientar que a INCAPER tem prestado esse serviço de uma forma tímida, o que causa atrasos significativos ao acesso aos créditos, às barragens e ao Programa Nacional de

Habitação Rural (PNHR) e outros. O secretário de Agricultura do Município de Ecoporanga reconhece que “O grande gargalo hoje dos assentamentos é assistência técnica”.

4.2.6 Município de Ecoporanga

O município de Ecoporanga atua diretamente no apoio aos moradores do Assentamento Boa Vista. Por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, o município tem atendido às mais diversas demandas do assentamento. Nas palavras do secretário Municipal de Agricultura:

[...] no assentamento Boa Vista a gente tem atendido assim de uma forma coletiva, se eu levar a máquina para fazer o carreador, a máquina vai fazer o carreador das 57 famílias, se levo o trator pra arar o preparo do solo, é para atender 57 famílias, se é a pá carregadeira igual a gente tem feito no terreiro de café, cada um recebeu um terreiro de café, então a gente trabalha lá coletivo, de uma forma ordenada. Sem contar com o atendimento que a gente faz com os caminhões, com as caçambas que a gente procura atender eles da melhor maneira possível com o transporte de insumos.

É importante frisar, que um assentamento quando atinge certo grau de maturidade, configurado na produção e autonomia de seus assentados, isso representa um interesse para o município que vê sua economia sendo movimentada. Com isso, o amparo prestado pelo município à estrutura de atendimento a um assentamento pode ser considerado um verdadeiro investimento no município e nas pessoas.

O Município busca sempre atender às reivindicações dos assentamentos, visualizando que quando mais produtivo for o assentamento, mais positivamente reflete no impacto da economia local, gerando independência financeira para as

famílias dos assentados. Na fala do secretário Municipal de Agricultura os assentamentos do Município são vitais para economia local, exemplificando:

Que ver o impacto local, eu faço a seguinte brincadeira: Imagina nenhum dos assentados do assentamento Boa Vista vai entrar na cidade durante uma semana, dá pra sentir o impacto já. Porque é o pequeno agricultor que investe na cidade, porque o grande produtor muitas vezes ele passa e compra direto da fábrica, e o agricultor familiar, tipo assentado, se ele ganha 10 reais, ele gasta dentro da cidade, se ele ganha 1.000,00 ele gasta dentro da cidade, se ganha 10.000,00 também gasta dentro da cidade, então ajuda muito a cidade, dá uma força muito grande, o impacto é muito grande e positivo.

O Gestor do Município deixa claro que tem dado apoio aos assentamentos, pois entende que eles trazem benefícios, ou seja, quanto mais assentamentos, melhor para o Município. Ele esclarece:

A história hoje, uma história de conquista, de vitória, é uma história de luta, Hoje, os assentamentos fazem um diferencial muito grande de produção. E, além disso, se não fossem os assentamentos, hoje, Ecoporanga seria um município bem vazio.

Além dos impactos econômicos no município, o Gestor do Município, também reconhece que o Assentamento Boa Vista, além de gerar desenvolvimento para o Município com sua produção, tem um papel social ao proporcionar uma vida digna no campo:

O Município entende a importância da Reforma Agrária e dos assentamentos que traz um impacto super positivo no desenvolvimento da região, os assentamentos têm um papel social relevante, o Município enxerga a importância dessas famílias que retiram o seu sustento da propriedade gerando desenvolvimento e proporcionando uma vida digna no campo, contribuindo também para minimizar o êxodo rural que durante décadas aconteceu no Município. O êxodo rural foi muito grande e a gente está recompondo agora o município com os assentamentos.

4.2.7 O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)

O INCAPER é um órgão do governo do estado do Espírito Santo, que responde pelos assentamentos no Estado. Segundo o servidor estadual (técnico do INCAPER), o INCAPER atua em paralelo ao INCRA, respondendo apenas pelos assentamentos do Estado. Trata-se de um atendimento de caráter técnico por meio de atendimento à demanda no local ou por meio de visitas a campo.

Embora o assentamento Boa Vista esteja sob a responsabilidade do INCRA, o INCAPER tem prestado atendimento aos trabalhadores rurais por meio de expedição da declaração de aptidão ao PRONAF, um documento essencial para que esse assentado possa buscar recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um sistema de financiamento do governo federal de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias.

Em relação às atividades prestadas pelo órgão, o servidor da INCAPER explica:

Atualmente, o que é que acontece..., a gente tem feito atendimento na área agrícola, especificamente na emissão de declaração de aptidão do PRONAF, os laudos pra custear as atividades de cafeicultura a gente faz também. E a questão de pragas e doenças nas lavouras quando alguém vem e fala “tem uma praga na minha lavoura, estou precisando da visita de um técnico”, o técnico também visita. Temos também o zootecnista que, quando demandado, atende lá na área de pecuária de leite, que é outro ramo lá do assentamento. É a questão de organização social, de quando precisar ali de documentos pro Programa Nacional de Habitação Rural, a gente está aqui e atende na medida do possível. A gente tenta fazer um trabalho que, como são produtores de café, da importância desses assentados ter bloco de produtor rural e de estar guiando a sua produção quando ela sai da propriedade. Porque muitas vezes ele não consegue comprovar uma renda porque vende o que produz sem guiar. Então, a gente tem feito um trabalho individual, todas as pessoas que a gente atende que falam que não tem bloco, a gente encaminha um e a gente tá batendo na tecla de que é importante a produção sair guiada da propriedade.

O INCAPER é um importante instrumento mediador entre o INCRA, o Município e o Assentamento Boa Vista, e essa relação é bem exemplificada na fala do assentado AS7:

Eu acho que não poderia ter coisa melhor que essa, não. Porque o que nós precisamos com eles, nós temos. O que nós precisamos com a Prefeitura, nós temos. Nós precisamos lá da Incaper, é mesma coisa. Então eu acho que não precisa melhor. Se às vezes, eu chego na rua e estou precisando de um documento, se a Incaper naquele momento não tiver ninguém ali, vou lá na Secretaria da Agricultura, falo pra puxarem o documento pra mim e depois de três minutos o documento tá na minha mão. Isso é qualquer um de nós aqui dentro, e se a gente não quiser fazer isso, a gente pede pro presidente aqui que é o Ricardo, ele vai lá pessoalmente mesmo. Nós temos a total segurança nesse aspecto do Incra, Incaper, Prefeitura... É tranquilo isso aí! Eles chegam na nossa casa e vão lá pra cozinha tomar café e comer, igual você fez ali agora, mesmo coisa são eles, não tem diferença nenhuma. Eles chegam aqui e vão lá pra nossa cozinha, sentam na nossa mesa pra tomar café com nós, comer e tudo. É assim!

4.2.8 Latifundiários

No caso do Assentamento Boa Vista a terra foi objeto de compra e venda, ofertado pelo proprietário. Dessa forma, o processo de negociação da terra ocorreu de forma consensual entre o INCRA e o proprietário. Uma propriedade de 5.106.200 m², que foi distribuída para as 57 famílias, cada família assentada ficou com uma área 72.600 m²; e o restante de 968.000 m² para área de reserva do assentamento.

4.2.9 A comunidade local

O Assentamento Boa Vista está localizado em Joaçuba, distrito do município Ecoporanga - Espírito Santo que possui cerca de 2.400 habitantes. A proximidade do Assentamento Boa Vista, tem gerado desenvolvimento para o carente distrito, sendo que a mão de obra temporária para trabalhar nas lavouras do assentamento

vem do distrito. Além disso, os investimentos dos moradores do assentamento gera movimentação no comércio local.

Após a implantação do assentamento Boa Vista houve um avanço na estrutura física das escolas para melhor atender a demanda que cresceu com a implantação do assentamento na região. Portanto, trazendo desenvolvimento para a região.

O Quadro 4 resume os atores sociais e os seus interesses no Assentamento Boa Vista.

Categorias	Atores sociais	Interesses
Famílias	Acampadas	Busca da terra
	Assentadas	Já na propriedade, posições ainda indefinidas/busca da regularização.
	Produtoras rurais	Produzir para tornarem-se autossustentáveis
	Associações dos moradores	Apoio aos moradores buscando o bem comum
Governo	INCRA (federal)	Órgão gestor da Reforma Agrária
	INCAPER (estadual)	Assistência técnica aos assentados
	Prefeitura de Ecoporanga (municipal)	Apoio estrutural em todas as etapas
	Secretaria Municipal de Agricultura	Promoção da economia local, movimentação do mercado de trabalho temporário, produção de alimentos, combate a evasão rural
ONGs dos movimentos sociais	FETAES	Frente de massa/luta pela terra
	MST	Reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais, defender a categoria dos trabalhadores rurais seja ele proprietário, assalariado ou meeiro, atuando nas áreas de associativismo, cooperativismo.
Latifundiários	Proprietários da terra	Negociar a transferência da terra para os projetos de assentamentos.
Comunidade local	Distrito de Joaçuba	Integração Social, a geração de mão de obra temporária, movimentação econômica, produção de alimentos, combate a evasão rural, geração de receita por meio de recursos de projetos para reforma agrária.

Quadro 4: Resumo dos atores sociais e os seus interesses no Assentamento Boa Vista
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Apresentados os principais atores sociais, percebem-se os diferentes papéis e responsabilidades desempenhados por cada um deles. Por mais que os interesses

convirjam em direção à inclusão social das famílias, conflitos de interesses têm acontecido em todos os estágios desde o início do Assentamento Boa Vista.

4.2.10 Resgate da Juventude no Assentamento Boa Vista

A juventude no assentamento Boa Vista compõe um grupo de pessoas desejosas de permanecer e trabalhar com os pais. Entre as falas dos assentados, pode-se constatar que os jovens permanecem com os pais, incrementando a mão de obra. Na fala da assentada AS5, é possível compreender como se dá o processo de desenvolvimento da juventude no assentamento Boa Vista.

Meus filhos tudo estuda...Tem que estudar, outra coisa que a gente não é nada sem estudo. A gente se preocupa né, Dilmar? Dilmar deu até uma partezinha do café pra ele cuidar, para ele ficar alegrinho né? E ele pensa em morar aqui, ele tá até pensando em fazer uma casa lá no nosso lote...Tá querendo casar, meu filho.. Hummm, Agora isso aí eu já não gosto... Diz ele que vai casar e vai fazer uma casa lá encima... verdade! Dentro do lote. Aham.

Cabe salientar que a área dos lotes do assentamento pode abrigar até duas famílias, sendo inviável ampliar a divisão deste lote para mais filhos. Portanto, é essencial a discussão de políticas públicas que viabilizem a permanência dos jovens no assentamento bem como a promoção da aprendizagem social, e qualificação das famílias.

Durante as entrevistas, não foi identificada a participação da juventude nas discussões referentes às demandas da comunidade, ficando evidenciada ainda a necessidade de promover espaços para a cultura e lazer dos jovens próprio assentamento:

Ahhh!!! Ahhh, ixi!!! Meus fiotinhos...Posso falar? É a mesma coisa que o Adonis falou: uma quadra pras crianças brincar. Você já pensou? Porque

aqui Graças a Deus, igual o home falou todo mundo aqui é unido, mas é...já pensou se tivesse uma quadra pros meninos brincar no final de semana...Né? Uma quadra para eles brincar, poder brincar, jogar uma bolinha. Apesar que eu não mexo com bola, mas até eu ia lá oiá!. É... porque esses meninos joga né? de 18, 15 anos, eles, não sei como eles gostam tanto de uma bolinha, jogar uma bolinha. As vezes eles querem ir alí brincar, aquele matão toma conta...eles vai lá com a enxadinha no final de semana carpina coitados... aí depois torna a sujar de novo... uma coisa muito sem jeito...(AS5)

Não é possível desvincular o futuro do assentamento rural e da agricultura familiar sem observar a condição da juventude rural em seu ambiente, sobretudo porque esses jovens, possivelmente, irão suceder seus pais na exploração do lote.

Nesse contexto, salienta-se a fala do Servidor do INCAPER:

Apesar de eu não conhecer todas as famílias - conheço apenas algumas-, o que a gente analisa é o seguinte: muita das famílias conforme o filho vai crescendo, a terra é pequena. Não cabe, vamos supor que, o filho jovem não tem uma atividade produtiva no assentamento, o pai mexe com café e leite, o jovem fica num ponto em que ele vai para o café e leite ajudar ali; ele não cria uma atividade própria para o jovem, acho que precisa ser trabalhada a questão da juventude rural do assentamento para que eles não façam um caminho oposto. Ao invés deles se tornarem assentados, estar ali junto ao pai, ele sai e vai para a cidade à procura de melhor condição de vida. Acho que as famílias precisam de um trabalho que seja voltado para a juventude que tem se formado nesses assentamentos.

Portanto, a continuidade da agricultura familiar depende da forma como a juventude vem se desenvolvendo. No caso do assentamento Boa Vista, foi possível perceber a evasão da juventude em virtude das limitações da renda obtida na propriedade, o que colabora para uma população rural envelhecida e sem perspectivas para o futuro. Nesse contexto, a aprendizagem social para a sustentabilidade pode se configurar como uma estratégia viável para conter essa evasão.

4.3 OS CONFLITOS DO ASSENTAMENTO BOA VISTA

É possível refletir que o futuro trabalhador rural enfrenta vários tipos de conflitos. O primeiro diz respeito à condição social na qual vive um trabalhador sem

condições técnicas e econômicas para produzir e com conflitos de ordem fisiológicas, tais como falta de comida, água, abrigo etc. Nesse momento, a condição das famílias é de completa dependência das instituições sociais. Formam-se, então, grupos familiares que, em virtude de sua identidade social, se unem aos movimentos sociais, enquanto frente de massa, para enfrentar o moroso processo burocrático de assentamento pelo INCRA.

Esse conflito social, quando observado sob a perspectiva da sociedade em geral, deflagra a gravitação dos atores sociais (interessados) e, com isso, o proprietário da terra a ser desapropriada, a comunidade em geral, as instituições políticas locais e os movimentos sociais, bem como os órgãos públicos em torno do projeto de conquista da terra. Inicia-se, assim, um processo de conflitos de interesses que será determinante para a qualidade de vida do acampado e, especialmente, para agilizar ou não o processo de assentamento.

4.3.1 Transição de acampado para assentado

No primeiro estágio, ainda acampados à margem da rodovia BR 342, um dos conflitos envolve a escolha da terra que será desapropriada/adquirida pelo INCRA. Conforme relatos do servidor do INCAPER:

Os assentamentos aqui, alguns, pecaram no início pela escolha da área. Foram escolhidas áreas ruins pra agricultura, pecuária e foi colocado esse povo. Além dessas áreas ruins, existe um certo abandono por parte do poder público com os públicos assentados, tanto do Governo do Estado, quanto do INCRA. A gente acha que o município errou em Ecoporanga, pois, já tem o maior número de assentados e que pode vir a ter o maior número de assentamentos e que já passou a hora de ter um órgão do INCRA aqui dentro pra fazer o atendimento direto aos assentados, e isso não existe. Acabam deixando esse público à mercê da própria sorte, cada um se virando como pode.

O assentado AS6, em sua narrativa demonstra a dificuldade de fazer produzir uma área que não passa por um critério mais rígido sobre sua produtividade natural, e que são desapropriadas/adquiridas sem uma análise mais profunda.

Rapaz., não é tudo que você vai lá e planta e sai. Tem umas áreas que não sai não. Lá em casa mesmo, tem alguns pedaços que não sai não. Você planta capim e não sai. Fui plantar umas canas lá e só saiu uma moitinha, parece que tem uma veia. Eu plantei umas mudas de mandioca e vou falar pra você, não foi pra frente de jeito nenhum. (AS6).

A triagem das famílias que até então seriam assentadas também gerou conflitos entre os atores sociais, pois nem todas as famílias acampadas tinham uma tradição agrícola. Alguns estavam ali em busca de uma oportunidade para ganhos diversos e se infiltravam nos acampamentos, e foram aceitos pelos movimentos. Mas todas as famílias registraram uma história de luta pela terra, mesmo não tendo o perfil de trabalhador rural.

Por exemplo, a pessoa mora aqui no núcleo urbano, não tem aquela aptidão em lidar com a terra, mas aí o movimento vai lá e aceita (mesmo sem nunca ter trabalhado com a terra, sem gostar de trabalhar com a terra, não ter aptidão pra agricultura e nem pra pecuária). Mas, isso não é filtrado no movimento, o movimento aceita todo mundo que vir no intuito de fortalecer o movimento; e quando eu acho que deveria ser feita uma escolha mais criteriosa, pessoas que têm vínculo com a terra, que tem histórico de trabalho na terra e que gosta de lidar com a terra. Escolher gente que tem vínculo, ligação com a terra e vontade de trabalhar, porque a gente sabe que infelizmente infiltra pessoas que estão ali com intuito de ganhar terra e posteriormente vender e ganhar dinheiro. (Servidor do INCAPER).

Também nesse primeiro estágio de acampamentos, os conflitos deixaram todos muito assustados. Os fazendeiros vizinhos aos acampamentos ficaram preocupados com o que podia acontecer, pois rapidamente se encontravam ali várias pessoas de diversas regiões que estavam à margem da estrada próxima das propriedades. Para o técnico da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG), trata-

se de uma região de latifundiários e muitos são contra o programa de reforma agrária, chegando, inclusive, a usar violência para coibir o avanço dos acampados:

No início, houve algumas ameaças de morte, por parte dos fazendeiros da região. Acho que não é legal a gente estar citando nomes. Mas naquela região, é uma região de alguns latifundiários e aí houve no início uma tensão, mas aí logo depois ficou resolvido porque o governo conseguiu sabiamente identificar essa propriedade, uma propriedade que era tida como improdutivo, né, do Sonequinha, uma propriedade em torno de 120 alqueires, né. Então, aí foi desapropriada de maneira amigável com o antigo dono e assentada essas famílias. Mas, a própria articulação do MST que conseguiu dar um fim ao conflito os próprios negociadores do MST.

Quando o acampado recebe a ordem de assentamento do INCRA, a forma de organização se dá por meio da formação de grupos familiares, os quais, por sua vez, são ordenados, conforme o movimento social que o representa. No caso do município de Ecoporanga, dois grupos sociais têm forte presença nos processos de assentamento rural: FETAES e MST. Conforme bem explica o técnico da SEMAG, cada movimento possui uma identidade que é determinante na forma de luta:

[...] A gente cita os dois grupos como maiores: FETAES e MST, porque são os pioneiros, são os primeiros, são as bandeiras mais batidas que a gente conhece. Mas, dentro da FETAES e dentro do próprio MST houve subdivisões de pensamentos diferenciados, de ideologias diferenciadas, porém com o mesmo objetivo, que era a questão da reforma agrária e a terra, mas aí discutir até mesmo os mecanismos que eram usados para a questão da discussão da reforma agrária....

[...] a questão da luta contra a questão de grandes empresas de transgênicos, por exemplo, houve aquele incidente da Monsanto lá no sul, onde os caras destruíram um laboratório, porque tem um pensamento diferenciado. Então, seria uma vertente mais xiita do MST que é contra o plantio da monocultura do eucalipto, que é contra o plantio da monocultura da cana de açúcar, que é contra a inserção de transgênicos dentro da questão do agronegócios da agricultura.

Em relação ao Assentamento Boa Vista, a influência desses movimentos sociais na tomada de decisão do INCRA e na própria organização do assentamento é explicado pelo servidor da SEMAG:

O INCRA quando desapropria uma propriedade Rural, então é praticamente meio a meio. Cinquenta por cento de famílias acampadas do MST e cinquenta por cento de famílias acampadas da FETAES. Até mesmo porque isso gera uma briga muito grande para o próprio INCRA. Então o INCRA tem trabalhado nessa vertente nesse sentido. Então, quanto essas pessoas são assentadas em um determinado imóvel rural, aquelas pessoas ligadas a bandeira das FETAES elas se identificam mais, e aquelas ligadas ao MST, também se identificam mais. Então, geralmente a gente tem, por exemplo, no Boa Vista são duas associações rurais.

É importante salientar que, embora os dois grupos sociais possuam o mesmo objetivo social, ou seja, a luta pela terra, pela reforma agrária e transformação social, a identidade de cada grupo é diferente em relação a suas formas de luta. Com base nisso, toda organização rural dentro do assentamento passa a ser determinada por esse fator, conforme o Técnico da SEMAG enfatiza:

[...] aquelas pessoas vinculadas ao MST; formam uma associação e aquelas vinculadas a FETAES formam outra associação. Então assim, eles meio que são água e óleo, mas lá no Boa Vista eles conseguem superar isso aí, na maioria das vezes eles conseguem superar isso aí.
 [...] Então nos assentamento aqui de Ecoporanga, a maioria deles tem duas associações. A maioria tem. E funcionando bem, todas com CNPJ, com toda a documentação ok. Participam entendeu?. Quando um bem, por exemplo, um trator agrícola, lá no assentamento Franqueza e Realeza. Eles ganharam um trator agrícola, então todas as duas associações fazem uso. Então não tem, não tem briga, é só uma questão de ideologia mesmo, Uma questão de ideologia, e aí realmente lá no Boa Vista existem essas duas associações. Numa é o Ricardo que é o presidente né?. Na outra associação é o pessoal do MST, agora fugiu o nome do companheiro aqui. Mas assim, eles vivem eles vivem assim, tranquilamente com essa diversidade. Mas eles são meio que água e óleo, nessas questões de se reunir. Mas quando o planejamento vai eles conseguem assimilar bem. É meio que um *apartheid*.

Para o Dirigente Nacional do MST no estado do Espírito Santo, as duas organizações de maior relevância na luta pela reforma agrária no Estado são o MST e a FETAES, os quais têm objetivo comum – a luta pela terra –, mas que muitas vezes usam formas diferentes de negociação, havendo também divergências em algumas questões na forma de conduzir a pressão referente ao processo de reforma agrária.

Camarada, a gente conclama todos aqueles que lutam pela terra agente acredita que esta no caminho certo, pois a luta e o motor da estória, a relação com a federação tem sido tranquilo até porque cobramos do INCRA a assistência para os assentados, e são feitas tendo o mesmo jeito, apesar de cada um conduzir o processo diferente. Vários assentamentos são base do MST e FETAES, mesmo fazendo uma parceria com a FETAES na luta pela terra, existem formas diferentes de negociação em alguns aspectos; o assentamento Boa Vista faz parte do FETAES. (Dirigente Nacional do MST).

4.3.2 Transição de assentado para Produtor Rural

Com a formação do assentamento, as famílias passam a experimentar novos desafios como a produção de subsistência. É um momento em que serão requeridas desses produtores habilidades até então não demandadas, enquanto trabalhadores (empregados), como empreendedorismo, conhecimentos técnicos, manejo do solo e uso de tecnologias. Nesse momento, a associação dos moradores passa a ser um ator social de grande importância como mediador do processo de assentamento rural. Entretanto, o Assentamento Boa Vista não tem contado com esse apoio, ao menos em relação a questões técnicas, conforme bem explica o servidor do INCAPER:

[...] As associações que lá existem precisam ser melhor estruturada. O pessoal precisa entender melhor o que é o associativismo, pra quê foi criada uma associação. Porque muitas vezes a associação é criada com o intuito de receber as coisas, mas de associativismo mesmo, entre as partes dos associados, a gente vê pouco.

Os conflitos entre os órgãos do governo que fazem assistência técnica aos assentamentos existem e são questionados pelos próprios atores envolvidos, que na maioria das vezes não conseguem cumprir com o papel de executar as devidas assistências técnicas. Tais conflitos causam desconforto aos assentados os quais ficam sempre na dependência das organizações administrativas desses agentes que, de certa forma, tentam atender as demandas por parte dos assentados. Esses

conflitos demonstram as divergências entre os governos federal, estadual e municipal.

Nos assentamentos do INCRA, a gente não tem a obrigação legal de estar dando assistência técnica a esses assentados, porém, como aqui não tem nenhum técnico ou ninguém do INCRA para dar assistência a esse povo, a gente não nega a demanda. Toda demanda espontânea que chega do INCRA, seja qualquer assentamento a gente atende. Faz o atendimento aqui no escritório e quando a demanda é visita, a agente visita também. Não é porque é do INCRA que a gente deixa de lado, a gente atende a todos dentro das nossas possibilidades. Já passou da hora de ter um órgão do INCRA aqui dentro para fazer atendimento direto aos assentados, e isso não existe. Acabam deixando esse público à mercê da própria sorte, cada um se virando como pode. (Servidor do INCAPER).

Os conflitos encontram-se presentes também entre os moradores do Assentamento Boa Vista e as associações, que muitas vezes vão às reuniões e veem grupos de moradores com ideias diferentes, que formam outras linhas de pensamento, como narra o assentado AS6:

Rapaz, eu mesmo estou na associação APRAVE e tem uma outra, não sei porque duas associações, uma só chega duas associações, não sei pra que isso. Sempre eles tão fazendo reunião ai com o povo, eu não sinto muita firmeza na associação não.

Esses conflitos vêm gerando grandes prejuízos para os assentamentos que muitas vezes se organizam por não concordar com a forma pela qual algumas famílias estão se posicionando em referência aos recursos disponibilizados para os assentados. Ou seja, algumas associações existem somente de fato e não de direito, não tendo a sua devida documentação para ser legitimada.

Essas divergências mostram que as famílias não estão unidas em prol de um objetivo único, dificultando as implementações de programas dirigidos ao assentamento em geral e não apenas ao grupo de determinada associação.

As associações dos assentamentos é uma solução e hoje às vezes um grande problema, porque muitas pessoas por politicagem que às vezes queriam proteger um grupo, foram incentivando os moradores dos assentamentos a se dividirem em duas ou três associações, e isso é o maior desgastes dos assentamentos, nós temos aqui o assentamento Lírio dos Vales dividido, é horrível para trabalhar, o assentamento Franqueza e Realeza dividido em duas associações que é o pior lugar de se trabalhar com as associações. Tem o assentamento Miragem que é dividido em três. Tem o assentamento Boa Vista que é dividido em duas, tem o assentamento Vale Ouro, outro que é dividido em duas, e aí gera uma grande disputa de poder dessas associações e que isso não leva a lugar nenhum, não gera nada para eles a não ser desgastes. (Secretário Municipal de Agricultura).

Na visão do secretário Municipal de Agricultura, esses conflitos existentes entre as associações de moradores dos assentamentos veem ao encontro do pensamento da Secretaria, pois os programas que levam para os assentamentos não são aplicados individualmente e sim coletivamente para atender a todos os moradores do assentamento. Ou seja, quando as associação atuam em linhas de pensamento opostas, devido à não concordância de aplicação em alguns programas, geram prejuízo para todo o assentamento. Como bem exemplificado na fala do secretário:

No assentamento Boa Vista, quando encaminhamos algum programa que venha beneficiar os assentados, ele tem que ser feito ali no assentamento Boa Vista, para as 57 famílias, o bolo tem que ter 57 fatias, eu acho que não pode ser 12 ou 13; tem que ser 57 fatias, eu entendo assim; mas isso é uma grande discórdia entre muitas pessoas, inclusive tem um órgão aqui na cidade que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que deveria estar ajudando na organização desses assentamentos, que leva essas discórdias, incentivando a eles a fazer duas associações. Muitas vezes para poder assegurar um grupo em um sentido ou em outro, fica ruim para o INCRA, fica ruim para nós da Secretaria para trabalhar, porque gera um ciúme muito grande entre os moradores, dificultando a situação para atender todos. A gente tem que ter uma flexibilidade muito boa para trabalhar nesses assentamentos, onde tem duas associações.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a associação realmente é uma instituição do assentamento de poucos recursos técnicos, voltada exclusivamente à resolução de conflitos internos e pessoais do grupo. Observe a fala do Assentado AS1, presidente da APRAVE:

[...] praticamente aqui existem, e existem mais assim entre casais né? Porque, Por diversas vezes eu estava aqui, em casa numa boa, vendo o jornal ou uma coisa qualquer...me chamavam... Ah pra você ir lá em casa que a mulher está brigando comigo... Ou...vai lá em casa que o marido está brigando comigo... precisa dar uns conselhos...Eu falo tudo bem, pode ir que eu estou indo agora...Só que eu não ia...no outro dia estava todo mundo bem, eu vou pra lá para fazer o quê? Causar atrito? prejudicar um e defender o outro? Então, entre quatro paredes resolve melhor...Mas é a lida mesmo desse jeito...E foi por muitas vezes que isso aconteceu, as vezes um alterava mais no álcool né, e o bicho começava a pegar.

No assentamento Boa Vista, apesar de todos os conflitos identificados em todos os estágios, no estágio atual como produtores rurais, observa-se a união desses moradores. Todavia, ela poderia ser mais institucionalizada para conseguir uma evolução maior, pois mesmo com a união narrada pelos seus moradores, conflitos existem, mas são administráveis.

Aqui todo mundo se dá bem graças a Deus. Mas sempre tem aquela discussãozinha, só que todo mundo aqui é amigo e se abraça de novo. (AS4).

Apesar de ter alguns que não concordam muito com outro né, o que eu gosto desse assentamento aqui, é da união do povo, aqui todo mundo é amigo, ninguém tem assim, zói grande não, aqui todo mundo quer ajudar os outros. Então pra mim foi o melhor lugar que Deus me colocou foi aqui. (AS5).

Mesmo com a pouca união, o assentamento ta evoluindo; agora se unisse mais ainda, eu acho que evoluía mais. (AS3).

Outro conflito identificado no processo do assentamento Boa Vista é a venda de lotes. Como é uma atividade proibida e passiva de punição administrativa e também criminal, a prática pode ser inclusive enquadrada pelo crime de estelionato, com pena de um a cinco anos de prisão. O servidor da INCAPER explica como ocorre à venda de lotes:

[...] apesar de ser proibida a venda, a gente nota que muitos vendem a terra, mas como se tivesse recebendo pelas benfeitorias. Mas, o que na verdade é vendido é a terra, é a gleba total; a pessoa recebe por aquela gleba e informa ao INCRA que recebeu pelas benfeitorias existentes na terra. Isso acontece em todos os assentamentos, inclusive, o assentamento foi criado recente num novo sonho e já tem denúncia de que tem gente querendo vender lote de terra que foi vendido esse ano ainda.

A consequência desse conflito gera outro conflito, refletindo diretamente nas famílias que adquiriram as terras ilegais, uma vez que elas não podem ter acesso aos recursos do governo, demandando ações de regularização, como explica o servidor da INCAPER:

Outra coisa que deveria ter uma intervenção do INCRA nisso, pegar aqueles que estão lá ilegais, e legalizar, já que não conseguiu proibir a venda. Aquele que comprou é porque gosta de terra e vai tornar aquela gleba produtiva, mas está lá no acampamento como alguém ilegal. Aí se a terra é ilegal, não se pode ter a declaração de aptidão do PRONAF de acesso a crédito, por exemplo. Então, precisa ter um trabalho do INCRA em cima daqueles que entraram, mesmo sem serem assentados de origem, e que comprou o direito do outro, que ele seja legalizado.

Na fala do assentado AS2, é possível observar como é uma realidade essa condição de compra e/ou troca dos lotes:

[...] Como eu estava te falando eu já morava aqui perto do assentamento e foi o que aconteceu. Quando aconteceu a doença do Seu Martin, eu troquei com ele uma casa em montanha, pelo lote dele. Por motivo de que ele não podia mais trabalhar, então eu tive a oportunidade de fazer essa barganha com ele.

Para o INCRA, os conflitos sempre vão existir a partir do momento em que existem grupos de pessoas envolvidas em um objetivo comum. Mas também há uma harmonia nessas relações. “O conflito sempre existe, né? Mas é um relacionamento cordial e respeitoso”, disse o servidor do INCRA.

Em resumo, até aqui, os principais conflitos envolveram: conflito social, quanto à situação degradante vivida pelas famílias, principalmente enquanto acampadas; desapropriação de terras inapropriadas para o cultivo; dificuldades de convivência com os atores do entorno do acampamento; lideranças dos movimentos sociais fragmentadas; pouco apoio da associação dos moradores quanto à capacitação das famílias no tocante ao associativismo, empreendedorismo etc.;

indefinição de papéis e responsabilidades governamentais quanto à assistência técnica aos produtores rurais; ausência de uma visão compartilhada quanto à destinação dos recursos recebidos por parte do governo; desrespeito à legislação federal (quanto às vendas de lotes); não liberação de recursos para os produtores ilegais e demora nessa regularização.

Entretanto, outros conflitos também surgiram em função das novas necessidades das famílias enquanto produtoras rurais, conforme discutido abaixo.

4.4 NECESSIDADES DOS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO BOA VISTA

Dentre as demandas das famílias do Assentamento Boa Vista, destaca-se a questão dos recursos hídricos, que impacta a produção de café. A falta de represas no assentamento e com a seca do ano anterior, os assentados enfrentaram a seca e a escassez de água, resultando que algumas famílias praticamente perderam a produção da lavoura para algumas famílias. Essa condição também é citada na fala do servidor do INCAPER:

Outra questão que a gente vê lá, que faz necessário alguma ação urgente é a questão do uso dos recursos hídricos. Recentemente o município passou por um período de estiagem e naquela região o assentamento Boa Vista chegou a secar, os técnicos daqui foram lá, dá pra fazer um relatório, e nós constatamos que um dos fatores que agravou a crise hídrica foi o uso indiscriminado de sistemas de irrigação sem a devida outorga do Estado. Praticamente todos lá que tem uma lavoura que é irrigada, a maioria eu diria, que não possui outorga; então cada um usa o recurso hídrico da sua maneira, não respeitando o direito dos demais é o que vem ocorrer lá em alguns pontos o leito do rio ter secado. Então, faz necessário uma ação urgente em cima do uso de recurso hídrico no assentamento Boa Vista.

Do mesmo modo, o secretário Municipal de Agricultura enfatiza a importância que o conflito da água tem gerado no processo de sustentabilidade do assentamento

Boa Vista:

[...] eles tiveram uma queda de produção esse ano, de aproximadamente de 30 a 35% na sua safra, de um tudo, na safra do café, quem tem piqueamento sofreu uma queda. Recursos hídricos. O assentamento Boa Vista hoje, se perguntar pro povo do assentamento Boa Vista, Vocês querem almoçar 10 horas ou querem uma barragem aqui amanhã, eles vão preferir ficar em jejum e querer a barragem... Barragem... É uma das maiores necessidades do assentamento Boa Vista, é barragem... Segurar água, porque lá são 57 famílias e o correto é pequeno e todo mundo tem uma irrigação, o que não irriga piquete irriga o café, irriga pimenta, e a demanda de água, lá gera até conflito de água, na época da seca.

O assentado AS2 faz uma observação oportuna, em relação à falta de planejamento para a disposição dos recursos hídricos no assentamento:

O assentamento Boa Vista hoje, tem uma grande necessidade de água. Não foi feito as represas que foi falado de fazer pra nós produzir. Cada um foi fazendo e deu até problema na época, porque não podia furar nesses poços aí. Isso aí é clandestino, é cavado no fundo de casa e deu muito problema. Mas até hoje se não fura, não teria café pra colher aqui dentro, se não faz isso aí por conta própria, não tinha conseguido colher café aqui dentro também não.

Na fala do assentado AS1, é possível compreender como foi o processo e as barreiras para a efetivação do planejamento da represa para abastecimento do assentamento Boa Vista:

Olha, o INCRA até contratou uma empresa de sondagem, que veio aqui e ficou aqui mais de 30 dias e fez sondagens de 11 represas, e 1 barragem que era para ser construída no próximo ano né? no qual seria em 2013, e até hoje estamos aguardando. Porque em 2013 foi a promessa de ser construído essas represas aqui, e até hoje nada né Milton?

O técnico da SEMAG confirma o problema que tem sido a falta de barragens e como essa questão está associada à sustentabilidade do assentamento:

[...] tem até um chamamento público para construir 5 barragens lá. É a produção deles foi afetada de maneira drástica, em torno de 30% devido as últimas secas que teve. Então, é trabalhar essa questão do desenvolvimento sustentável lá também, a questão do indivíduo inserido no ambiente dele, a questão do uso de agrotóxico, a assistência técnica nossa é mais voltada para essa questão.

O gestor municipal também deixa claro em sua narrativa que o problema da crise hídrica que está ocorrendo no Município tem impactado negativamente na economia local e que muitos produtores estão tendo prejuízos em sua produção devido à escassez de água na região, prejudicando o homem do campo.

Hoje vivenciamos uma crise hídrica de dimensões assustadoras. O Assentamento Boa Vista também passa por essa crise, a falta de uma reserva de água, a implantação de algumas barragens para garantir água para essas famílias e de suma importância para garantir a produção, tem famílias que neste último ano perderam até 60% da produção do café.

A assentada AS8, ao ser perguntada sobre qual a principal necessidade do Assentamento Boa Vista para manter uma produção sustentável, narra: “Barragens, tem pouca água e cada vez mais escassa. Houve alguns projetos no local, mas até hoje não saiu nada”.

A água, ou melhor, a falta dela, tem sido um elemento central no processo de aprendizagem social para a sustentabilidade no assentamento Boa Vista. Entretanto, a falta de orientação técnica e de planejamento do processo de reforma agrária por parte das instituições governamentais não tem permitido aos moradores uma maior reflexão sobre sua influência no processo hídrico. Assim, as compreensões fragmentadas não permitem uma visão holística e, dessa forma, a adequada colaboração para uma rede de relacionamentos sustentáveis.

Na conclusão do Assentado AS7, é possível perceber como o conceito de sustentabilidade está sob uma perspectiva imediatista:

[...] Devido a tudo. Nós perdemos gado por causa da seca, perdemos café por causa da seca, teve gente que ficou sem água. Eu mesmo fiquei sem água. Eu perdi vaca, perdi bezerro por causa de água, nós necessitamos muito das represas. Já foi medido aqui, demoraram aqui mais de 30 dias e foi sondado e até hoje o Incra... Só ficou no papel até hoje. E nós necessitamos, porque a gente deve pro banco, a gente precisa pagar o banco. Sem água a gente não vai poder produzir. Então cada um fez um buraquinho lá pra poder manter sua água enquanto tinha, e depois acabou?! O café secou tudo, os valos começaram a secar, a água faltou e o gado começou a morrer e a gente fica no prejuízo.

Outro fator observado é relativo à exploração desordenada do uso de agrotóxicos. Como o assentamento vem crescendo, a demanda por insumos agrícolas segue no mesmo ritmo. Com isso, no interior do grupo pode-se observar uma movimentação comercial que deve ser mais bem direcionada ou fiscalizada, sobretudo, levando-se em consideração a sustentabilidade do assentamento. Essa questão foi levantada pelo técnico da SEMAG:

[...] Então é trabalhar essa questão do desenvolvimento sustentável lá também, a questão do indivíduo inserido no ambiente dele, a questão do uso de agrotóxico, a assistência técnica nossa é mais voltada para essa questão. Porque lá, pelo fato de já ter um potencial econômico de consumo de insumos agrícolas, adubos e pesticidas, então você tem lá vendedor todo dia. Aí o cara chega lá vendendo o produto do momento. Aí o cara pega um produto do sul da Bahia e que os caras estão usando e chega lá para vender para o produtor. E a gente não, a gente usa as técnicas básicas, vamos primeiro fazer a análise do solo, vamos fazer a análise da água vamos ver qual a melhor recomendação para o indivíduo, entendeu?, qual é a vertente que você vai trabalhar. Olha isso aqui não é interessante você estar praticando agora, porque vai ter uma perda de x por cento. Então é uma assistência técnica assim, completa, em todos os sentidos. Já o vendedor não, o vendedor ele quer vender ele chega com o produto dele empurra no assentado. Na safra você vai me pagar. Ou as Cooperativas, que ali a COABRIEL já está lá dentro fornecendo insumos também, levando café. Então meio que eles estão bem disputados. Então a gente tenta manter a nossa bandeira, na questão de trabalhar a viabilidade da propriedade rural do indivíduo né?. Nós temos a questão da orientação quanto ao uso consciente do crédito é muito importante principalmente nesse momento de crise que o país está atravessando.

Essa observação acima denota a importância da assistência técnica e do envolvimento dos atores sociais no processo de sustentabilidade do assentamento.

O servidor do INCAPER também levantou essa questão:

Muitas vezes o pessoal usa um veneno “x” que o vendedor indica, sem saber realmente o risco que está correndo à saúde. Muitas vezes usa esses produtos sem ter nenhum equipamento de proteção individual, acha que tomar um leitinho ou uma aguinha depois, tá resolvido. São questões que a gente observa lá e que precisa ser trabalhado.

Do mesmo modo, o MST explica que a luta pelo não uso de agrotóxicos é uma bandeira do movimento:

É base da organização da federação. Em nível nacional, várias atividades a gente tem buscado envolver, mas, principalmente a via campesina. Vários momentos têm se buscado que a federação envolvesse algumas atividades nessa luta maior. A luta contra os agrotóxicos, nos temos buscado, mas nem sempre tem sido bem sucedido. Então o diálogo tem se dado mais com a entidade do que com o assentamento propriamente dito. Mas isso não é impeditivo, porque conforme a demanda da família, se as famílias solicitar um trabalho em que a gente pudesse contribuir, nós estamos tranquilamente disponíveis em contribuir naquilo que estiver em nosso alcance enquanto organização, tanto pela experiência, tanto pela relação que tem construído com outras organizações nesse processo. (Dirigente Nacional do MST).

Com base nos depoimentos, as evidências mostram a existência de três conflitos que impactam diretamente o processo de sustentabilidade do assentamento Boa Vista durante o processo de transição de assentado para produtor rural: 1) exploração de recursos hídricos; 2) uso de insumos agrícolas; 3) regularização dos assentados.

No primeiro caso, o impacto é direto, já que considerando que o INCRA enquanto gestor da reforma agrária, logo instância maior de deliberações, possui lacunas em sua estrutura administrativa. Ou seja, sua estrutura não permite a oferta de assistência técnica em todos os assentamentos bem como lacunas em relação às políticas públicas – a superintendência está diretamente ligada, vinculada e subordinada à sede. Com isso, o INCRA não possui aporte econômico para dar continuidade às demandas do assentamento, como é o caso da necessidade de barragens para o assentamento Boa Vista.

No cerne desse problema, é possível que a barragem não ocorra, embora uma necessidade urgente em virtude de ser uma demanda que assegurará a sustentabilidade do assentamento, pois o estado do Espírito Santo não intervém efetivamente em virtude de não integrar essa demanda às questões do Estado.

Do mesmo modo, o Município tende a não conseguir efetivar a demanda, atuando apenas nas necessidades imediatas como fornecimento de estrutura física e tecnológica para o assentamento, visto que os recursos nessa instância pública são menores. Com isso, percebe-se um jogo de empurra-empurra no qual as relações entre os atores sociais precisam ser direcionadas por um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade que permita uma rede de comunicação voltada à sustentabilidade em seu aspecto mais amplo.

O segundo ponto de conflito refere-se à lacuna deixada pelo INCRA em relação à questão da carência da assistência técnica prestada, sendo necessário que essa assistência seja ampliada e melhorada em seu aspecto de sustentabilidade. É a qualidade dessa assistência técnica que irá permitir que os assentados reflitam sobre questões prioritárias, em relação à sustentabilidade do assentamento, adotando então práticas adequadas no assentamento.

Por fim, o terceiro ponto de conflito tem ação direta no processo de emancipação do assentamento. A entrada de novos moradores sem a devida qualificação técnica bem como desamparo econômico para as práticas inerentes ao meio rural, pode gerar desmotivação dos assentados, uso inadequado do solo, introdução de técnicas inadequadas bem como a multiplicação de métodos que podem comprometer todo o equilíbrio do assentamento. Desse modo, a fiscalização e a adoção de novas políticas são fatores essenciais para assegurar a sustentabilidade no assentamento.

4.5 RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS

Conforme já foi explicado, ao INCRA é atribuída a função de conciliar as metas da reforma agrária em sua dimensão política, econômica e social. Nessa missão, são identificadas algumas relações de poder envolvidas. Nesse contexto, cabe salientar que “o INCRA é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional” (INCRA, 2015). Portanto, sua atuação está diretamente atrelada às metas do governo federal e ao estilo de governo vigente.

A esse respeito, Monte (2013, p. 194) considera em sua importante pesquisa sobre o processo político-administrativo de ação pública do INCRA:

[...] ficaram evidenciadas instabilidades técnico-administrativas e desarranjos organizacionais provocados, na sua maioria, pelas várias ‘reestruturações’ realizadas ‘a toque de caixa’ e ao sabor das conveniências de cada política de governo que concorreram para o comprometimento das finalidades da Autarquia. Muito dessas reformulações sob o enfoque discursivo de fortalecimento e estruturação do INCRA foram encaminhadas para acomodação de forças políticas, muito mais do que para atender objetivos manifestos em todas as propostas, como: promover as adequações institucionais necessárias para contar com uma estrutura ágil, eficiente e coerente com os objetivos de transformação da estrutura agrária brasileira; fortalecimento do INCRA; de sua reorientação...; de melhor adequação estrutural; promover a melhoria na operacionalização, a modernização dos sistemas técnico-administrativos; promover a participação democrática e a interação interna dos servidores.

Com isso, o INCRA, ao longo de sua história, tem oscilado em relação à promoção do desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, o que tem acarretado prejuízos às famílias assentadas e ao processo de reforma agrária como um todo. O viés concentrador e centralizador tem gerado uma dissociação das múltiplas dimensões dos projetos de assentamento regionais, fazendo com que não houvesse, por parte do órgão, uma compreensão sobre as mudanças sociais no

interior do grupo de assentados, bem como em relação à importância que essas mudanças têm para o processo de reforma agrária nacional (LEITE, 2013).

Essa condição ficou explícita na insatisfação que alguns assentados declararam em relação à qualidade da assistência técnica fornecida pelo INCRA, apresentada anteriormente, bem como pelos conflitos gerados pelas necessidades não atendidas pelo projeto de reforma agrária defendido pelo instituto. A esse respeito, Monte (2013, p. 201) enfatiza as mudanças que devem ser indispensáveis ao reordenamento do INCRA, que são oportunas a essa dissertação:

A reestruturação das fontes de financiamento; mudanças institucionais graduais e responsáveis que promovam a cooperação entre os diferentes níveis governamentais; responsabilização das instituições públicas com suas ações; e, parcerias do poder público e das organizações da sociedade civil que sejam responsivas para as demandas sociais. Estas mediações requerem a forte intervenção do Estado e a interação com outros organismos.

No caso específico do Assentamento Boa Vista, as relações de poder envolvidas têm refletido no comportamento dos atores sociais. Conforme bem explica o assentado AS4 em relação ao relacionamento entre os atores sociais:

A gente quer um contato que poderia ser melhor. Agora mesmo ter uma assistência como ele falou. Toda Prefeitura tem uma Secretaria de Agricultura, aqui em Ecoporanga inclusive tem e no início eles davam uma assistência; hoje faz muito tempo que eu nem vejo o pessoal. Igual eu vi o Jorge falando aqui, reclamou com razão, eu também fiquei chateado com isso, porque eu vi a máquina fazer o serviço na entrada do menino lá e não fez no pátio do assentamento. Eu acho assim: não pode vir atender o assentamento, não viesse pra um. Porque essa máquina é da Prefeitura, então ela é pra trabalhar pra todos nós, os pequenos; não pode atender uma só pessoa. A máquina vem rodando de Ecoporanga aqui, faz um servicinho pra um e vai embora... E os outros? É a minha visão né, eu não concordo.

Do mesmo modo, o município observa o relacionamento entre os diferentes atores do processo de reforma agrária como em seu processo histórico e criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde a política pública

da Agricultura é discutida, sendo discutida também questão dos recursos hídricos e questões do Plano Safra. Os assentamentos fazem parte desse conselho, possuem direito a indicar um representante e têm também direito a voto com cadeira cativa no Conselho.

Então essas discussões nascem lá, porque banco do Brasil tem cadeira, o Banestes tem. Então é uma política pública implantada lá atrás, lá no grito da terra Brasil, em 95 ainda né, no então presidente Fernando Henrique onde foi feita a Marcha dos agricultores, e foram entregues essas demandas ao ministro de Desenvolvimento Agrário da época Raul Juckman então. E aí foi feita todas essas política, essa política voltada para o agricultor familiar. Aí que nasce o termo agricultor familiar, porque até então era pequeno produtor rural, e hoje muita gente ainda usa esse termo: Pequeno produtor. Porque tem muito pequeno produtor, de uma pequena propriedade que é um grande produtor. E tem grandes produtores que é um Latifúndio que não produz nada, que né? tem uma visão pequena. Então, nesse surgimento desses novos termos dessa nova política voltada ao homem do campo para a agricultura familiar, são conquistas já aí, do grito terra brasil, dos movimentos sociais, onde enquadra aí, o MST a via campestre, e os demais atores sociais. Então, o núcleo de discussão, de encontro dessas muitas vertentes que tem o processo social é o conselho, é o conselho que reúne essas muitas bandeiras e vai para o campo de discussão, tanto para a questão da assistência técnica, a implementação dos recursos públicos voltados para o desenvolvimento rural e toda essa discussão é feita através do conselho onde os assentamentos tem voz e vez, no âmbito municipal. E no âmbito estadual também tem o conselho estadual (Técnico da SEMAG).

Para o MST, o relacionamento entre os diversos atores é um fator essencial, e uma bandeira defendida pelo movimento, no entanto sua atuação parece desarticulada da questão política e econômica nacional, já que possui estratégias desvinculadas da política nacional de assentamento rural. Com isso, percebe-se novamente que a atuação do INCRA não consegue acompanhar o processo evolutivo dos assentamentos nem as necessidades continuas das lutas vivenciadas por esses trabalhadores.

Por conseguinte, a aprendizagem social para a sustentabilidade acontece de forma pouca estruturada e, assim, as relações de poder envolvidas não possuem um alinhamento comum. Na fala do entrevistado, dirigente nacional do MST, no Espírito

Santo, ele narra que o assentamento influencia e sofre influências do seu contexto e que essa influência é parte do seu território, movimenta a economia local e envolve muitas pessoas. Segundo ele, para o MST, todos são respeitados, independentemente de religião, credo, de partido políticos, de cor, de raça de condições financeiras, e isso facilita o relacionamento com movimento e os diversos atores sociais envolvidos no processo de reforma agrária.

E isso faz com que a gente se relacione com a igreja (pessoas de mais diferentes áreas), a gente se relaciona com poder local (prefeitura, com a câmara municipal) porque depende. É um ponto do município e que o poder público tem que aportar recurso e criar condições econômicas e sociais, a gente se relaciona com o Estado nas suas esferas (Federal, Nacional e Municipal), porque é o Estado que tem que fazer isso, aportar, criar condições, fazer política pública favorável. E a gente se relaciona, ou seja, com os mais variados movimentos desde local, nacional e internacional; então a gente essa ação porque é necessário. Olhando pro campo, as mudanças do campo, nem o MST, nem os camponeses têm condições de fazer essas mudanças estruturais que são necessárias, de fazer sozinhos. Então a possibilidade de fazer mudanças estruturais é envolver outras organizações. Então a gente busca compartilhar com outras atividades e busca também contribuir com esse processo de organização, principalmente, na via campesina onde congrega organizações camponesas, considerando que o inimigo é comum, não local, apenas. Mas, mundial. O agronegócio é comum a gente pode olhar agora a relação comercial do Brasil com a China é imensa. A relação comercial do Brasil com diversos países da Europa é imensa. Então, a relação comercial também é a partir da agropecuária. As grandes empresas que estão aqui no Brasil (de adubo, de veneno) são empresas que estão nos outros países também. Então essa articulação com os parceiros [...] o inimigo comum contribui pra esse processo de unificação da luta das mais diversas organizações, por isso que a via campesina está em todos os continentes, e o MST é parte dessa via. (Dirigente nacional do MST).

Com base nisso, pode-se considerar que o INCRA executa o processo burocrático, entretanto não tem atendido de forma integral às necessidades do assentado durante seu processo de integração e desenvolvimento agrário. Com isso, ao Estado, enquanto ator interessado nesse processo, cabe-lhe o amparo ao trabalhador rural, como forma de promoção de sua sustentabilidade. Para tanto, o estado do Espírito Santo, criou o INCAPER, uma instância para cuidar das questões

relativas à reforma agrária e de forma articulada faz a mediação entre os diversos atores sociais:

[...] O que a gente nota é que o pessoal assentado vai pra lá meio sem saber que rumo tomar, como tem a prefeitura através da Secretaria da Agricultura, o Incaper com seu escritório local, o próprio INCRA, o sindicato das organizações, dão um norte para os produtores. Tanto na questão de alavancar sua produção, de comercialização; como da questão de praga e doença. A gente nota que com o auxílio dessas entidades, o fator produtivo é melhor utilizado. Por exemplo, agora na cultura da pimenta do reino, muitos estão plantando pimenta do reino porque ouviu falar que dá dinheiro, mas muitos querem saber, nos procuram e falar que estão querendo plantar a pimenta, eles buscam orientação, não são muitos, mas a maioria busca; quer saber, quer tocar a sua atividade na técnica para que ela seja uma atividade lucrativa (Servidor do INCAPER).

É importante salientar que o INCAPER tem um importante papel e pode se configurar como uma estratégia do estado do Espírito Santo para promover a reforma agrária do Estado:

[...] o Incaper como órgão do governo do Estado é responsável pelos assentamentos do Estado. No nosso caso aqui são três. Fazemos o atendimento aqui no escritório e quando a demanda é visita, a gente visita também. Não é porque é do INCRA que a gente deixa de lado, a gente atende a todos dentro das nossas possibilidades. (Servidor do INCAPER)

A estrutura técnica administrativa do INCRA tem gerado uma dinâmica estrutural geradora de ações que fogem de seu controle, como a situação apresentada pelo assentado AS1, segundo o qual uma necessidade do assentamento pode servir de instrumento para o atendimento de interesses de alguns políticos na região:

[...] um dia nós chegamos lá... eu tenho certeza que vai pintar um deputado que vai olhar por nós e vai nos cooperar...que a coisa que mais precisamos aqui, assim com urgência mesmo é uma ambulância para prestar serviço alguma pessoa quando tem um problema, porque aqui as vezes carro pequeno fica difícil. Para prestar serviço de saúde a ambulância caindo aqui, não presta serviço só pro Boa Vista, porque? Que aqui nós temos mais três assentamentos vizinho da gente, fica a três quilômetros de distância...um carro desse no caso, favorecia em vez de um assentamento, favorecia quatro assentamentos que é Boa Vista, Bom Jesus, 22 de julho e

o Vale Outro. O mais longe daqui é três quilômetros... Próximo, próximo um do outro. (AS1).

Outra situação assinalada pelo MST é que para se ter uma reforma agrária mais adequada e estruturada, é necessário haver uma política agrária mais ágil por parte do governo, política esta que seja de forma continuada, pensando em melhorar e aprimorar o atendimento aos assentados com uma assistência técnica, acesso aos créditos rurais e a uma política de comercialização dos produtos em sintonia com os assentados, visando à possibilidade de um desenvolvimento mais rápido das famílias assentadas. Exemplifica bem a questão da desarticulação no processo de assentamento:

[...] a gente tem conquistado as terras com passivo ambiental muito grande, terra depredada. Então uma das grandes dificuldades iniciais é produzir numa terra que foi depredada por anos. Outra dificuldade é que pra fazer a reforma agrária, é necessária uma política agrária, mas também uma política agrícola, porque muitas vezes a política agrícola ela não é de forma continuada, nem na assistência técnica, nem no crédito, de seguro, de preço mínimo, de política de comercialização. Então isso não tem sintonia que dá possibilidades da pessoa desenvolver de forma mais rápida (Dirigente nacional do MST)

4.6 DIÁLOGOS, NEGOCIAÇÃO E INTERAÇÃO

No Assentamento Boa Vista constatou-se que as formas de diálogos, negociação e interação com os diversos atores sociais envolvidos são determinantes para alcançar o desenvolvimento produtivo das famílias. Tais negociações começaram desde o momento da formação dos acampamentos, quando o INCRA, além de negociar diretamente com os líderes dos movimentos, negocia a aquisição da terra a ser colocada no programa de reforma agrária. A negociação é intensa e depende de estudos e transparência para conseguir que os assentados tenham condições de morar, produzir e ter vida social nas terras adquiridas para

implementação do programa da reforma agrária. E também se trata de um processo lento, conforme narrado pelo servidor do INCRA.

Para você ter uma ideia, da proposta do fazendeiro até a escritura. Se não me salva a memória, acho eu foi um ano, entre idas e vindas. Porque primeiro a gente mexe cm dinheiro público, então a gente tem que dar a maior transparência possível, né? É quando você parte para a compra, você tem que fazer negociação, e nós temos um limite para negociar. Então foge da nossa governabilidade. Porque a gente depende de outros atores, para acontecer o final da aquisição da propriedade para fazer a sua distribuição. Não depende assim, vamos colocar assim, a grosso modo: Não depende só da caneta do INCRA. (Servidor do INCRA).

Percebe-se que um assentamento já nasce dependendo de uma boa negociação e de diálogos diversos com os atores sociais envolvidos, e essa negociação/diálogo estará presente em todas as etapas do assentamento. No assentamento Boa Vista ocorrem com frequência esses diálogos, e o resultado somente será positivo se obtiver uma boa integração com todos os *stakeholders* envolvidos nos processos.

Para o servidor da INCAPER, apesar de o assentamento Boa Vista ser de responsabilidade do INCRA, os técnicos do INCAPER prestam a assistência ao público que demanda o instituto. Essas negociações são feitas a partir da procura dos assentados, os quais necessitam de assistências técnicas e orientação para conseguir produzir nas terras adquiridas da reforma agrária.

O servidor da INCAPER relata também que sempre que é procurado, por meio desse processo de diálogo com os assentados, sempre busca atender a todos, pois sabe das dificuldades por que esses assentados passam para conseguir produzir nas terras adquiridas e dependem da prestação de uma assistência técnica a esses produtores.

Os nossos técnicos daqui, prestam assistência ao público que nos apresenta demanda. A gente não trabalha assim, especificamente o assentamento Boa Vista como um todo, mas, o público do assentamento que nos procura, ele é atendido. (Servidor da INCAPER).

Nota-se que a responsabilidade de assistência técnica do assentamento Boa Vista é do INCRA, no entanto os atores sociais da área governamental, seja na esfera estadual ou municipal, por meio de um processo de negociação e interação com os diversos assentamentos existentes no Município, não deixa de atender aos assentados que procuram a repartição em busca de uma solução para os seus problemas na produção de sua terra.

Os assentamentos do INCRA, a gente não tem obrigação legal de estar dando assistência a esses assentamentos, porém, como aqui não tem nenhum técnico do INCRA, para dar assistência a esse povo, a gente não nega a demanda, toda demanda espontânea que chega dos assentamentos do INCRA ou não, agente atende. (Servidor do INCAPER).

Para o servidor do INCAPER, quando se trata de Governo do Estado e Governo Municipal, o assentado vem à cidade e o acesso a esses atores é mais fácil, mas quando se trata de algo relacionado ao INCRA, o diálogo se torna mais difícil, tanto para os assentados como para os próprios órgãos públicos. Em sua visão, no Município não existe ninguém do INCRA responsável pela questão de assentamentos, e o diálogo que eles têm é com a superintendência, que fica em Vitória-ES, a mais de 300 km de distância do Município, prejudicando a interação entre os assentados, outros atores sociais e o INCRA.

Outro ponto também colocado pelo servidor do INCAPER, que dificulta o diálogo entre os atores sociais, é o constante rodízio de funcionários do INCRA: “Os assentados começam a pedir um documento para um funcionário, e esse funcionário é transferido para outro estado, e aquilo que foi solicitado pelo assentado não tem continuidade, então o diálogo fica prejudicado entre esses atores”

Os assentados sempre estão buscando se interagir com os diversos atores sociais envolvidos no processo e entre eles trocam ideias e participam de suas experiências vividas, mantendo sempre o diálogo como uma fonte de negociação para conseguir sua sobrevivência na terra conquistada.

O técnico da Secretaria Municipal da Agricultura narra que um dos principais aspectos do sucesso do assentamento Boa Vista pode ser explicado pelos diálogos que eles mantêm com o Município, que é de forma franca e participativa.

O nosso diálogo com o assentamento e as associações é um diálogo aberto e franco. Eles nos procuram, nós os procuramos. Recentemente fizemos um relatório em conjunto com o assentamento Boa Vista, para enviar para o Ministério de Desenvolvimento Agrário referente ao uso de equipamentos doados através do programa de aceleração do crescimento PAC2. E aí eu tive lá na associação deles mostrando os serviços que foram feitos e passando algumas demandas ainda existentes, então o diálogo com eles é um diálogo aberto e permanente.

Para o gestor municipal, o diálogo entre o município e o assentamento Boa Vista é feito sempre de forma franca e clara, e as associações fazem a ponte das reivindicações dos assentados. Nesse contexto, o município busca atender a essas reivindicações de forma rápida, conciliando a natureza da demanda às ofertas em todas as esferas do governo.

O assentado AS1 relata serem esses diálogos essenciais para o desenvolvimento do assentamento e que sempre que os assentados se reuniram na associação em busca de benefícios para a comunidade, existe uma conversa franca e aberta com todos que estão envolvidos no desenvolvimento do assentamento.

Porque o que nós queremos com o INCRA, se eles puderem resolver para gente eles resolve, a prefeitura do mesmo jeito, isso é, né, na pessoa do Prefeito, entendeu? Eles fazem da maneira que puderem, a INCAPER do mesmo jeito, MST e FETAES porque nosso aqui é FETAES, mas não tem essa divisão também entre a gente, nós procuramos sempre o diálogo. (AS1).

É possível observar que existem barreiras em relação ao diálogo com o INCRA, o que se justifica pela própria forma de planejamento estratégico do instituto que possui uma Sede (destinação de recursos, estabelecimento de metas físicas a serem alcançadas durante o exercício entre outros) que demanda para as Unidades Jurisdicionadas. Com isso, cada estado possui uma Superintendência Regional que responde pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Estado, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda no meio rural. Portanto, a Superintendência Regional do Espírito Santo corresponde a uma unidade operacional e descentralizada (MDA INCRA/2013). Essa condição organizacional prejudica a comunicação entre as associações e as unidades operacionais, tornando ainda mais morosa a solução relativa às demandas do assentamento.

Embora na fala dos assentados seja possível observar que existem dificuldades de comunicação entre as demandas do assentamento e o INCRA, conforme discutido acima, houve ao longo do período de assentamento do Boa Vista, disponibilização de recursos por parte dos órgãos públicos:

[...] Bem...eu vou falar... O pessoal do INCRA de um tempo atrás eles aparecia aqui muito, vinha muito...mas de um tempo pra cá sumiu todo mundo... sumiu...eu não vejo eles aqui mais não. E a prefeitura não ajuda nós com nada não. Até hoje, já tem 7 anos que eu to aqui, a única coisa que eles fizeram, há um tempo atrás... acho que há uns três anos atrás...foi um... acho que passou ai na estrada, fazendo estrada...foi isso....agora ajuda, ajuda...não...(AS5)

Não tem nenhum recurso que traz pra nós aqui não (INCRA). Depois que nós entramos pra debaixo da lona, não ganhamos recursos nenhum. Quando nós precisamos de água, nós ganhamos dinheiro pra fazer represa. Não saiu represa pra nós, se nós temos esse poço é porque o dinheiro saiu do nosso bolso (AS3).

Na minha terra o que eu plantei na verdade foi uma área de cana, pra mim. O que eu produzo lá é leite; então eu tenho uma vaca de leite que eu to produzindo. O café que tinha plantado que era pro Pronaf que o Seu Martin fez, quando eu cheguei já tava... Eles abandonaram, ficou ali mais de ano abandonado, então praticamente acabou. E a demora do Incra pra passar

pro meu nome e pra sair recurso pra mim trabalhar. Porque até hoje o que eu tenho lá foi feito com o meu trabalho, com o que eu tenho (AS2).

Para o assentado AS4, quando perguntado sobre os diálogos com os diversos atores envolvidos no assentamento, ele relata que às vezes, somente apontando que a situação chegou a um ponto extremo que se percebe um avanço:

Que sempre procura contato com eles, mas para chegar a até a cidade dá uns 40 Km mais ou menos, chegando lá procuramos alguma coisa e muitas vezes eles escorrega fora... mas dizemos ... rapaz... nós estamos precisando disso e daquilo; pra falar a verdade tem que falar “to morrendo”, ai eles vão tentar amenizar as coisas. É dessa forma. (AS4).

Os diálogos e negociação têm de ser constantes na vida desses atores sociais, pois o envolvimento requer muita habilidade para conseguir manter essas famílias em suas terras, famílias que a cada dia almejam ser altamente sustentáveis, fazendo um desenvolvimento em seu lote de terra de uma forma que deixam todos independentes para conseguirem seu próprio sustento.

Como abordamos anteriormente, o INCRA participa em todas as etapas da vida dessas famílias que buscam os programas da reforma agrária e que o diálogo, as negociações estão sempre presentes entre esses atores sociais, tornando-se essenciais para o bom desenvolvimento desse programa, o que leva tempo e paciência por parte de todos os atores sociais envolvidos. A palavra negociação é fundamental para interação de todos os atores sociais.

“A cada dia, cada hora a gente aprende alguma coisa, sobretudo na paciência e negociação. Que é o tempo todo negociando... E a gente tem que ter persistência e transparência”. (Servidor do INCRA).

4.7 ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Nessa trajetória, percebe-se que as famílias estão aprendendo a se tornarem famílias produtoras rurais. Esse tem sido o maior aprendizado. Nesse sentido, é possível dizer que o Assentamento Boa Vista e seus contextos por si sós se configuram em um espaço de aprendizagem social para a sustentabilidade e isso ocorre de forma natural e gradual, a partir da observação, troca de experiências e vivências entre os diversos atores sociais.

Com base nessa observação, o conhecimento é multiplicado. É importante salientar que parte do conhecimento foi inicialmente ofertado pelo INCRA por meio da assistência técnica. Todavia, foram identificadas outras formas de aprendizado técnico, com base na observação e replicação de práticas que, aparentemente, deram certo com outros produtores, como explica o assentado AS4:

[...] Aqui é o seguinte...Quando nós sai para fora, nós vê um do outro. Aí um vai passando experiência pro outro. Sempre tem umas pessoas que tem associação de pequenos agricultores ou proprietários. Eles informam onde tem alguma palestra pra gente ouvir algumas coisas. Aí alguns vão e a gente passa a saber e entender como funciona. Às vezes um de fora, vem, e trocamos ideias e dessa forma vamos aprendendo.

No processo de aprendizagem social do Assentamento Boa Vista, os moradores copiam a técnica do outro, sem consulta à assistência técnica ou associação desta com a peculiaridade do assentamento, e isso foi observado na fala do assentado AS7:

[...] quando eu vim pra dentro da terra, eu não sabia como era amarrar uma peneira na cintura. Aí eu cheguei e tem uma lavoura velha ali em cima e tava madura, era época de pegar café e já tava caindo; eu fui lá e comprei duas peneiras e fiquei olhando o meu colega que já entendia das coisas, amarrar a peneira, pra eu aprender como amarrava, pra mim não perguntar.

Ele amarrou a peneira dele, eu cheguei e só olhei assim, fui lá e fiz. Colhi o café direitinho, do jeito deles. Não teve problema nenhum, não quebrei galho nem nada. Depois, pra desbrotar, eu fui olhar o cara pra ver como é que ele fazia. Cheguei lá, olhei como o cara tava fazendo, e fui trabalhar no meu café. Dali pra cá, pronto! Hoje nós não precisamos falar assim: “vai trazer um técnico pra trazer aqui dentro explicar como é que poda um café, como que desbrota o café, como é que você vai cortar um pé de café (porque não pode cortar muito baixo, tem que cortar de 20 a 25 centímetros, pra poder ter a brota), como que eu vou bater um veneno no pé de café?”. Não precisa porque todos nós aqui dentro já sabemos. Porque no início, quando nós começamos a trabalhar, o Incra despachou um técnico diretamente pra nós, e eles ensinaram nós a trabalhar, que sem eles não saberíamos também, aprendemos com os técnicos, e hoje nós sabemos trabalhar.

Esse modelo de multiplicação do conhecimento parece ocorrer em todas as esferas. O servidor público da SEMAG narra que o aprendizado do dia a dia é muito importante e que a união e organização dos moradores do Assentamento Boa Vista, tem gerado bons frutos para todos, valorizando as propriedades de forma justa e que eles têm aplicado em outros assentamentos da região. Fazendo uso desse aprendizado:

Então, esse aprendizado que a gente tem com eles, é muito importante, porque a gente tem aplicado, a gente tem aplicado nos demais assentamentos, em que sentido? De mostrar, que a organização...principalmente eu gosto de citar o assentamento Boa Vista nas reuniões que a gente faz nos demais assentamentos é a organização social, entendeu. É a questão de acreditar, é a questão de acreditar...porque hoje os assentamentos que se iniciam, as vezes o cara tá reclamando da terra, não tinha terra pior na época a terra era muito seca, era ruim de água a questão da fertilidade do solo era pequena. E hoje são propriedades, que se o sujeito falar assim, eu vou vender por 200 mil reais ele vende. Eu estou falando de 2 alqueires. Não pode-se vender, não se negocia, até mesmo porque a terra é do governo o sujeito está na condição de assentado. Mas hoje um imóvel que não valia nada tá valorizado em torno de 200 mil reais. Então, essa experiência, a gente coloca para os demais assentamentos, na questão da organização, na questão de acreditar, entendeu?. Nas técnicas que tem sido usado lá na questão da coleta seletiva do grão de café. No quanto eles estão ganhando com a pimenta do reino na questão da diversificação também, que é interessante trabalhar a diversificação. Porque lá a gente tem café, e alguns já estão implantando a pimenta do reino. Então é basicamente isso, a gente pega o aprendizado e tenta trabalhar com o público basicamente parecido, um público na mesma linha de atendimento. E tem surtido resultados, em Franqueza a gente tem conseguido alguns resultados. E essa interação com eles também é grande, eles se falam, os movimentos se comunicam. (servidor público da SEMAG).

A consideração do MST em relação ao processo de aprendizagem social comunga com a ideia de multiplicação do conhecimento dissertado nesta sessão:

Camarada, os camponeses buscam se espelhar muito mais nos outros camponeses, do que na orientação técnica. Por exemplo, essa uma questão, porque ele aprende muito mais no que vê e no que faz, muito mais do que no que ouve. Então, independente onde esteja organizado os camponeses, eles se espelham pelas outras experiências de luta, de trabalho e produtiva. Então a organização, as pessoas buscam aprender e aprendem no seu cotidiano. Assim como, a pessoa, o indivíduo, o ser humano, aprende de ver, aprende ao fazer e aprende ao ver fazendo. Então... Ao ver fazendo na agricultura e ao ver fazendo na luta. Então os camponeses são testemunhas vivas desse processo. Então se pode ter ou não aplicado isso aí é tranquilo, é fácil e é feito. (Dirigente Nacional do MST).

A assentada AS3, quando perguntada se aprendeu alguma coisa sobre sustentabilidade, afirma que aprendeu a utilizar adubo orgânico e que não usa mais veneno em suas plantas, não usando agrotóxico em sua horta:

Eu aprendi muita coisa. Eu não sabia plantar horta, hoje eu sei plantar. Sei fazer esterco orgânico, que é uma coisa que muita gente não sabe fazer e eu já aprendi. Eu não uso esses venenos nas minhas plantas, eu não uso, tudo e tirado daqui mesmo. Igual essa flozera isso aí é um veneno para o café. Eu tiro aí, coloco de molho pra matar esses negócios do café e é uma maravilha. Na horta eu não jogo agrotóxico nenhum. Eu aprendi muita coisa. O INCRA também, quando nós entramos na terra pra dentro da terra, ensinaram como plantar, como adubar, pensando na sustentabilidade. Os que tiveram interesse, aprenderam. Porque tem muita falta de interesse e a pessoa que tem que se interessar, se não se interessar, não aprende nada. Eu aprendi a fazer adubo orgânico, é assim, você raspa a terra todinha, pode ser junto com as folhas e tudo. Depois você puxa a terra em cima, vai molhando e deixa quieto lá. Você pode picar a terra e deixar no canteiro, é matéria orgânica. Não precisa colocar adubo de boi e nem nada, é só com folha, tanto que eu não raspo folha nenhuma, é tudo matéria orgânica do café, Eu aprendi muita coisa com esse negocio. Resto de comida faz matéria orgânica, coloca na terra, tampa e deixa lá; depois você vai lá cava e põe no pé; restinho de casca de fruta, você faz cova, tampa e deixa quietinho lá.

Perguntada como foi esse aprendizado para a questão do adubo orgânico, a assentada AS3, enfatizou que: “O pessoal do INCRA chegou e falaram, os que entenderam aprendeu. Eles levaram nós pra plantar árvores, ensinaram como plantar árvore, ensinaram como plantar árvore com gel em lugar seco que não tem

água; ali o gel conserva a planta. Eu aprendi coisa demais. Hoje eu executo e não decepcionei até hoje não.”

Outro ponto observado pelo servidor do INCRA — e que acena para a necessidade de uma aprendizagem social direcionada, que promova a sustentabilidade no assentamento, promovendo uma maior integração dos diversos atores sociais — refere-se ao atual estágio do assentamento:

Eu posso dizer que o Assentamento Boa Vista Hoje, ele tá preparado para andar sozinho, tá? Das 57 famílias que tem lá assentadas, a grande maioria já anda com suas próprias pernas. O que precisa hoje é de uma boa assistência técnica e investir na comercialização, e agregar valor a seus produtos. (Servidor do INCRA)

Pode-se observar, então, que o atual estágio do assentamento Boa Vista requer uma estrutura integradora, favorável a ações de negociação entre os múltiplos atores, visando ao equilíbrio de interesses, ou seja, um método de gestão que permita o contato direto desses assentados com seus múltiplos públicos de interesse. Por não se tratar de uma empresa, essa “unidade integradora” deverá partir essencialmente do interior desse grupo de luta pela reforma agrária, com a mesma linguagem e causa, organizando o assentamento para o alcance junto, participativo e integrado das metas e objetivos.

Nesse contexto, o ponto de partida pode ser o próprio município, principal interessado no desenvolvimento do assentamento. Nas palavras do entrevistado do INCRA: “Vamos colocar assim: a Reforma Agrária é uma ferramenta de desenvolvimento do município, sobretudo na inclusão social e na produção de alimentos”.

O assentamento gera renda, promove o indivíduo, movimenta a economia, e esses fatores são suficientes para colocar o município como principal interessado no assentamento, conforme bem exemplifica o Servidor do INCRA:

Conhece o Km 41? há 25 anos atrás, ali existia uma igreja, um botequim, e uma pensão. Uma meia dúzia de casas, e ali foram implantados o primeiro assentamento foi, lá da Vitória, depois veio Georgina, Pratinha, São Vicente, Joerana e mais longe um pouquinho, não tanto, Zumbi dos Palmares. Que daria, que tem aproximadamente, 400 famílias assentadas. Com a criação e implantação desses assentamentos, hoje no distrito do km 41, possui banco, posto de gasolina, supermercado, casa de materiais de construção, e até uma casa lotérica. Esse distrito ele evoluiu, ele cresceu em função desses assentamentos. Então, há uma mudança no comportamento daquela comunidade.

Em relação à sustentabilidade, percebe-se que há a preocupação em desenvolver estratégias de produção sustentável. Isso ficou claro em relação ao desenvolvimento e planejamento agrícola promovido pelo INCRA:

[...] É nós temos um agrônomo do INCRA. Inclusive hoje ele está fazendo doutorado e tá com a bolsa de pesquisa para ir até para o Estados Unidos. Apesar de um certo, radicalismo por parte dele. Ele sustenta que não há necessidade de veneno e nem de adubo para produção. E ele fez algumas experiências comprovadas com café em alguns assentamentos, tem assentado, ou produtor rural que colhe ó, colhia 120 sacas de café por hectare. Aí ele aplicou agrotóxico, né?, agrotóxico, adubação química etc, e etc. Na hora de jogar o custo, das 120 saca, ele gastou 80 sacas nesses insumos. E aquele que colheu naturalmente, colheu 60, mas colheu 60 sem gastar nada. Essa é a teoria dele. (INCRA).

A Aprendizagem Social para a Sustentabilidade requer o *feedback* direto dos atores em relação aos comportamentos insustentáveis. A esse respeito, o servidor do INCRA colabora ao explicar como é multiplicado o conhecimento sistemático em relação a comportamentos sustentáveis:

A gente divulga. De uma forma tímida né? Que a gente tem. É...o INCRA eu coloco. Tá melhorando... O INCRA é um órgão que não tem assim muita memória. Ele não tem muita melhoria, de casos de sucesso guardado. Eu to tentando resgatar isso aí.

Em resumo, durante todo o processo de assentamento, ocorre a aprendizagem social. Primeiramente, no ambiente da lona, quando as dificuldades das famílias contribuem para o desenvolvimento do senso de cooperação e, por sua vez, impulsionam o desejo de conseguir a terra. Já assentadas, as famílias experimentam diversas situações que favorecem para seu desenvolvimento social, tais como o aprendizado técnico, social e emocional adquirido por meio das reuniões com as lideranças dos movimentos sociais, associações e órgãos governamentais. Essas experiências vão se aprimorando por meio das reuniões com as lideranças e técnicos que auxiliam na manutenção das melhorias tecnológicas (informações e mecanismos) do assentamento.

Ao se tornar um produtor rural, o assentado adquire autonomia econômica, transformando-se em dono de um espaço, responsável por sua própria produção. Esse processo amplia a visão do trabalhador, emancipa-o da condição de extrema pobreza para um cidadão ativo e incluído.

Identifica-se, assim, que no Assentamento Boa Vista, existe um aprendizado no dia a dia dessas famílias que vivem aprendendo para manter seu sustento dentro desse ciclo do Assentamento. Aprendem, mesmo precariamente, e muitas vezes de forma coletiva, como melhorar sua produção, associando-se no campo conceitual e teórico de aprendizagem social para sustentabilidade – nos princípios de aprender juntos para o gerenciamento coletivo (HARMONICOP, 2005) e aprender a fim de compartilhar ou aprender junto para intervir junto (JACOBI; GRANJA; FRANCO, 2006; CÂMARA 2011; D'ANGELO; BRUSTEIN, 2014).

4.8 RESGATE SOCIAL

O processo de transição do acampado para o assentado, conforme já foi explicado, coloca o indivíduo da reforma agrária em uma luta pela terra de profundo desgaste emocional. Nesse contexto, a condição precária dos assentados em seus aspectos emocionais e fisiológicos é identificada na fala da assentada entrevistada:

[...] A gente voltava pra cima. Chegava lá na minha casa as vezes, dormia com fome porque não tinha nada para dar meus filhos... quatro filhos pequenos dentro de casa, pensa bem moço. E aí, Graças a Deus, Deus me deu...Agora graças a Deus, na minha casa tem comida... (risos). (AS5).

É importante salientar que é de consenso que o processo de “acampar na lona” é um critério necessário para a legitimidade do assentado (pré-cadastrado no INCRA), ou seja, para a aquisição da terra. Portanto, “acampar na lona” se configura como um esforço do trabalhador que busca seu espaço no processo de reforma agrária:

E para conseguir então esse pedaço de terra, eles fazem um cadastro. Todos, antes, precisam passar nesta etapa de assentado/acampado; os primeiros que ganham terra, por assim dizer. Quem acompanha esse cadastro lá, para saber, por exemplo, É o INCRA... (AS4).

Outra observação oportuna é em relação ao perfil do assentado que vem se transformando de uma identidade de trabalhador sem terra para um indivíduo que busca sua oportunidade de trabalho na terra, uma condição reconhecida pelo INCRA:

Há um tempo atrás, isso vai muito assim do amadurecimento. É, vamos colocar assim, nem tudo, mas alguns servidores do INCRA via o assentado como um coitadinho. Só que o assentado, ele não é um coitadinho. Ele está lá porque ele quer um pedaço de terra. Essa terra ele quer para ele produzir e para ele se elevar sócio e economicamente. Eu nunca vi um assentado

como um coitadinho, eu sempre vi como um cidadão que quer uma oportunidade. (Servidor do INCRA).

Essa condição ficou clara na fala dos assentados em relação à motivação em enfrentar o processo de “acampar na lona” esperando a mudança de vida e a inclusão social, em busca de uma melhor condição de vida:

Mudou. Porque assim... a gente que sai debaixo da lona, pra hoje estar dentro de casa com energia, já é um avanço muito grande. Mudou bem. Mudou bastante (AS4).

Antigamente, meu Deus do céu, a gente não tinha nem uma roupa que prestava, a gente morava na terra dos outros. E hoje graças a Deus, Deus já deu a nos um carro, a gente pode andar de carro a gente vai pra igreja fazer a obra de Deus de Carro, né. Nos tem moto, graças a Deus por Isso...Então as coisas só vai melhorando para nos entendeu?. (AS5).

Rapaz... vou te falar uma coisa pra mim eu cai no paraíso. Eu só lamento porque eu, não sei porque a idade está chegando, mas enfermidade me pegou. A grande maioria tem sua televisão, geladeira, ventilador. E graças a Deus o que nós pensávamos tá acontecendo, porque hoje tá todo mundo praticamente tirando o sustento da sua própria terra. (AS6)

A gente morava em São Geraldo de Ecoporanga, e a Valdete passou e convidou a gente pra vir pra de baixo da lona. Aí nós viemos... aí nos ficamos no [inaudível]. Aí depois nós viemos aqui e ficamos na beira da estrada, nos asfalto; esperando o sorteio. Aí sortearam e liberaram primeiro a gente plantar pra dentro da terra do fuzileiro. Aí nós plantamos e depois sortearam a terra e eu vim parar aqui na [inaudível]. (AS3).

Olha, a minha luta pra chegar no assentamento Boa Vista, depende muito dos meus esforços de ficar debaixo de lona. Eu fiquei debaixo de lona de 2001 até dia 29/12/2004, no dia 30/12/2004 eu já passei a ser um assentado. E aonde eu continuo até hoje, e é um grande privilégio pra mim (AS7).

Portanto, a luta pela terra, e consequentemente o estágio de “acampar na lona”, é motivada pelo objetivo de adquirir um espaço de terra. Não se deve deixar de salientar que ao se tornar um assentado legalmente, o produtor rural se transforma em uma pessoa economicamente ativa, gozando dos benefícios inerentes ao cidadão da reforma agrária. Essa condição lhe permite um resgate de sua cidadania, como proprietário, ainda que temporário da terra. Essa condição é bem exemplificada pelo técnico da SEMAG:

Para quem não tinha expectativa nenhuma de vida, tem um resgate de dignidade muito grande, e é muito importante frisar esse resgate social dessas famílias que estavam em vulnerabilidade social. Hoje são famílias que estão em condições financeiras muito boas. Todos lá tem carro tem moto as casas são muito boa, entendeu?. As famílias que estavam desde o início, estão em uma condição financeira, muito satisfatória.

O resgate da cidadania via transformação social é confirmada na fala dos assentados:

Ó pro cê vê, hoje já tem, ó pro ce vê...antigamente, meu Deus do Céu, a gente não tinha nem uma roupa que prestava. A gente morava na terra dos outros, tinha que andar muito a pé... Óia, eu ia daqui Joaçuba a pé para ir na igreja. E hoje graças a Deus, Deus já deu a nos um carro, a gente pode andar de carro, a gente vai para a igreja fazer a Obra de Deus, nós vamos de carro, nós tem moto, Graças a Deus por isso. Então, as coisas só vai melhorando para nos entendeu?. tem que pensar só positivo. Eu quero melhorar se Deus quiser. Eu quero, Eu quero, com Deus na minha frente (AS10).

Na fala do entrevistado servidor do INCRA, ele narra que o processo de reforma agrária tem em sua essência o resgate da função social da terra, que é produzir alimentos, de forma ambientalmente sustentável, o que inclui nesse processo o bem-estar de quem nela trabalha.

Com base nisso, é possível considerar que o Assentamento é um canteiro de oportunidades ao promover o cidadão, permitindo-lhe maior inclusão social, conseguindo um resgate social na transformação de seu *status quo* de trabalhador sem terra para produtor rural familiar, alcançando o topo da pirâmide apresentada na figura 9 deste estudo.

Sobre o resgate social dessas famílias que passaram por todo o processo para conseguir alcançar seus objetivos, veja a fala do entrevistado do INCRA: “Tem problemas, tem muitos, mas o pessoal tá produzindo e tá. O que a gente fala modelo de produção. Eles foram incluídos, houve inclusão social daquelas famílias ali, a questão da sociedade”. (Servidor do INCRA).

Para o gestor do município, o Assentamento Boa Vista é exemplo de um espaço de integração social, o processo de evolução pelos quais essas famílias passaram é inquestionável, o papel social dos assentamentos é de extrema importância, muitos que ali estão viveram o problema do desemprego e o abandono, e hoje essas famílias retiram da terra o seu sustento, e com muita luta, coragem, e persistência conseguiram se agrupar e se organizaram para produzir e resgatar a cidadania, tornando- se produtores rurais familiares.



Figura 10: Estágio atual lote do assentamento Boa Vista

Fonte: Dados da pesquisa de campo In Loco (2015)

Capítulo 5

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Posta a análise dos dados, retoma-se ao problema que norteia esta pesquisa, que se ocupou em analisar como o processo de aprendizagem social para a sustentabilidade favorece a transição de trabalhadores sem-terra para produtores rurais familiares.

As narrativas dos moradores do Assentamento Boa Vista evidenciaram três etapas do processo de assentamento rural:

- a) Acampados sem terra;
- b) Assentados sem regularização;
- c) Produtores rurais familiares.

Em cada etapa, ocorre um processo diferenciado de aprendizagem social que, por sua vez, tem sido norteado por sete elementos essenciais:

- a) Múltiplos atores envolvidos;
- b) Conflitos do assentamento;
- c) Necessidades dos assentados;
- d) Relações de poder;
- e) Diálogos, negociações e interação;
- f) Espaços de aprendizagem social para sustentabilidade;
- g) Resgate social. Esses elementos são necessários para que a aprendizagem social para a sustentabilidade ocorra enquanto processo.

A ação dos múltiplos atores envolvidos foi evidenciada ao apontar o caráter de colaboração da AMPREV, da ASAFAB, do INCRA, do município de Ecoporanga, na figura da Secretaria Municipal da Agricultura, INCAPER e movimentos sociais MST e FETAES. Em particular, o INCRA se configura como órgão gestor, regulador e fiscalizador e que responde pela sistematização dos processos de reforma agrária (INCRA, 2015b).

Enquanto o MST e a FETAES, na luta pela terra, buscam o enfrentamento da reforma agrária, nas mais diversas formas de luta, o INCRA, engessado pelo reordenamento histórico imposto pelos diferentes estilos de governo (LEITE, 2013) ainda necessita de reestruturação administrativa para abraçar com estrutura técnica adequada os diversos municípios com acampamento de sem-terras, deixando uma enorme lacuna na aprendizagem técnica, tão necessária para a sustentabilidade, em seu conceito mais amplo, no assentamento.

Cabe salientar que o desenvolvimento de um assentamento rural é totalmente dependente do senso de cooperação entre seus diversos atores sociais, de modo que a luta pela terra, por si só, caracteriza-se como um sistema de conhecimentos, valores, tecnologias e organizações sociais em suas diversas formas de relacionamento, em um processo coevolutivo entre seu sistema social e ambiental (ALTIERI, 2002).

Esse processo coevolutivo tem em sua essência o princípio de participação do grupo na resolução de um problema em comum, e traz em seu escopo o diálogo reflexivo dos envolvidos (HARMONICOP, 2013; D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014a).

Entretanto, no ambiente de assentamento rural, existem relações de poder, conforme os interesses dos diversos atores sociais que gravitam o processo de

reforma agrária. Esses interesses, por sua vez, estão sujeitos às políticas públicas, o que requer constante reconstrução de suas experiências. Esse modelo de gestão tem se demonstrado eficiente na integração das interfaces da gestão em suas múltiplas interdisciplinaridades (CHABAY; STOHR, 2012; JAYASURIYA; RODAN, 2007; SWARTLING et al., 2011; HARMONICOP, 2005).

Além desses elementos - Múltiplos atores envolvidos; Conflitos do assentamento; Necessidades dos assentados; Relações de poder; Diálogos, negociações e interação, Espaços de aprendizagem social para sustentabilidade e; Resgate social - comuns aos processos de aprendizagem social para sustentabilidade, que já foram apontados em diversos estudos já citados ao longo desta pesquisa, no Assentamento Boa Vista em particular, foram identificados 10 elementos específicos do seu próprio processo. São eles:

- a) Apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país;
- b) Conjunto de regras e Instrumentos específicos de gestão agrária;
- c) Visão comum do grupo de famílias;
- d) Senso de posse do processo de assentamento com grande envolvimento emocional das famílias e dos demais atores sociais;
- e) Suporte financeiro do governo;
- f) Suporte técnico do governo;
- g) Rede de condições políticas, econômicas e sociais favoráveis do estado do Espírito Santo;
- h) Processo de aprendizagem social transformativo no Município;
- i) Processo de aprendizagem social multiparties baseado em pequenas vitórias a cada avanço nos estágios;
- j) Contínuos diálogos com a rede de participantes.

Na Figura 11, é ilustrada a dinâmica e interação entre os elementos identificados no Assentamento Boa Vista e os elementos componentes do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade.

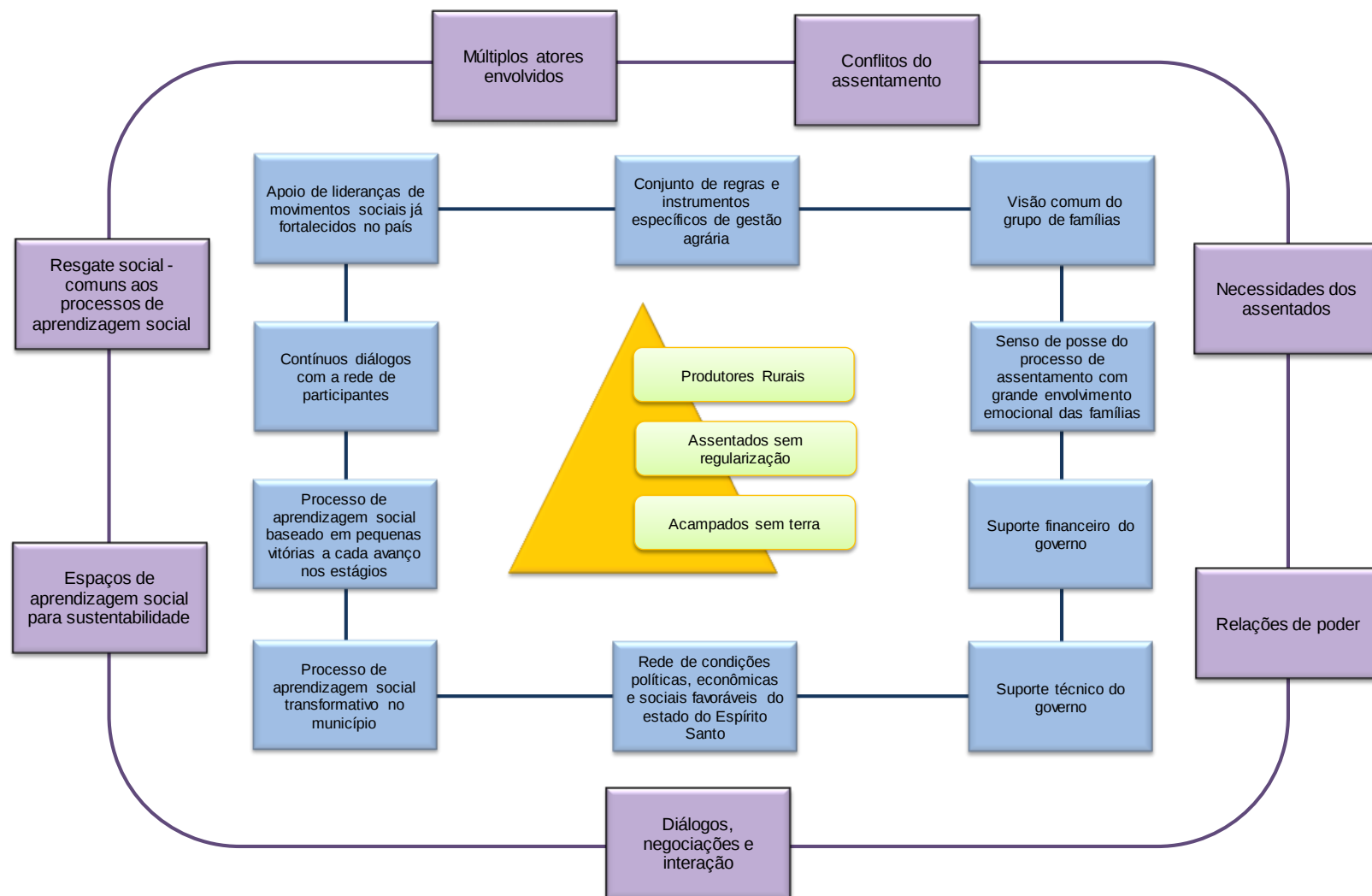


Figura 11: Dinâmica e interação entre os elementos identificados no Assentamento Boa Vista e os elementos componentes do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

5.1 ELEMENTOS ESPECÍFICOS AO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO BOA VISTA

5.1.1 Apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país

Enquanto o ambiente natural atua como um gatilho para o início do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade no Assentamento Boa Vista, esse processo só é deflagrado de fato com o apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país, como o MST e a FETAES.

No início, esses movimentos sociais conseguem realizar frente de massa e fazer o processo de reforma agrária caminhar com maior rapidez. Ao longo do processo, esses movimentos sociais têm dado grande importância ao diálogo com todos os atores sociais envolvidos, conforme já discutido.

5.2 CONJUNTO DE REGRAS E INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO AGRÁRIA

Os assentamentos rurais, de uma maneira geral, possuem uma metodologia estruturada em fases distintas que vão desde a formação dos acampamentos à sua emancipação. Ou seja, o processo de transição de trabalhadores sem terra para produtores rurais familiares passa por três etapas, mostrado na Figura 9 acima.

Essas etapas são definidas por meio de um conjunto de regras e instrumentos específicos de gestão agrária (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014a), como: Portarias, Portarias Interministeriais, Instruções Normativas, e Normas de Execução e são

amparadas em Leis e Decretos, mostradas no Anexo A (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INCRA, 2014).

Ou seja, embora os movimentos sociais façam pressão para agilizar o processo de assentamento, eles agem à luz da legislação pertinente, inclusive atuando para modificá-la.

5.3 VISÃO COMUM DO GRUPO DE FAMÍLIAS

Ao longo de todo esse processo, as famílias compartilharam uma visão comum: saírem da extrema pobreza para se tornarem produtores rurais familiares. Essa visão é a identidade do sem-terra, e parte primeiramente das histórias individuais de cada família, ganhando força nas dificuldades encontradas durante o processo de transição entre o acampamento e o assentamento.

Assim sendo, durante a transição do *status quo*, as famílias assentadas compartilharam das mesmas dificuldades relacionadas à falta de água, comida e abrigo, o que colabora para o senso de cooperativismo.

Cabe salientar que o desejo de se tornar um produtor rural familiar é a força motriz do assentamento e, deste modo, é de consenso que a vitória alcançada por um morador representa muito para o assentamento. São as pequenas vitórias que vão incentivando a vizinhança a investir em uma nova cultura, em uma nova técnica de produção, a buscar um novo tipo de recurso econômico e uma nova vida na terra sonhada e conquistada com luta, persistência e perseverança.

5.4 SENSO DE POSSE DO PROCESSO DE ASSENTAMENTO COM GRANDE ENVOLVIMENTO EMOCIONAL DAS FAMÍLIAS E DOS DEMAIS ATORES SOCIAIS

Conseguir a terra é a vitória concretizada, entretanto o processo de regularização requer das famílias um longo e necessário martírio: viver na lona. Estar na lona é um fator necessário para se incluir no programa de reforma agrária, portanto esse processo de sofrimento e dificuldades enfrentados pela família legitima a luta do sem-terra e lhe fornece uma identidade própria. “Na lona, a vida é doída”, diz um assentado, “mas valeu a pena” complementou outro.

Cabe salientar que essa condição envolve a participação de diversos atores, que movidos pelo senso de solidariedade se integram à luta dos sem-terra, seja colaborando com água, comida e recursos, seja cobrando ações das instâncias públicas. Ocorre, pois, um envolvimento emocional entre as famílias e os atores sociais que gravitam o processo de reforma agrária.

As narrativas das famílias que passaram pela moradia em barracas de lonas, o ambiente natural (a terra), que mesmo com essa carência sem uma moradia digna, buscaram forças e mantiveram diversas reuniões com as lideranças dos movimentos sociais e com os técnicos do governo. Esse grupo de pessoas não tem medo de dizer “estou disposto a desbravar a terra, estou disposto a encarar o que for preciso para alcançar a nossa busca pela terra”.

Nota-se que, apesar dos conflitos existentes, o espírito solidário entre essas pessoas participantes do movimento, a coragem que eles têm também são forças motivadoras. Esse grupo de pessoas em todas as etapas de assentamento mantém um discurso coerente, questionando com segurança todos os atores sociais, pois

eles têm uma capacidade de participação em grupo, buscando sempre um posicionamento seguro para conseguir seu lote de terra, produzir e obter um desenvolvimento sustentável.

5.5 SUPORTE FINANCEIRO DO GOVERNO

A partir da segunda etapa do processo de assentamento – assentados sem regularização já dentro da propriedade – as famílias já puderam contar com o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do INCRA para: i) créditos de apoio inicial para comprar as primeiras ferramentas, a primeira alimentação e alguns utensílios para sobreviver; ii) crédito fomento, que é para a compra de pequenos animais, de sementes, de mudas para as famílias alavancarem seus negócios agrícolas; e, iii) crédito de habitação para construir a sua casa, porque eles ganharam o seu lote vazio e sem nenhum tipo de cultura (Mais detalhes no ANEXO B).

Não se deve deixar de enfatizar a importância e o impacto que a atividade dos assentados exerce sobre a econômica local, seja em relação à produção de alimentos, seja em relação aos incrementos financeiros relativos aos recursos obtidos pelas diversas linhas de crédito do governo que são investidos no comércio do próprio município.

Hoje, no estágio atual de pequenos produtores rurais familiares, essas linhas de créditos são vitais para a manutenção das lavouras existentes e para as novas culturas a serem implementadas no Assentamento Boas Vista. A linha de crédito mais utilizada pelas famílias do Assentamento Boa Vista é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e nas narrativas dos entrevistados

essa linha de crédito é essencial para a sobrevivência e continuidade da produtividade das lavouras do assentamento.

5.6 SUPORTE TÉCNICO DO GOVERNO

Em todas as etapas, foi necessário o apoio técnico do governo – municipal, estadual e federal – uma vez que se trata de famílias despreparadas para lidar com todas as mudanças, embora morosas, que foram ocorrendo ao longo de todo esse processo. Contudo, também fica evidenciado neste estudo que todos os atores sociais envolvidos relatam a grande ausência de uma melhor política de assistência técnica para os moradores do assentamento. Aliás, atualmente, trata-se de um grande gargalo para fomentar a produção agrícola nos assentamentos.

Nota-se também que, mesmo com a carência existente e a falta de uma melhor estrutura dos órgãos públicos, as famílias do Assentamento Boa Vista estão conseguindo se desenvolver com a terra doada. Entretanto, não se deve deixar de salientar que a falta de assistência técnica adequada colabora para uma exploração do solo sem os devidos cuidados, tornando-o infértil, em alguns casos.

A falta de sensibilização em relação ao consumo de água pode acarretar a morte de nascentes e a própria condição de desertificação do solo na região, identificado pelo INCAPER. Isso requer ações imediatas para que essa condição não tome toda a região do Espírito Santo, a ponto de o investimento no tempo tardio ser ineficiente. Isso ficou expresso nas narrativas de todos os atores sociais, principalmente de seus moradores — que a falta de água no assentamento tem sido constante e está causando enormes prejuízos no desenvolvimento do assentamento.

Observa-se não ter sido feito um estudo do uso de recursos hídricos nesse assentamento, o que deixa essa lacuna na parte hídrica dos assentamentos, que teve ser analisada e estudada para não ocorrer em outros assentamentos do Brasil.

Essa visão holística da questão ambiental, associada à social e econômica, precisa ser desenvolvida entre os assentados, os quais ainda estão em um estágio fragmentado do conceito de sustentabilidade. As entrevistas evidenciaram que os moradores do Assentamento Boa Vista não associam os problemas relativos à produção (queda de 30%) com questões ambientais e econômicas, por exemplo, e isso evidencia como o assentamento vem passando apenas por um processo de aprendizagem social, sendo necessário ampliar suas perspectivas para uma gestão integrada, participativa e que colabore com os conceitos de sustentabilidade.

5.7 REDE DE CONDIÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS FAVORÁVEIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O estado do Espírito Santo, como instância política interessada no desenvolvimento do assentamento, tem colaborado com uma estratégia que se aproxima do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade dos assentamentos: o INCAPER.

O instituto tem desenvolvido estudos no Estado a fim de reconhecer os problemas e conflitos ambientais, e isso permitiu compreender, entre outros, o que os moradores do assentamento Boa Vista não compreenderam, que a falta de água é um problema ambiental da região. Portanto, requer ações imediatas e investimentos de grande ordem os quais vão além do ambiente estadual, ampliando

ainda mais essa rede de atores sociais que amparam a sustentabilidade do assentamento.

Ao INCAPER pode-se atribuir, ainda, a capacidade de reaprender novas maneiras de conciliar os interesses dos atores sociais, uma vez que vem prestando atendimento aos assentados, mesmo em situações nas quais tal atendimento seria de responsabilidade do INCRA.

Essa coparticipação é fundamentada no interesse mútuo de tornar sustentável o assentamento, o que tem se materializado na maior aproximação entre INCAPER, INCRA e Secretaria Municipal de Agricultura de Ecoporanga que, juntos, têm se esforçado na missão de orientar e auxiliar os assentados para qualificação e declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) do trabalhador rural, um fator primordial no desenvolvimento econômico do assentamento.

Todavia, sanar o fator de conflito econômico do assentamento não é suficiente para garantir sua sustentabilidade.

Diante disso, o INCAPER tem se esforçado para transformar as crises ambientais em oportunidades de negócios sustentáveis, a exemplo, a preocupação do instituto com os assentados de maior idade, sem aptidão para determinado cultivo ou das futuras gerações.

Além disso, o instituto se configura como uma iniciativa de estruturação de um modelo de gestão e implementação de estratégia de negócios sustentáveis, que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável, (PROATER, 2011,2013). Embora com algumas lacunas, tem sido a única instância a se demonstrar capaz de visualizar e integrar os diferentes atores em suas habilidades, forças e fraquezas.

A análise das falas do servidor do INCAPER permite considerar que o Instituto depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para que então possa atingir a plena capacidade de atendimento dos assentados e, com isso, coordenar e articular a implementação complexa da estratégia de negócios sustentáveis no Estado (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014a).

5.8 PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL TRANSFORMATIVO NO MUNICÍPIO

Quando se inicia um processo de assentamento, o município também passa por um processo de transformação, pois deverá se adaptar e, em alguns casos, reestruturar-se para receber novas famílias. Esse processo envolve questões econômicas e sociais, de modo que o município passa a desenvolver novas estruturas de políticas em ação social para amparar essas famílias.

O amparo social dos assentamentos é justificado, sobretudo, pelo interesse do município no retorno do investimento por meio do desenvolvimento do assentamento que colabora para a economia local, ao gerar fonte de receitas para o município como renda, emprego, produção de alimentos, e combate ao êxodo rural.

Nas narrativas dos entrevistados do município, ficou evidenciado o apoio aos projetos de reforma agrária. O gestor do município chegou expressar que as famílias assentadas são essenciais para o impacto local da economia no Município, alegando que se não fosse os assentamentos, a situação municipal se agravaria. Esses assentamentos retornam o homem ao campo que, com sua produção, geram receitas, geram emprego e ajudam a combater o êxodo rural sofrido nas décadas de 60, 70 e 80.

O Assentamento Boa Vista vem contribuindo fortemente com o desenvolvimento de Ecoporanga, pois é um projeto que ao longo desses anos está contribuindo com o desenvolvimento da região.

É louvável o papel de resgate social que o processo de reforma agrária promove na vida dos trabalhadores sem terra. Esse resgate foi o sétimo elemento identificado na análise do processo de aprendizagem social do Assentamento Boa Vista e foi identificado nas falas dos moradores que foram unânimes em enfatizar como suas vidas mudaram ao adquirirem sua própria terra.

Ao se tornar legalmente um produtor rural, torna-se também uma pessoa economicamente ativa e, conseqüentemente, com direitos de usufruir dos benefícios inerentes ao cidadão da reforma agrária; resgata, com isso, sua cidadania e se inclui na sociedade ao colaborar com a produção de alimentos e economia local.

5.9 PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL *MULTIPARTIES* BASEADO EM PEQUENAS VITÓRIAS A CADA AVANÇO NOS ESTÁGIOS

As famílias do Assentamento Boa Vista compartilham ricas histórias de superação, que têm servido de referência de “prosperidade” multiplicada entre os demais assentamentos da região pelo Município, Estado, INCRA, INCAPER, além de ser orgulho para os moradores e associação. Essa prosperidade tem sido justificada pela produção de alimentos e insumos que quantitativamente tem colocado o assentamento em uma posição de destaque entre os demais, deixando o Assentamento Boa Vista em evidência em relação aos demais assentamentos da região.

Com base na perspectiva dessas famílias, percebe-se que elas conseguiram avançar da base da pirâmide para o topo porque, ao longo de todo esse processo, foram conquistando pequenas vitórias, desde o primeiro momento. Primeiro, com o apoio dos movimentos sociais, sem entrar na discussão partidária ou do uso político que tais movimentos fazem desses grupos. Segundo, com o apoio técnico e financeiro dos governos municipal, estadual e federal. Terceiro, com a estruturação do Assentamento Boa Vista, aquela grande propriedade que pertencia apenas a um latifundiário, que gerava um ou dois empregos na criação de gado. Hoje, essa propriedade se transformou em pequenas 57 propriedades e se tornou interessante e produtiva para a região, sendo a base de sustento dessas famílias, as quais, com sua luta para alcançar a terra sonhada, hoje são produtores rurais e contribuem positivamente para o crescimento dos índices econômico do Município.

5.10 CONTÍNUOS DIÁLOGOS COM A REDE DE PARTICIPANTES

Esse conjunto de pequenas vitórias ao longo do processo de aprendizagem social para sustentabilidade no Assentamento Boa Vista só foi possível por conta dos contínuos diálogos com todos os atores sociais envolvidos. Inclusive para resolver os conflitos decorrentes.

Apesar dos conflitos internos, as duas associações existentes no Assentamento Boa Vista buscam sempre o diálogo para apoiar seus moradores, mesmo com as divergências em alguns pontos no contexto político local, com uma divisão de ideias ao apoiarem determinados candidatos. Elas, em alguns momentos, atuam mais como palanque eleitoral a serviço dos políticos que propriamente um instrumento a serviço dos interesses do assentamento.

Parece que o critério de eletividade está ligado ao relacionamento desse representante com grupos políticos (prefeito, vereador, deputado etc.) desenvolvidos durante a estadia na lona. Esse relacionamento político tende a influenciar as ações da associação, que sem recursos próprios – já que deveria vir dos associados – a associação faz a mediação “manca” entre os demais atores sociais (Município, INCRA, INCAPER e Movimentos Sociais).

O diálogo, negociação e interação falha, por não existir um sistema de gestão voltado à sustentabilidade capaz de integrar todos os atores sociais em um objetivo comum, que não seja exclusivamente a luta pela terra, ou legalização do assentado na terra, mas que priorize sua sustentabilidade por meio de um processo de aprendizagem social. Com isso, percebe-se que com frequência os diálogos ocorrem a partir da demanda, sem um programa ativo e contínuo de comunicação voltada ao desenvolvimento sustentável do assentamento.

Todas as famílias perdem por estarem sujeitas a uma relação de poder cujo objetivo final nem sempre está em promover o desenvolvimento do assentamento. Mas inegável o diálogo contínuo com toda a rede de participantes nesse processo. Isso ficou claro nas narrativas dos entrevistados.

Capítulo 6

6 CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi discutir as experiências que envolvem o processo de aprendizagem social para sustentabilidade no Assentamento Boa Vista, município de Ecoporanga, região Noroeste do estado do Espírito Santo e analisar como esses pequenos produtores rurais familiares estão se instalando e o que estão fazendo para permanecer nas terras adquiridas à luz das demandas dos princípios do desenvolvimento sustentável.

A Aprendizagem Social para Sustentabilidade está presente no Assentamento Boa Vista porque se trata de uma das mais bem-sucedidas experiências no estado do Espírito Santo. Além disso, reúne elementos relevantes para o estudo da aprendizagem social, a saber: i) o ambiente natural (a terra), palco da disputa; ii) diversos atores sociais; iii) diversos interesses; iv) conflitos de interesses; v) diversas relações de poder; vi) diálogos, negociações e interação; vii) utilização de diversos espaços de aprendizagem social.

Embora as pessoas entrevistadas não percebam o processo de aprendizagem social para sustentabilidade no Assentamento Boa Vista ocorre de forma nítida, principalmente no fundamento do resgate social, atendendo, portanto, à dimensão da sustentabilidade social, conforme proposto por Sachs (1993): contribuir para a redução das desigualdades sociais por meio da criação de emprego e renda.

No Assentamento Boa Vista, em particular, ao longo desses mais de dez anos, as famílias que saíram da base da pirâmide (da extrema pobreza), conseguiram chegar ao topo dela, tornando-se produtores rurais familiares, com rendas próprias, inclusive podendo gerar novos empregos.

Para tanto, o Assentamento Boa Vista apresenta elementos específicos de aprendizagem social para sustentabilidade, dada a natureza do processo de assentamentos rurais, em atendimento, em parte, aos requerimentos da reforma agrária brasileira, a saber: i) apoio de lideranças de movimentos sociais já fortalecidos no país; ii) conjunto de regras e instrumentos específicos de gestão agrária; iii) visão comum do grupo de famílias; iv) senso de posse do processo de assentamento com grande envolvimento emocional das famílias e dos demais atores sociais; v) suporte financeiro do governo; vi) suporte técnico do governo; vii) rede de condições políticas, econômicas e sociais favoráveis do estado do Espírito Santo; viii) processo de aprendizagem social transformativo no município; ix) processo de aprendizagem social baseado em pequenas vitórias a cada avanço nos estágios; x) contínuos diálogos com a rede de participantes.

Contudo, esse resgate social atende apenas a um dos patamares dos princípios do desenvolvimento sustentável. Ou seja, entre os moradores, o conceito de sustentabilidade está fundamentado no paradigma de produção de alimentos e insumos, ou seja, a prosperidade do morador determina se ele é sustentável ou não.

Trata-se de uma concepção simplista, tendo em vista os diversos problemas identificados no assentamento: falta de liderança representativa e unida, falta de um sistema de gestão que integre e estabeleça maior comunicação entre os diversos atores, problemas de ordem ambiental e técnica, para consequência direta da falta de assistência técnica contínua; falta de estudo para uso correto dos recursos

hídricos; falta de estrutura física para os moradores; falta de políticas públicas para agilizar os processos operacionais, dentre outros.

É importante lembrar que a evolução dessas famílias traz impactos altamente positivos para economia local, fazendo com que o município de Ecoporanga tenha grande interesse nos assentamentos. Isso porque eles, se bem estruturados, são fontes de receitas para o Município, ajudando a desenvolvê-lo economicamente, deixando de ser um estorvo para a economia local. Pelo contrário, é fonte de empregos e rendas, inclusive ajudando a combater o êxodo rural.

Ainda assim, falta trabalhar a juventude do Assentamento Boa Vista para romper o ciclo vicioso de retroalimentação da pirâmide, ou seja, os filhos dos atuais produtores rurais familiares não deveriam voltar à base da pirâmide. Pelo contrário, deveriam seguir outros caminhos, inclusive de continuidade desses novos negócios, fazendo-os prosperar cada vez mais.

Embora o atual modelo de gestão estabelecido pelo INCRA não tenha priorizado a integração dos diversos atores sociais — o que tem impactado de certa forma na negociação e participação dos assentados — a não observação do fluxo de comunicação e os conflitos existentes nesse processo tendem a estagnar o processo de reforma agrária, porquanto, ao se tornar um assentado “próspero” economicamente, finda a função da gestão, sem considerar que o processo é contínuo e sofre influências externas que determinarão sua existência.

Além disso, é importante que esses produtores rurais familiares, os quais, na realidade, são pequenas empresas com fins lucrativos, avancem para o segundo patamar da aprendizagem social para sustentabilidade, que é tornar o seu negócio

uma agricultura familiar sustentável. É necessário desenvolver estratégias de produção sustentável.

Desta feita, espera-se que este estudo tenha contribuído para avançar no conhecimento e elucidar o conceito de aprendizagem social para a sustentabilidade, ao apresentar um conjunto de dez elementos específicos ao ambiente de assentamento rural. Também espera ter contribuído para proporcionar a esse campo um estudo de caso para fins de comparabilidade entre as diversas experiências acerca de aprendizagem social para sustentabilidade.

No meio acadêmico espera-se que o estudo tenha contribuindo para promover uma discussão sobre a aprendizagem social para sustentabilidade, uma vez que aprendizagem social para sustentabilidade em grupos específicos pode se transformar em uma grande alternativa para a conquista de um desenvolvimento sustentável em várias áreas de pesquisas, sendo necessário ampliar estudos para evolução nos conceitos e ação desta linha de pesquisa.

Quanto às contribuições práticas, espera-se ter contribuindo ao oferecer um conjunto de reflexões à luz da teoria da aprendizagem social para a sustentabilidade, para orientar e estimular os assentados a obter uma visão de um futuro melhor a caminho de uma agricultura sustentável, utilizando a sua vivência e seu aprendizado no dia a dia nos assentamentos rurais. Espera-se também que possa oferecer elementos, dados e informações aos atores sociais envolvidos, que fizeram parte deste estudo para repensarem o processo de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais, visando buscar o aprimoramento dos diálogos, interação, negociação e as formas de ações conjuntas entre os envolvidos, para que possam fortalecer as ações coletivas fortalecendo a aprendizagem social para sustentabilidade, claramente desenvolvidas neste grupo, para uma experiência

que poderia ser replicada em outros segmentos da sociedade. E, com isso, romper o círculo vicioso das próximas gerações.

Entretanto, mais estudos ainda são necessários a fim de reunir outras experiências que ajudem a ampliar o entendimento de um processo de aprendizagem social para sustentabilidade nesse tipo particular de grupo. Assim, recomenda-se que o modelo de pesquisa seja ampliado a outras unidades de assentamentos. Também se recomenda um estudo à luz da aprendizagem social para a sustentabilidade no sistema de gestão dos órgãos do governo ligado à reforma agrária brasileira, para entender, considerados atores sociais fundamentais nesse processo.

Quanto à generalização dos resultados da pesquisa, pode haver algumas limitações. Não foi feita a triangulação de dados, métodos, pesquisadores e teorias. Pelo contrário, foram utilizadas somente entrevistas e observações não participante. O método de análise de dados foi análise de narrativas e a discussão foi feita à luz da Teoria da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade. Por isso, a validade interna pode ter ficado comprometida, embora a triangulação não garanta essa validade interna, segundo Vergara (2008). Também não foi solicitada a revisão dos resultados pelos participantes da pesquisa.

Quanto à validade externa ou a transferência dos resultados para outras populações ou contextos além deste estudo, caso haja uma rica descrição, um detalhamento profundo e uma discussão abrangem do fenômeno investigado, caberá ao leitor à decisão da aplicabilidade dos resultados em outros ambientes e contextos de interesse de quem estiver lendo e julgando a pesquisa (GEERTZ, 1993; MERRIAM, 1998; CRONBACH, 1975; LINCOLN; GUBA, 1985).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs. New York: Prentice Hall, 1977.

BOUWEN, R.; TAILLIEU, T. Multi-party Collaboration as Social Learning for Interdependence: Developing Relational Knowing for Sustainable Natural Resource Management. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v, 14, p. 137-153, 2007.

BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 30 nov. 1964.

CÂMARA, A.A. **Os múltiplos colaboradores como propulsores de um processo de aprendizagem social para a construção do desenvolvimento sustentável nas empresas**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CAPRA, F. F. In: WALS, A. E. J. **Social learning**: towards a sustainable world. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2007. p. 13-15.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARMO, M.S.; PINTO, M.S.V; COMITRE, V. Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERNANDES, B.M. et al. **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniar, 2008.

CHABAY, I.; STOLRN, C. **Finding common grounds**: Facilitating fisheries governance in the Baltic by creating a national stakeholder platform in Poland. 2012. Disponível em: <http://www.balticsea2020.org/english/images/Bilagor/Baltic%20Sea%202020_PFRT%20final%20report%20120112.pdf> Acesso em: 23 mar. 2015.

COCA, E.L.F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-Território Revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013.

D'ANGELO, M. J.; BRUNSTEIN, J. Social learning for sustainability: supporting sustainable business in Brazil regarding multiple social actors, relationships and interests. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v.21, n.3, p. 273-289, 2014a.

_____. O processo de aprendizagem social nos comitês ou conselhos voltados às questões de desenvolvimento sustentável. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 8, 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: Eneo, 2014b.

DATALUTA. **Assentamentos de Reforma Agrária**. 2013. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/bancodedadosdatalutaminas.html>> Acesso em: 06 mar. 2015.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

ELKJAER, B. Social learning theory: learning as participation in social process. In: EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M. A. (Ed.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 38-53.

FERNANDES, B. M. Vinte e sete anos do MST em luta pela terra. In: FERNANDES, B.M. et al. **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara, 2008.

FIGUEIREDO, S.M.F. **Análise psicossocial da capacidade de mobilização e das condições internas do MST em termos de representação e identidades sociais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Póss Pessoa, 1995.

GLASSER, H. Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies. In: WALS, A. E. J. **Social learning**: towards a sustainable world. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2007. p. 35-61.

GROFF, A. R. **As relações sociais de produção e a produção de subjetividade: a experiência de coletivização num assentamento de reforma agrária**. 2006. 56 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

HARMONISING COLLABORATIVE PLANNING (HARMONICOP). **Learning together to manage together**: improving participation in water management. Osnabrück:[s.n.], 2005.

HARMONISING COLLABORATIVE PLANNING (HARMONICOP). **Public Participation And The European Water Framework Directive Role Of Information And Communication Tools(2013)**. Disponível em: <http://www.harmonicop.uni-osnabrueck.de/_files/_down/ICTools.pdf> Acesso em: 20 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **História do INCRA**. 2015a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/historia_incra>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **O INCRA e o assentamento**. 2015b Disponível em:<http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) CIDADES. **Espírito Santos/Ecoporanga**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320210&search=espirito-santo|ecoporanga>>. Acesso em 10 mai. 2015.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. (INCAPER) **Programa de Assistência Técnica E Extensão Rural Proater 2011 – 2013 – ECOPORANGA**. Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Ecoporanga, Ecoporanga, 2014.

JACOBI, P. R.; GRANJA, S.I.B.; FRANCO, M.I. Aprendizagem social: práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada em bacias hidrográficas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 2006.

JACOBI, P. R. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. **Revista Inter. Interdisc**. INTERthesis, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 69-95, jan.jul. 2010.

JAYASURIYA, K.; RODAN, G. **Beyond hybrid regimes**: more participation, less contestation in southeast Asia. 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13510340701635647>> Acesso em: 30 mar. 2015.

KEEN, M.; BROWN, V; DYBALL, R. **Social learning in environmental management**: towards a sustainable future. Londres: Earthscan, 2005.

KILVINGTON, M. **Building capacity for social learning in environmental management**.2010. 365f. Tese (Doutorado em Filosofia)- Lincoln University, Canterbury, Nova Zelândia, 2010.

_____. **Social learning as framework for building capacity to work on complex environmental management problems.** Nova Zelândia: Landcare Research, 2007. Disponível em: <<http://www.landcareresearch.co.nz/publications/researchpubs>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

LUNDHOLM, C.; ARMITAGE, D. **Plenary discussion and future directions.** [s.l.]: Stockholm Environment Institute Mistra-SWECIA, 2011.

MAHEIRIE, K. Identidade: o processo de Exclusão/Inclusão na Ambigüidade dos Movimentos Sociais. In: ZANELLA, A. V. et al. **Psicologia e práticas sociais.** Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2003.

MONTE, F. C. D. **O incra e a política de assentamentos rurais:** Um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública. Tese(Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NARITA, S. **Estudos dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAHL-WOSTL, C. Towards sustainable in the water sector — the importance of human actors . processes of social learning. **Aquatic Sciences**, v. 64, n. 4, p. 394-411, dez. 2002.

_____.; et al. Managing change toward adaptive water management through social learning. **Ecology and Society** , v. 12, n.2, 2007.

PRIM, Lorena de Fátima (2004). **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre a AGRIMA – Associação de Agricultores Monte Alegre.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

RIESSMAN, C. J. **Narrative analysis.** California: Sage, 1993.

_____. **Narrative methods for the human sciences.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2008.

ROCHA, H. F. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil.** 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ROCHA, J. M.; CRUZ, R.C.; ZANELLA, F. C. et al. Políticas e estratégias produtivas nas propostas para os assentamentos rurais da metade sul do Rio Grande do Sul: a busca por uma sustentabilidade compatível. **Cadernos Ceru**, v. 24, n. 1, p.5, 2013.

SANTOS, M. A. C. **Tornando-se um Assentado Rural do MST: uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo**. Dissertação (Mestrado Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, A. S. **Acampados no “Carlos Maringuela”**: Um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema – SP. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SWARTLING, Å. G.; LUNDHOLM, C.; PLUMMER, R.; et al. Social Learning and Sustainability: Exploring Critical Issues. In: Relation to Environmental Change and Governance, Stockholm, 2011. **Proceedings...** Stockholm Resilience Centre, Stockholm, Sweden 1–2, Jun. 2011.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

WADDELL, P. Urbansim: modeling urban development for land use, transportation and environmental planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 68, n. 3, p. 297-314, 2002.

WALS, A. E. J.; VAN DER LEIJ, T. Introduction. In: WALS, A.E.J. **Social learning: towards a sustainable world**. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2007. p. 17-32.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANEXO A – Leis, Decretos e Portarias

Lei	Descrição	Ano
LEI Nº 8.935	Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)	18/11/1964
LEI Nº 9.393	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.	19/12/1996
LEI Nº 8.629	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	25/02/1993
LEI Nº 8.112	Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais	11/12/1990
LEI Nº 601	Dispõe sobre as terras devolutas no Império	18/09/1850
LEI Nº 6.969	Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras Providências.	10/12/1981
LEI Nº 6.766	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	19/12/1979
LEI Nº 6.739	Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.	05/12/1979
LEI Nº 6.634	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, Altera o Decreto-Lei nº. 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras Providências.	02/05/1979
LEI Nº 6.431	Autoriza a Doação de Porções de Terras devolutas a Municípios incluídos na Região da Amazônia Legal, para os fins que especifica, e dá outras Providências.	11/07/1977
LEI Nº 6.383	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	21/10/1976
LEI Nº 6.015	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	31/12/1973
LEI Nº 5.972	Regula o Procedimento para o Registro da Propriedade de Bens Imóveis Discriminados Administrativamente ou Possuídos pela União.	11/12/1973
LEI Nº 5.954	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Doar Imóveis Remanescentes de Núcleos de Colonização e de Projetos de Reforma Agrária, nas Condições que Especifica.	03/12/1973
LEI Nº 5.868	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras Providências. Regulamentada pelo Decreto n. 72.106, de 18/04/1973.	12/12/1972
LEI Nº 5.709	Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências.	07/10/1971
LEI Nº 5.097	Extingue Débitos Fiscais Decorrentes da Aplicação dos arts. 6º e 7º da Lei nº. 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras Providências.	02/09/1966
LEI Nº 4.947	Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.	06/04/1966
LEI Nº 4.829	Institucionaliza o Crédito Rural.	05/11/1965
LEI Nº 4.771	Institui o novo Código Florestal.	15/09/1956
LEI Nº 4.775	Dispõe sobre a Forma de Fixação do Imposto Sindical devido pelos Estabelecimentos Rurais e dá outras Providências.	18/08/1965
LEI Nº 4.504	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	30/11/1964

Lei	Descrição	Ano
LEI Nº 12.188	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	11/01/2010
LEI Nº 10.931	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	02/08/2004
LEI Nº 10.267	Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.	28/08/2001
LEI Nº 10.186	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	12/02/2001

Decretos	Ano	Ultima Atualização
Dec. nº 55.891 - 31/03/1965	Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 Estatuto da Terra.	19/08/2015
Dec. nº 62.504 - 08/04/1968	Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.	19/08/2015
Dec. nº 74.965 - 26/11/1974	Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.	19/08/2015
Dec. nº 4.449 - 30/10/2002	Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.	19/08/2015
Decreto Nº 85.064 - 26/08/1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.	02/06/2014
Decreto Nº 84.669 - 29/04/1980	Regulamenta o instituto da progressão funcional a que se referem a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e o Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências.	02/06/2014
Decreto Nº 72.106 - 18/04/1973	Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.	02/06/2014
Decreto Nº 7.215 - 15/06/2010	Regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	02/06/2014
Decreto Nº 6.321 - 21/12/2007	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	02/06/2014

Decretos	Ano	Ultima Atualização
Decreto Nº 59.566 - 14/11/1966	Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.	02/06/2014
Decreto Nº 5.928 - 13/10/2006	Dá nova redação aos arts. 8o, 11, 14, 15, 16 e 17 do Anexo I ao Decreto no 5.735, de 27 de março de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	02/06/2014
Decreto Nº 5.570 - 31/10/2005	Dá nova redação a dispositivos do Decreto no 4.449, de 30 de outubro de 2002, e dá outras providências.	02/06/2014
Decreto Nº 433 - 24/01/1992	Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.	02/06/2014

Portarias (Últimos 10 anos)	Descrição	Última Atualização
Portaria Nº 486/2013	Homologa a 3ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o Manual Técnico de Posicionamento e o Manual Técnico de Limites e Confrontações.	02/06/2014
Portaria Nº 69/2010	Aprova a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais 2ª Edição.	02/06/2014
Portaria Nº 581/2010	Nenhuma descrição	02/06/2014
Portaria Nº 522/2010	O Presidente do INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21 da Estrutura Regimental, aprova pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com os incisos V, VII, IX e X do art. 122 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009	02/06/2014
Portaria Nº 505/2010	Nenhuma descrição	02/06/2014
Portaria Nº 118/2010	Nenhuma descrição	02/06/2014
Portaria Nº 01/2009	O Superintendente Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, resolve:	02/06/2014
Portaria Nº 28/2008	Dispõe sobre os Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle o desmatamento ilegal. A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, dispõe:	02/06/2014
Portaria/Incra Nº 193/2007	Dispõe sobre a necessidade de disciplinar a implementação do Programa Crédito Instalação nos projetos de assentamento da Reforma Agrária.	02/06/2014
Portaria/Incra Nº 31/2007	Aprovar “ad referendum” do Conselho Diretor, a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007, que dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	02/06/2014
Portaria/Incra Nº 225/2007	Nenhuma descrição	02/06/2014
Portaria/Incra Nº 114/2007	Nenhuma descrição	02/06/2014

Portarias (Últimos 10 anos)	Descrição	Última Atualização
Portaria/INCRA/P/Nº 9, DE 18/01/2006	O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 18, da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 5.011, de 11 de março de 2004 e o art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000, alterado pela Portaria/MDA/Nº 224, de 28 de setembro de 2001.	02/06/2014
Portaria/INCRA/P/Nº 24, DE 13/02/2006	Institui o Núcleo de Convênios e Contratos de Repasse – NCCR, vinculado à Coordenação Geral de Contabilidade – SAC.	02/06/2014
Portaria/INCRA/P/Nº 12, 2006	Convocação de proprietários rurais que não tenham atendido as determinações das Portarias Incra/P nº 558/1999, 596/2001 e 835/2004, para comprovar a regularidade quanto ao domínio do imóvel. 02/06/2014	02/06/2014
Portaria/INCRA/P/Nº 70/2006	Disciplina a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação nas unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.	02/06/2014
Portaria Nº 69/2006	Nenhuma descrição	02/06/2014
Portaria Nº 215, 2006	Trata da aprovação da metodologia de criação dos Projetos de Assentamento Florestais - PAF	02/06/2014
Portaria/INCRA/P/Nº 515/2005	Revoga a PORTARIA/INCRA/P/N.º 1.032, de 2 dezembro de 2002.	02/06/2014
Portaria Nº 514/2005	Criar, em nível central, o Comitê Gestor de Certificação e Credenciamento	02/06/2014
Portaria Nº 415/2005	Define como áreas preferenciais de atuação as regiões do extremo sul e recôncavo baiano no Estado da Bahia.	02/06/2014
Portaria Nº 284/2005	Cria, *Ad Referendum *do Conselho Diretor, a Superintendência Regional de Santarém - SR-30/E, localizada no município de Santarém - PA.	02/06/2014
Portaria Conjunta Nº 17 - 19/10/2005	Estender os efeitos da PORTARIA CONJUNTA Nº 3, de 30 de março de 2005, Publicada no Diário Oficial da União nº 61, na Seção 1, página 255, de 31 de março de 2005, até 31 de dezembro de 2006.	02/06/2014
Portaria Conjunta Nº 03 - 30/03/2005	Prorroga o prazo previsto no inciso I do art. 2º da Portaria Conjunta nº 10, de 1º de dezembro de 2004.	02/06/2014

ANEXO B – Apoio Financeiro do Governo Federal

Linha de Crédito	Beneficiários	Finalidade
Pronaf “A”	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário	Investimentos para estruturação das propriedades
Pronaf Programas Especiais – Recupera “A”	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário até 01/08/2002.	Financiamento da recuperação de unidades familiares dos agricultores beneficiados com crédito do PROCERA ou Pronaf “A”
Pronaf Investimento Grupo “B”	Renda bruta anual familiar até R\$ 5.000,00	Investimentos agropecuários e não agropecuários
Pronaf Custeio Grupo “A/C”	Assentados da Reforma Agrária	Custeio das atividades agropecuárias
Pronaf Custeio Grupo “C”	Agricultor familiar do Grupo “C”, com DAP emitida até 28.03.2008 e que não tenha obtido os 6 rebates	Custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outros empreendimentos
Pronaf Custeio “Agricultores Familiares” ¹	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Custeio para atividades agropecuárias
Pronaf Investimento “Agricultores Familiares” ²	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Investimento para atividades agropecuárias
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados no Grupo “A”	Custeio e investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de pequenas e médias agroindústrias
Pronaf Semi-árido	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para infra-estrutura hídrica e demais infra-estruturas de produção agropecuária
Pronaf Jovem	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse do(a) jovem agricultor(a)
Pronaf Florestal	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto no Grupo “B”	Investimento para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos
Pronaf Mulher	Agricultoras familiares enquadradas no Pronaf	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora

Linha de Crédito	Beneficiários	Finalidade
Pronaf Eco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimento para implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e correção da acidez e melhoramento do solo
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Projetos de investimento para a produção de arroz, feijão, frutas, leite, mandioca, milho, olerícolas e trigo